

O ‘Direito à Cidade’ e a Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho (Loures)

Henrique Chaves Costa

Dissertação de Mestrado em Sociologia

(Novembro, 2018)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (designação da área científica do mestrado), realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Pedro Silva Nunes

Esta dissertação não foi escrita segundo o novo Acordo Ortográfico.

A todos aqueles que decidiram passar a fronteira a procura de uma vida melhor.

AGRADECIMENTOS

Este percurso e o resultado do trabalho aqui explanado não seriam possíveis sem o apoio e a ajuda de várias pessoas, cuja presença foi muito importante para a conclusão desta minha fase académica.

Em primeiro lugar, gostava de agradecer ao meu orientador, Professor João Pedro Silva Nunes, pela sua paciência comigo para com a redação deste trabalho, pelas nossas conversas, pela sua disponibilidade, por todo o apoio que deu para a realização desta tese.

Gostava igualmente de agradecer aos vários professores e investigadores com quem fui conversando em momentos distintos, e que me permitiram pensar algumas questões esplanadas nesta dissertação. Em especial, gostava de agradecer a Elodie Heiniger e ao Otávio Raposo pela disponibilidade em trabalhar em conjunto, pelo trabalho partilhado e colectivo que esta dissertação também é, de certo modo, fruto.

No contexto da Quinta do Mocho, gostava de agradecer primeiramente a Kedy, que acompanhou toda a minha presença no bairro e facilitou o trabalho com outros moradores. Agradeço igualmente a Kally, Deydey, Salim, Iuri e todos os restantes moradores, sem os quais este trabalho não teria sido possível. Na Câmara de Loures, o meu agradecimento a Maria Eugénia Coelho, Rui Monteiro e Ana Cristina. Aos artistas que se disponibilizaram a conversar e colaboraram para os fins desta tese.

Aos meus amigos, que tanto pressionaram para que esta tese fosse concluída, e que estiveram sempre presentes em momentos diversos para conversarmos sobre esta dissertação, apoiando-me sempre na sua realização.

Particularmente, gostava de agradecer ao Walgood, pelas nossas conversas, nossas trocas de ideias, pela sua preocupação com este trabalho, pelas suas revisões e pelas suas críticas. Pelas boleias até à Quinta do Mocho, pela troca de reflexões e pelo apoio, um agradecimento ao Pedro. Agradecia igualmente à Laura, que, apesar de por diversas vezes ter pressionado para que terminasse o processo de escrita, esteve sempre disponível para conversas e revisões necessárias deste trabalho académico. À Inês, que me incentivou e acompanhou nestes últimos momentos, pelas suas correcções e críticas, e também pela força toda que me deu para a conclusão célere desta escrita.

Aos camaradas, aos amigos de luta, aqueles que não baixam a cabeça e os braços, um agradecimento especial. Esta tese é fruto da luta colectiva por um ensino superior democrático e para todos.

Por fim, um agradecimento aos meus familiares, a minha mãe, meu pai, meus irmãos. Pela paciência e companhia de todos, por estarem ali presentes e aguentarem a minha dificuldade em terminar esta dissertação, e sobretudo por me apoiarem neste meu objectivo académico.

O 'Direito à Cidade' e a Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho (Loures)

HENRIQUE CHAVES COSTA

RESUMO:

O bairro da Quinta do Mocho desde dos finais de 2014 é reconhecido pelo projecto da Galeria de Arte Pública (GAP) e não pelos problemas de marginalidade urbana aos quais era associado. Este bairro passou por um longo processo de ocupação e autoconstrução de casas por famílias de imigrantes oriundas dos PALOP a partir dos anos setenta, seguido de um realojamento acelerado nos anos noventa, e por uma estigmatização social e territorial desde o seu início, fomentada por problemas de criminalidade e falta de serviços públicos. A GAP transformou o bairro num autêntico museu a céu aberto, através da realização de pinturas de *graffiti* nas fachadas dos prédios. Neste sentido, possibilitou o rompimento do estigma conotado ao bairro e a sua abertura para o resto da cidade/metrópole, particularmente com a introdução de visitas guiadas. Estudar como os moradores percebem estas mudanças, e como este projecto artístico interfere na vida dos mesmos. É objectivo deste trabalho perceber como eram realizadas as actividades recreativas e culturais no bairro, trabalhando directamente com crianças e jovens, e se estas actividades se articulavam com a GAP. Partindo de uma abordagem metodológica que se centra no trabalho etnográfico, incluindo também a realização de entrevistas semi-directivas e a recolha censitária e de imprensa, esta investigação pretende compreender como os moradores da Quinta do Mocho constroem o seu direito à cidade e se a GAP possibilita esta conquista. Procuro entender também a relação deste bairro com outras realidades e escalas territoriais, refletindo as questões de centro e periferia na Área Metropolitana de Lisboa. Também reflito sobre os discursos construídos acerca do direito à cidade e sobre o próprio bairro em análise. Por fim, analiso o impacto deste tipo de políticas públicas, que visam a pintura de *graffitis* na fachada dos edifícios do bairro, procurando perceber os seus limites e possibilidades.

ABSTRACT:

Since the end of 2014, the neighbourhood *Quinta do Mocho* is recognized by the Public Art Gallery (GAP) project, instead of the problems of urban marginality to which it was previously associated. This neighborhood went through a long process of occupation and self-construction of houses by families of immigrants from the Portuguese-Speaking African Countries (PALOP) since the 1970s, followed by an accelerated re-housing in the 1990s, and a social and territorial stigmatization since the very beginning, fomented by problems of crime and lack of public services. GAP transformed the neighbourhood into a real open-air museum by painting graffiti on the façades of the buildings. This allowed the rupture of the stigma previously connoted to the neighbourhood and its opening to the rest of the city/metropolis, particularly with the introduction of guided tours by its residents. I am interested in studying how the residents perceive these changes, and how this artistic project interferes in their lives. In this

research I will also try to understand how the recreational and cultural activities were carried out in the neighbourhood, by working directly with children and young people, and whether these activities were articulated with GAP. Based on a methodological approach that focuses on ethnographic work, including semi-directive interviews and census and press collection, this research intends to understand how the residents of *Quinta do Mocho* build their right to the city and if GAP facilitates this achievement. It also seeks to understand the relationship of this neighbourhood with other territorial realities and scales, reflecting the issues of center and periphery in the Lisbon Metropolitan Area. Besides, it reflects on the discourses built on the right to the city and on the neighborhood itself. Finally, I analyze the impact of this type of public policy, which aims to paint graffiti on the façade of the neighbourhood buildings, trying to perceive its limits and possibilities.

PALAVRAS-CHAVE: direito à cidade, arte pública, Área Metropolitana de Lisboa, graffiti, segregação territorial

KEYWORDS: right to the city, public art, Lisbon Metropolitan Area, graffiti, territorial segregation

Índice

ÍNDICE.....	1
LISTA DE ABREVIATURAS.....	3
ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE TABELAS	6
0. INTRODUÇÃO.....	7
0.1. DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS	7
0.2. QUESTÃO METODOLÓGICA	10
0.3. A ETNOGRAFIA	11
0.4. ENTREVISTAS	13
0.5. OUTRAS FORMAS DE RECOLHA DE MATERIAL EMPÍRICO	16
0.6. EVENTOS CIENTÍFICOS	17
0.7. ITINERÁRIO PARA OS CAPÍTULOS DA TESE	18
1. O DIREITO À CIDADE – NOÇÕES E USOS.....	20
1.1. O “INFERNO” URBANO – CONCEPÇÃO DE LEFEBVRE	21
1.1.1. O “inferno” da cidade de Lisboa.....	22
1.1.2. A denúncia da existência do “inferno” chamado Lisboa	23
1.1.3. As consequências deste “inferno”	27
1.1.4. Reivindicações e propostas para a cidade de Lisboa e para o país.....	29
1.1.5. O «direito à cidade» ou o direito a habitar em Lisboa - algumas notas	31
1.2. DO «DIREITO À HABITAÇÃO» AO «DIREITO À CIDADE» - UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO	32
1.2.1. Algumas notas sobre o SAAL.....	38
1.2.2. Algumas notas sobre o PER.....	40
1.2.3. Centro e periferias – algumas reflexões.....	42
1.3. O DIREITO À CIDADE	47
1.3.1. O papel das políticas públicas na conquista do direito à cidade.....	50
1.3.2. Considerações finais e a Quinta do Mocho	54
2. RETRATOS DA QUINTA DO MOCHO.....	56
2.1. DA OCUPAÇÃO AO REALOJAMENTO	56
2.2. A REALIDADE ESTATÍSTICA DA QUINTA DO MOCHO	61
2.3. A AUTARQUIA DE LOURES E A RELAÇÃO COM OS MORADORES	72

2.4.	A QUESTÃO DA MOBILIDADE	75
3.	CAMINHANDO PELO BAIRRO	79
3.1.	DA ESTAÇÃO DE COMBOIOS DE SACAVÉM ATÉ AO MOCHO.....	79
3.2.	ASSISTINDO À APRESENTAÇÃO DA VISITA GUIADA	81
3.3.	INDO ATÉ ÀS PRIMEIRAS OBRAS	84
3.4.	DE DEDO NO AR, OS MORADORES PEDEM A PALAVRA.....	88
3.5.	HOJE, CANTA-SE E DANÇA-SE NO MOCHO	94
3.6.	É IMPORTANTE O QUE DIZ A COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	99
3.7.	MARGINALIDADE E CRIME.....	101
3.8.	UM QUARTO DO MOCHO QUE É OUVIDO PELO MUNDO	102
3.9.	UM DIA NO BAIRRO, 3 DE DEZEMBRO DE 2015.....	104
3.10.	PAREDES NAS CAPAS DOS JORNAIS	106
3.11.	PINTANDO O BAIRRO	106
3.12.	O ROSTO DO DJ NERVOSO	111
3.13.	DESPEDINDO DO MOCHO	113
4.	CONCLUSÃO.....	114
5.	BIBLIOGRAFIA	116
6.	OUTRAS FONTES CONSULTADAS	120
6.1.	IMPRESSA	120
6.2.	DOCUMENTÁRIOS.....	121
6.3.	LEGISLAÇÃO	122
6.4.	ARTIGOS MANIFESTOS	122

Lista de Abreviaturas

ACIDI I.P. – Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACM – Alto Comissário das Migrações
AML – Área Metropolitana de Lisboa
APU – Aliança Povo Unido
AR – Assembleia da Republica
ATL – Actividades de Tempos Livres
BE – Bloco de Esquerda
BFB - Banco Fonsecas e Burnay
CCS – Casa da Cultura de Sacavém
CDU – Coligação Democrática Unitária
CML – Camara Municipal de Loures
CRP – Constituição da República Portuguesa
CSEPDC - Cooperativa Sócio-Educativa Para Desenvolvimento Comunitário
DN – Diário de Notícias
DNMadeira – Diário de Notícias Madeira
DSNI - Dudley Street Neighborhood Initiative
FAR – Frente Anti-Racista
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
GAP – Galeria de Arte Pública
GAU – Galeria de Arte Urbana
INE – Instituto Nacional de Estatística
INH – Instituto Nacional de Habitação
IORU – Intervenção Operacional Renovação Urbana
ISCTE- IUL – Instituto Universitário de Lisboa
JF – Junta de Freguesia
JCP – Juventude Comunista Portuguesa
JN – Jornal de Notícias
JOC – Juventude Operária Católica
LAP – Loures Arte Pública
MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia

MDP – Movimento Democrático Português
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
NASNOVA – Núcleo de Alunos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP – Partido Comunista Português
PER – Programa Especial de Realojamento
PEV – Partido Ecologista Os Verdes
PIMP – Programa de Intervenção a Médio Prazo
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PROSADESC - Associação de Promotores de Saúde Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
PSP – Polícia de Segurança Pública
RL – Rodoviária de Lisboa
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local
SIC – Sociedade Independente de Comunicação
RCH – Associação Rés do Chão
Teatro IBISCO - Teatro Inter Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Optimismo
TICYUrb’18 – 3rd International Conference for Young Urban Researchers
TVI – Televisão Independente
UAF – Urban Audiovisual Festival

Índice de Figuras

Figura 1: <i>Worker Ghetto Box</i> - MTO (Fonte: fotos minhas, 2016).....	56
Figura 2: Mapa da Quinta do Mocho (vermelho), Urbanização Terraços da Ponte (azul) e Courela do Foguete (amarelo). Edição da imagem do autor, fonte da imagem Google Maps (2017).....	63
Figura 3: Mário Belém - <i>Nunca deixes que te digam nunca</i> . (Fonte: fotos minhas, 2016)	67
Figura 4: <i>Amílcar Cabral</i> - Projecto 40 Anos, 40 Murais (Fonte: fotos minhas, 2016). 85	
Figura 5: <i>Regresso ao Bairro</i> - Nomen (Fonte: fotos minhas, 2016).....	86
Figura 6: <i>Sem Título</i> - Adres (Fonte: fotos minhas, 2016)	89
Figura 7: Criança grafitando uma parede (Fonte: fotos minhas, 2016).....	89
Figura 8: <i>A União Faz a Força</i> - Coletivo Licuado (Fonte: fotos minhas, 2016).....	91
Figura 9: <i>Sem Título</i> - Projecto Matilha (Fonte: fotos minhas, 2016).....	99
Figura 10: <i>D. Quixote do Séc XXI</i> - António Pinto (Fonte: fotos minhas, 2016).....	109
Figura 11: <i>DJ Nervoso</i> - Vhils (Fonte: fotos minhas, 2016)	111
Figura 12: <i>Sem Título</i> - Vhils (Fonte: fotos minhas, 2016).....	112
Figura 13: <i>Sem Título</i> - Pantónio (Fonte: fotos minhas, 2016)	113

Índice de Tabelas

Tabela 1: Indivíduos Residentes divididos em três escalões etários	66
Tabela 2: Habilitações dos indivíduos residentes.....	68
Tabela 3: Emprego, Desemprego e Reforma.....	71
Tabela 4: Notícias sobre marginalidade e crime	101
Tabela 5: Casos de Sucesso	103
Tabela 6: Notícias de 3 de Dezembro.....	105
Tabela 7: Sobre a GAP	106

0. Introdução

Desde o início de 2015, em todos os últimos Sábados de cada mês é realizada na Quinta do Mocho uma visita guiada pela Galeria de Arte Pública (GAP). Como já acompanhava estas visitas guiadas através das páginas de *Facebook* do Bairro i o Mundo, a somar algumas notícias que ia lendo esporadicamente sobre a GAP, o meu interesse em conhecer tais obras era manifesto já há vários meses. Quando o Núcleo de Alunos de Sociologia (NASNOVA), do qual eu fazia parte na altura, coloca na sua agenda uma “visita sociológica” à Quinta do Mocho, vários elementos do núcleo fazem uma visita inicial para conhecer o bairro. Foi neste momento que tive a minha primeira experiência no bairro. O encanto com esta primeira visita fez com que todo o meu interesse de investigador se virasse para este bairro. O objectivo era o de tentar compreender como se conseguiu chegar até ali. Se houve conflitos, se foi pacífico, quais eram os interesses dos artistas ao pintar num bairro como este, ou ainda como os moradores olhavam para as obras. As dúvidas, indagações e reflexões eram tantas que me levaram a realizar esta dissertação sobre a Quinta do Mocho.

Neste sentido, uma dúvida principal surgiu a minha cabeça: de que forma a Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho possibilitava que os moradores deste bairro pudessem conquistar o direito à cidade? Foi a partir desta reflexão que este trabalho foi erigido.

Além desta questão, outras dúvidas e interesses foram surgindo. Por exemplo, qual era o papel das associações do bairro para a execução da GAP? Como eram os moradores consultados para que as obras fossem realizadas nos seus prédios? Será que eles gostavam destas obras? Como os moradores deste bairro se viam na imprensa portuguesa? Sobretudo após a existência da GAP.

As reflexões foram muitas e poderiam levar esta dissertação para caminhos distintos. Mas parto daquela reflexão inicial, e através dela, colocando estas questões e muitas outras.

0.1. Desafios epistemológicos

Do ponto de vista epistemológico, este tema de tese cruza-se com a minha realidade associativa em vários sentidos. Como tal, a investigação torna-se mais

susceptível a alguns erros de investigação, na medida em que por diversas vezes a distância sobre o objecto é mais curta; uma maior distância poderia permitir-nos observar de forma mais alargada aquilo que estamos a estudar, facilitando uma maior aproximação ao objecto. Neste sentido, a posição tomada enquanto investigador foi assumir sempre para mim mesmo as minhas posições, as minhas características enquanto pessoa (que me aproximavam ou distanciavam da realidade estudada), ter sempre em consciência as limitações e possibilidades daí resultantes, para que, ao produzir esta investigação, pudesse distanciar-me cientificamente daquilo que é trabalhado para ter uma visão mais clara e científica do objecto de investigação.

Apesar de não viver num bairro de realojamento, nem sendo um imigrante de origem africana, o facto de eu ser imigrante brasileiro e viver nas periferias da Área Metropolitana de Lisboa (AML)¹, no concelho de Sintra, coloca-me perante várias realidades que se tornam familiares e parte do meu quotidiano. Isto acarreta desde logo uma vantagem: por diversas vezes os assuntos que eram falados ou temas que surgiam nas entrevistas na Quinta do Mocho eram familiares à minha realidade, o que facilitava a introdução de uma conversa ou a continuidade destas temáticas (exemplo recorrente: o facto de ser imigrante; nas variadas ocasiões em que os moradores percebiam que eu era brasileiro, mudavam o tom e colocavam-se muito mais à vontade nas conversas; por esse motivo, procurei deixar claro que era brasileiro logo nas primeiras conversas de ocasião com moradores, carregando no sotaque). Por outro lado, esta mesma vantagem pode trazer-nos limitações para olhar a realidade que se apresenta à nossa frente, pois podemos ficar presos às questões que nos são familiares e ter dificuldade para nos distanciarmos e abordarmos outras questões.

Também é complexa a relação com os poderes autárquicos, não no sentido negativo, mas pelo sentido positivo que esta relação acarreta, devido ao facto de eu ser militante no Partido Comunista Português (PCP) e na Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Sendo a autarquia de Loures liderada por um executivo oriundo da Coligação Democrática Unitária (CDU) que junta o PCP e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV), praticamente todos os intervenientes com os quais tive contacto na autarquia eram do

¹Foi tida como referência na escrita da tese a seguinte composição da AML: na margem norte do Tejo – Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira; na margem sul do Tejo – Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal; municípios pertencentes aos distritos da Grande Lisboa e Península de Setúbal. Ter atenção que alguns autores podem incluir Azambuja na AML, já que este concelho é retirado da AML em 2004.

mesmo partido em que milito, o que facilitou as relações, mas poderia dificultar a análise das relações entre autarquia e moradores da Quinta do Mocho.

Por fim, fiz parte do NASNOVA, núcleo que organizou visitas à Quinta do Mocho, e sou dirigente na Frente Anti-Racista (FAR), associação através da qual tive reuniões com o executivo de Loures (elementos que depois foram entrevistados para esta tese) e que representei em eventos da autarquia (eventos que foram aproveitados também para a reflexão nesta tese). Também é importante ressaltar que desde Outubro de 2017 trabalho na associação Rés do Chão, que desenvolve trabalho em bairros municipais na Freguesia de Marvila (Lisboa). O trabalho desenvolvido nesta associação foi um recurso complementar para se pensar questões de participação pública e actividade associativa refletidos nesta dissertação.

Importante ressaltar que fazer parte destas organizações, ser imigrante ou viver num contexto de periferia pode alimentar a ideia de que os resultados desta investigação foram produzidos em benefício de determinada organização imigrante, de reivindicações concretas para quem vive em contextos periféricos, para apontar alguns exemplos. A verdade é que estes factores não foram indiferentes para guiar as minhas reflexões ou questões, mas, em minha defesa, as conclusões aqui reportadas resultam da investigação empírica com apoio do corpo teórico invocado para esta dissertação.

Outro desafio epistemológico deve-se ao facto de trabalhar no terreno com vários investigadores que, de algum modo, também estavam a trabalhar sobre a GAP. Apesar de a presença dos investigadores no terreno não ter sido totalmente simultânea, esta “proliferação” de trabalhos académicos sobre um território específico pode levar a que os moradores se sintam demasiado vigiados/observados. Isto pode fazer com que a disposição dos moradores para responder a questões e relacionar-se com estranhos seja cada vez menor. Numa dinâmica mais alargada, a “proliferação” de trabalhos académicos sobre um mesmo contexto transforma estes territórios em objectos simplificados, onde por norma “investigadores brancos” estão interessados em estudar o “negro/outro”. Neste sentido, a médio-longo prazo a Quinta do Mocho pode vir a ser uma “nova Cova da Moura”. O trabalho num terreno partilhado também pode ser uma boa ferramenta para investigação, já que permite discutir sobre a realidade que se apresenta, permite a troca de informações sobre actividades e outros contextos dentro do mesmo bairro, possibilita um trabalho em equipa (ao exemplo das entrevistas conjuntas que foram realizadas) e permite trabalhar em conjunto para a produção de novos conteúdos científicos. Trabalhar

num campo com outros investigadores, coloca mais um desafio ao nosso trabalho: não produzir uma investigação com resultados iguais aos outros colegas. Por isso, foi importante o contacto constante com vários destes investigadores para também conseguirmos distanciar-nos das conclusões e dos objectivos dos colegas presentes no território. Desde o início do trabalho da minha tese, conheci os seguintes investigadores a trabalhar na Quinta do Mocho: Daniel Cochico e Ana Gariso, a terminar as suas teses de mestrado, respectivamente, em arquitetura e políticas públicas; e, dos investigadores com quem tive uma maior partilha de informação e trabalho conjunto, o sociólogo Otávio Raposo e a investigadora suíça Elodie Heiniger da área da antropologia.

Por fim, no seguimento do último desafio aqui levantado, um outro problema com o qual me defrontei ao longo do trabalho empírico: devido à existência de uma Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho, este território começou a ter uma forte circulação de visitantes. Consequentemente, por diversas vezes fui questionado sobre aquilo que estava ali a fazer, se estava a tirar fotos (sobretudo nas visitas ao bairro para tirar fotos da GAP para registo nesta tese). Por norma, sempre que iniciava uma nova conversa com algum morador, tentava logo distanciar-me dessa posição.

0.2. Questão metodológica

Como atrás referi, já conhecia a Galeria de Arte Pública há alguns meses, mas somente através das redes sociais e *blogs*. Tendo já algumas comunicações científicas realizadas à época sobre *graffiti*/apropriação do espaço urbano enquanto veículo para “passar uma mensagem”, o projecto desta dissertação relacionava-se com temas semelhantes aos que vinha estudando.

É importante ressaltar estes detalhes ao introduzir a questão metodológica, para se fazer uma reflexão sobre o meu papel de investigador neste terreno que à primeira vista poderia parecer distante da minha realidade e dos meus interesses de investigação. Com isso, podemos por a “nu” o investigador neste terreno, que num primeiro momento vai achar tudo “bestial” e “profundamente interessante” e de seguida vai ter diversas dificuldades em “lapidar” o objecto. Portanto, a metodologia é também a bússola para rapidamente tirar o investigador de dentro do labirinto onde se encontra perdido, mas também é o “mapa” que dá condições ao investigador para conhecer todo o labirinto.

O objectivo proposto para esta tese ajuda a perceber para onde queremos ir nesse labirinto: saber até que ponto a Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho possibilita aos moradores deste bairro a conquista do seu direito à cidade. Nesse sentido, foi predeterminada uma das primeiras linhas de metodologia para este objecto em concreto, sendo esta tese sustentada em investigação etnográfica (ver 0.3). Foram ainda utilizadas várias outras formas de recolha de material empírico para melhor conseguir responder à questão inicial, desde a realização de entrevistas (0.4) à consulta de dados estatísticos, passando pela recolha de artigos de imprensa e de informação em redes sociais (0.5).

0.3. A Etnografia

O trabalho etnográfico baseou-se em grande medida nas visitas ao bairro, na maioria das vezes da parte da tarde (por norma, por volta das 15h-17h registava-se a hora de chegada no bairro, e a saída entre as 19h-21h). Foi dada primazia aos momentos vespertinos por coincidirem com o intervalo em que os moradores geralmente saem de casa, sendo também a hora de chegada do trabalho de muitos outros moradores, e a hora em que os cafés ficam mais cheios. Como referenciou um dos moradores-guias entrevistados sobre o desinteresse do bairro na parte matutina do dia:

Não escondemos que aqui existe coisa. Mas felizmente também, pelo facto de as visitas serem de manhã o bairro está mais calmo. Tudo bem, o bairro de dia não é por aí além, ok. (Entrevista a um dos moradores-guias do bairro, 17 de Agosto de 2016)

Apesar de a maioria das minhas idas ao bairro ter sido nessas horas, várias outras vezes estive no bairro pela manhã, tanto por causa das visitas guiadas, como também para a realização de entrevistas e para participar noutras actividades que eram marcadas por associações, pela Câmara Municipal de Loures ou por grupos informais.

Esta etnografia não ficou limitada ao espaço territorial da Quinta do Mocho, apesar de podermos conceber um limite territorial para o bairro. A realidade é que os seus moradores circulam pelo espaço metropolitano, e procurei acompanhar parte desta circulação, quando se relacionava com os meus objectivos de investigação. Outros momentos foram necessários à realização do trabalho etnográfico, mesmo quando os moradores não estavam presentes: por exemplo eventos académicos e actividades na área do *graffiti*, que de certa forma ajudaram a compreender o tema em questão.

Fora do bairro, apresento agora um conjunto de ocasiões em que estive presente e que tiveram interesse para o meu trabalho. Assisti a um debate organizado pelo movimento internacional de mulheres de cariz religioso, o GRAAL, num encontro que tinha como objectivo discutir as apropriações do espaço urbano, como o caso da Quinta do Mocho, entre outros (17/03/2016). Assisti também às festas conhecidas por *Noites Príncipe*, realizadas no espaço nocturno Musicbox em Lisboa, com actuações de DJ's da Quinta do Mocho (Setembro e Outubro de 2016). Acompanhei os moradores ao concerto de um grupo de *rappers* da Quinta do Mocho que teve lugar no Cais da Ribeira da Naus, em Lisboa, no âmbito da Festa da Diversidade organizada pela SOS Racismo (18/06/2016). Refira-se, ainda, o Festival Iminente, em Oeiras, também com actuações de DJ's da Quinta do Mocho (24/09/2016), e o Festival Lisboa Mistura, que no seu cartaz contava com a participação de um dos DJ's do Mocho num painel de debate e também actuação do mesmo na Casa Independente no Largo do Intendente (19 a 23/07/2016).

Organizada pela autarquia, também teve grande importância a mesa redonda sob o título “Migrações e Desenvolvimento”, com a participação do presidente da Câmara de Loures, do Alto-Comissário para as Migrações – Pedro Calado – e com a presença de várias associações e oradores, realizada em Loures (22/02/2016).

Para além destas ocasiões somam-se ainda as visitas guiadas à Quinta da Fonte e outras, caminhadas, sendo de destacar as que foram organizadas pela Câmara Municipal de Loures entre a Freguesia da Apelação e a União de Freguesias Sacavém e Prior Velho. É necessário ter também em conta a minha caminhada quotidiana da estação de comboios de Sacavém até à Quinta do Mocho, bem como passeios pela freguesia.

Esta tese também teve o benefício do trabalho empírico realizado em redes sociais. Foram várias as pessoas da Quinta do Mocho, funcionários da autarquia de Loures, *writers* que fui adicionando nas minhas redes sociais como “amigos” ou “seguindo-os”, o que permitiu acompanhar de perto a actividade do bairro (por exemplo, tomar conhecimento de uma festa no bairro, uma nova obra que vai ser pintada nas empenas, etc.). Este tipo de antecipação das informações permitiu estar presente em várias ocasiões que de outro modo poderia não ser possível.

0.4. Entrevistas

Foram realizadas 18 entrevistas a várias pessoas que estiveram envolvidas com a Galeia de Arte Pública da Quinta do Mocho. Não se trata de uma investigação com o objectivo de ser representativa da realidade da Quinta do Mocho, mas sim de uma investigação que, partindo de pressupostos qualitativos, procurará chegar a diversos actores envolvidos na GAP e nos seus variados contornos políticos. Foram entrevistados agentes de associações externas ao bairro, moradores, da Câmara Municipal de Loures, da Junta de Freguesia de Sacavém, *street artists*, moradores-guias (pessoas que realizavam as visitas-guiadas pelo bairro), músicos do bairro, e ainda guias turísticos e representantes de associações e entidades religiosas presentes no bairro.

Foi considerada a dificuldade metodológica de chegar a *todos* moradores, a não ser que se desenhasse uma investigação baseada em inquéritos extensivos e representativos para chegar a uma amostra representativa dos moradores. Não sendo esta a opção tomada, foi dada uma maior atenção aos moradores que participassem em associações, várias neste território. O projecto que mais me chamou atenção e que acompanhei na Quinta do Mocho foi o Projecto Esperança, financiado pelo Programa Escolhas 6º Geração, Alto Comissariado das Migrações (ACM). Especificamente, as actividades acompanhadas de perto tiveram lugar no Spot do Mocho, onde o Programa Esperança operava (também com actividades na Casa Cultura de Sacavém). O trabalho etnográfico foi em grande medida direccionado a este espaço e aos jovens que dele usufruíam. Como tal, foram entrevistadas para esta investigação várias pessoas que são monitoras do referido projecto.

Para além do Spot do Mocho, mantive contacto com várias associações durante a realização desta tese, apesar de não ter entrevistado membros de todas as associações. Observei, com interesse, que no território o cenário associativo ia mudando, com o declínio de algumas associações e o surgimento de novas associações. Apesar de o objectivo desta tese não se centrar nas dinâmicas destas associações, fui acompanhando esta realidade e contactando os seus agentes.

Refiro rapidamente as associações com as quais mantive contacto e aquelas que foram entrevistadas para esta tese, deixando uma análise mais aprofundada sobre as mesmas para os capítulos posteriores.

Uma das associações mais antigas presentes na Quinta do Mocho é a Associação Unida e Cultural. Formada no início dos anos noventa, teve um importante papel para o

diálogo no processo de realojamento dos moradores, sendo na altura reconhecida como associação de moradores. Foi entrevistado o presidente à data em funções da associação, cujo mandato tinha terminado um ano antes e até ao momento do fim do trabalho etnográfico não tinham sido realizadas novas eleições.

Uma associação que surgiu a partir desta foi a Associação de Promotores de Saúde Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural (PROSADESC). Com um trabalho focado nos cuidados de saúde, teve um importante papel no final dos anos noventa para os cuidados da saúde dos imigrantes da Quinta do Mocho. Actualmente têm um trabalho que não se foca somente nos imigrantes, mas também nos portugueses e trabalhando também com parcerias internacionais, ajudando directamente pessoas de São Tomé e Príncipe. Foram entrevistados o presidente e o vice-presidente conjuntamente, sendo o presidente desta associação também vice-presidente da Unida e Cultural.

A associação Teatro IBISCO (Teatro Inter Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Optimismo) teve um papel importante para a realização da primeira edição do festival O Bairro e o Mundo, ainda na Quinta da Fonte, festival que depois foi replicado na Quinta do Mocho. Foi entrevistada uma das dirigentes desta associação.

Foi entrevistada também uma pessoa responsável pelo núcleo da Juventude Operária Católica da Quinta do Mocho, do modo a chegar às entidades religiosas presentes no bairro.

Houve ainda uma entrevista informal, sem gravação, com o Sheik da Mesquita da Quinta do Mocho, e conversas com outras entidades religiosas de índole cristã evangélicas presentes na Quinta do Mocho.

Tive várias conversas informais com moradores que estavam a formar novas associações, destaque para o objectivo de formar uma associação de moradores angolanos e uma outra de moradores guineenses.

Por fim, acompanhei a tentativa de se revitalizar a associação de jovens que existia na Quinta do Mocho, tendo como objectivo realizar eleições para eleger o novo corpo directivo (processo, à data, inacabado). O objectivo de dar continuidade à associação partiu do Projecto Esperança, também com o incentivo do actual presidente da associação, que assume nesta tese outros papéis de relevo para compreensão da GAP.

A presença de mais de sessenta artistas com trabalhos na Quinta do Mocho não tornou o trabalho de seleção fácil para as entrevistas sobre a sua relação com o bairro.

Foram entrevistados dois *street artists*, um brasileiro e um espanhol, que estiveram presentes no festival Loures Arte Pública (LAP), devido à facilidade e disponibilidade imediata de ambos. Foi também entrevistado um guia que realiza *tours* à obras de *street art* por Cascais, Oeiras, Amadora e Loures dedicadas a turistas, indivíduo que está envolvido com o *graffiti* desde os anos noventa, nos seus primórdios em Portugal, como tal esta entrevista também serviu para um aprofundamento nesta área.

Dos vários músicos do bairro, foi importante focar nos DJ's de *afrohouse* presentes na Quinta do Mocho, com enfoque para o DJ Nervoso, que tem o seu rosto representado por Vhils na Quinta do Mocho. Também o DJ Marfox foi importante para a compreensão de detalhes do início do projecto da GAP e várias questões controversas. A entrevista aos dois DJ's foi realizada conjuntamente.

Para a compreensão do que é a GAP é importante considerar o trabalho do actual executivo da Câmara Municipal de Loures. Além da entrevista que foi realizada à Vereadora Maria Eugénia Coelho, na Quinta do Mocho foram várias as ocasiões em que encontrei adjuntos e trabalhadores do executivo autárquico que estão envolvidos directamente na GAP, o que também foi importante para dar forma a esta tese. Dada a centralidade de uma política pública nesta tese, considerei importante também entrevistar o Presidente da Junta de Freguesia para conseguir uma compreensão mais alargada das funções da Câmara e da Junta sobre a Quinta do Mocho e o envolvimento desta última na GAP.

Por fim, os que foram os pilares da “promoção” da GAP, profundamente importantes para a investigação: os moradores da Quinta do Mocho, que desempenham a função de guias à GAP, os quais irei denominar de moradores-guia. No total, houve cinco moradores diferentes a trabalharem enquanto guias da GAP, dos quais foram entrevistados três. Estas pessoas tiveram um papel crucial no alargamento dos meus contactos na Quinta do Mocho, funcionando em certa medida como meus “guias” pelo bairro ou, utilizando um termo mais específico, foram *gatepears* desta investigação.

Nem todas as entrevistas aconteceram nas melhores condições, tendo surgido vários problemas durante a sua realização. Por exemplo, tempo limitado (pelos entrevistados) para realizar uma entrevista, ou realizar a entrevista a uma pessoa a conduzir, ou com demasiado barulho de fundo, com crianças a brincar em simultâneo, sob fortes rajadas de vento, ou entrevistas que não estavam planeadas para acontecer naquele momento, ou que eram para ser individuais mas acabaram por ser colectivas.

Contudo, tais problemas não afectaram os objectivos das entrevistas, apesar de terem dificultado a sua execução.

0.5. Outras formas de recolha de material empírico

Para melhor responder ao objectivo, esta investigação não se limitou ao trabalho etnográfico e à realização de entrevistas como formas de recolha de material empírico. Serão aqui apresentados outros momentos de recolha importantes nesta tese, através da recolha de artigos de imprensa, de informação em redes sociais, e a consulta de dados estatísticos.

Começo pela intensa recolha de artigos de imprensa para compreender a Quinta do Mocho em vários momentos distintos. Foi realizada uma pesquisa de material jornalístico, com a recolha extensa de todas as reportagens e notícias que referenciavam a Quinta do Mocho, em todos os *sites* de notícias portuguesas onde estas foram encontradas. Foram tidas em conta várias formas de expressão jornalística: imprensa escrita com suportes impresso e digital (exemplos: jornais Público e Diário de Notícias), *sites* jornalísticos derivados das redes de televisão (exemplos: TVI e SIC) e *sítios* jornalísticos exclusivamente online (exemplos: Observador e Diário Digital). Foram tidas em conta todas as peças publicadas nestes *sites* (peças e reportagens jornalísticas, mas também artigos de opinião), tendo como único referencial serem sobre a Quinta do Mocho.

No procedimento da recolha de notícias, foi utilizado o Google como ferramenta de busca *online*, tendo como período de busca os anos de 2011 a 2015. O objectivo das buscas era ser o mais exaustivo possível e ter em conta todo o universo encontrado. Para encontrar notícias associadas à Quinta do Mocho foram empregues várias frases com palavras-chave para facilitar a busca, acrescentando sempre a referência a “Quinta do Mocho”. Para facilitar a busca acedeu-se por diversas vezes à ferramenta no *site* do Google destinada a pesquisa somente de notícias. Das notícias encontradas procurou-se dividi-las em quatro grupos distintos, tendo em conta somente os seus títulos, o dia em que foram publicadas e o tema em geral.

O objectivo desta pesquisa mediática era o de encontrar narrativas sobre o bairro e conseguir enquadrá-las e problematizá-las. A ideia inicial passou por fazer uma leitura

do antes e depois da GAP, manifestada nos meios de comunicação social, procurando perceber se existem duas leituras (ou mais) sobre o bairro e como estas estão construídas.

Outra prática de recolha foi a seleção de informação em redes sociais, como por exemplo o *Youtube*, o *Facebook* e o *Instagram*. Estas redes foram úteis não só para acompanhar o que se passava no bairro, mas também, de certa forma, para me aproximar ainda mais do bairro e dos seus actores. A pesquisa também foi realizada de forma activa nestas redes sociais numa procura de *hashtags* (#)² associadas a temáticas do bairro ou também pela procura de *videoclips* de músicas dos artistas do bairro.

Para além destas fontes, um outro elemento importante para complementar a investigação, foi a consulta aos dados estatísticos referentes aos Censos 2011. O objectivo foi o de compreender a realidade da Quinta do Mocho ao nível censitário e poder comparar esta realidade directamente com outros bairros vizinhos, ou ainda comparar com as realidades de pertença do bairro (freguesia, concelho e país).

0.6. Eventos científicos

Também de relevância para esta tese foi a participação em colóquios, conferências, congressos e actividades várias que de algum modo estavam relacionados com a problemática da cidade e do direito à cidade.

Ressalto o IX Congresso Português de Sociologia, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia na Universidade do Algarve (6 a 8/07/2016), e também o VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, realizado em Coimbra (2 a 4/06/2016). Em ambos os congressos apresentei comunicações que permitiram uma reflexão sobre o meu objecto de investigação a partir do debate sobre as comunicações apresentadas nestes painéis. Também nestes congressos foi possível acompanhar vários painéis onde se discutiam questões relacionadas com a arte (com um foco importante sobre a *street art*), a questão da imigração (focando-se na condição de vida dos imigrantes e/ou o racismo) e os debates sobre a cidade/território, principalmente na Área de Trabalho *Territórios: Cidades e Campos* no Congresso Português de Sociologia.

² Categoria popularizada nas redes sociais digitais para agrupar, através de um termo ou expressão, todas as publicações feitas a partir do uso desta categoria.

Além destes dois grandes encontros, muitos outros eventos tiveram interesse para aprofundar a reflexão sobre o direito à cidade e a *street art* enquanto condição para tal. Citando aqui alguns destes exemplos, aponto o debate organizado pela Casa da Achada – Centro Mário Dionísio com o título “O SAAL em Lisboa” (16/04/2016) e a II Jornada de Estudos Urbanos no ISCTE, organizada no âmbito do Doutoramento em Estudos Urbanos (FCSH.NOVA e ISCTE-IUL) com o NaRua - Núcleo de Antropologia das Artes, Ritos e Sociabilidades Urbanas do Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (19/09/2016). Ressalto também a presença na apresentação do livro: *Cidade, habitação e participação. O Processo SAAL na Ilha da Bela Vista, 1974-76*, de Fernando Matos Rodrigues e Manuel Carlos Silva, no âmbito do Ciclo de Conversas Sobre o Direito à Cidade em Espaços da Lusotopia, coordenadas pela investigadora Isabel Raposo (16/11/2015). Acrescento ainda a “conversa”, no âmbito do Festival Lisboa Mistura, com o título "A música pós-colonial de Portugal - do irromper do Hip Hop nos anos 1990 às manifestações Afro-House do presente" (20/07/2015).

Importante ainda referir os dois grandes eventos científicos em que participei como elemento do Comité de Organização, com resultados de trabalho que se cruzam directamente com várias questões refletidas nesta dissertação: a *3rd International Conference for Young Urban Researchers* (TICYUrb'18) que aconteceu no ISCTE-IUL nos dias 18 a 22 de Junho de 2018 e a *I Urban Audiovisual Festival* (UAF) que aconteceu na Biblioteca de Marvila nos dias 15 a 17 de Junho de 2018.

Por fim, considero importante ter assistido a várias aulas no Mestrado de Estudos Urbanos (da NOVA.FCSH em associação com o ISCTE-IUL), que potenciaram uma reflexão mais aprofundada para a minha investigação.

0.7. Itinerário para os capítulos da tese

Tendo em conta os objectivos desta tese, esta dividir-se-á em cinco capítulos, divisão que foi inspirada nas paredes da Quinta do Mocho. Apesar de já existir previamente uma ideia geral para a composição desta investigação, ela foi um processo articulado com o terreno, o que deu origem a quase todos os capítulos aqui apresentados. Um dos objectivos para a construção dos capítulos é levar o leitor para “dentro” da Quinta do Mocho, de modo a que a problemática aqui produzida o ajude a compreender esta realidade.

O primeiro capítulo destina-se à discussão do principal conceito que orienta esta tese: o *direito à cidade*. Titulado como **O Direito à Cidade – noções e usos**, é a partir daqui que é feita a problematização dos objectivos de investigação e que se procura compreender a dimensão da GAP na vida dos moradores da Quinta do Mocho. Este capítulo será um aprofundamento do estado da arte, onde se apresentam vários contributos sobre o «direito à cidade» e as discussões actuais sobre esta temática.

No segundo capítulo apresenta-se a história deste bairro, com base noutras investigações sobre a Quinta do Mocho, o trabalho etnográfico e as entrevistas realizadas, de forma a construir uma narrativa que caracterize este bairro. Para além da história, falarei da actualidade, partindo de uma caracterização sociodemográfica deste bairro a partir dos dados estatísticos recolhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta recolha estatística permitirá, além da caracterização do bairro, enquadrá-lo ao nível da freguesia, do concelho, de concelhos de vizinhança, da área metropolitana e do país, mas também em escalas muito próximas à da Quinta do Mocho (em termos de quantidade de moradores: Courela do Foguete e Terraços da Ponte). Este capítulo tem como título **Retratos da Quinta do Mocho**.

O terceiro capítulo dedicar-se-á à reflexão de várias questões sobre o bairro. Partindo dos resultados do trabalho empírico, este capítulo pretende levar o leitor a caminhar pelo bairro. Este percurso permite-nos reflectir sobre identidade, partindo da obra de Nomen em que vemos uma mulher negra a tirar a máscara branca do seu rosto. Ou ainda a questão das visitas guiadas, como os moradores-guia nos levam pelo bairro e como os visitantes interagem nestas visitas. Uma outra questão diz respeito à actividade associativa no bairro, que dinâmicas proporciona e realiza, algo muito refletido nas obras presentes no bairro. Por fim, comentar-se-á o papel do *graffiti* como prática de regeneração de um território entendido como excluído. Este último capítulo terá como título **Caminhando pelo bairro**.

1. O Direito à Cidade – noções e usos

“A cidade se encontra prostituída

Por aqueles que a usarem em busca de saída”

(«A Cidade», Nação Zumbi & Chico Science)

“a oposição entre o *valor de uso* (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o *valor de troca* (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos) surgirá em plena luz.”

(Lefebvre 1968b, 35)

Actualmente, e principalmente nos principais centros urbanos de Portugal, a discussão sobre os problemas relacionados com a cidade tem sido um dado constante. Portugal não é um caso isolado nestas discussões – nos centros urbanos dos principais países ocidentais e industrializados, esta é uma discussão na ordem do dia.

Em Portugal, e particularmente em Lisboa, a discussão centrada na cidade foca sobretudo a questão da habitação, e com menor intensidade a questão da mobilidade. Reconhecendo a importância destes dois factores na discussão do problema “cidade”, sinto a necessidade de ir mais além no problema e aprofundá-lo com base na reflexão proposta por Lefebvre (1968b) em «O Direito à Cidade». Surge para mim uma questão que está refletida na citação da banda musical Nação Zumbi e Chico Science: será que “a cidade se encontra prostituída”, que o valor de troca sobrepõe e dita o valor de uso? Neste sentido, a citação acima transcrita aponta que em dado momento a oposição entre valor de uso e valor de troca seria visível, que a afirmação proclamada pela referida banda brasileira na década de 1990 seria um consumir da previsão realizada por Lefebvre décadas atrás. A mesma oposição pode ser equacionada se avançarmos alguns anos e nos focarmos no contexto português, principalmente na Área Metropolitana de Lisboa.

Proponho então uma reflexão sobre o «direito à cidade» hoje, no contexto metropolitano lisboeta actual, observando o contributo teórico de espaço/tempo de Lefebvre e percepcionando o «direito à cidade» através de uma matriz teórica de participação e utilização da cidade. Esta reflexão irá focar-se no bairro da Quinta do Mocho, contexto em que o cruzamento entre a prática do graffiti, a arte pública, as políticas públicas e a marginalidade urbana suscita questões importantes.

1.1. O “inferno” urbano – concepção de Lefebvre

No decorrer da escrita desta tese procurei acompanhar a discussão pública, mediática, académica e política sobre os problemas da e na cidade de Lisboa, que por diversas vezes são problemas da Área Metropolitana, em nada desligados da situação do país e do momento histórico actual. Acompanhei estas discussões por vezes de forma participada, outras vezes assistindo às discussões e recorrendo a artigos de opinião, de jornalismo, manifestos, tomadas de posição de associações e partidos, entre outras formas onde estas questões eram esplanadas.

O «inferno» lisboeta assumiu e assume várias formas para diferentes grupos de pessoas; o que é problema para uns, pode não ser para outros ou pode até mesmo ser a solução. O que poderia definir-se como “inferno” de Lisboa? Pode dizer-se que são os vários problemas que a cidade enfrenta, citando alguns (destacados no debate público): gentrificação dos centros históricos; forte e desregulada presença de turistas; excesso de carros; transportes públicos insuficientes; aumento exponencial dos preços das rendas; despejos dos antigos moradores; e recentemente, para muitos, o impacto nem sempre positivo de obras de requalificação das vias públicas para a melhoria dos passeios e estradas da cidade de Lisboa. Muitos outros problemas poderiam ser citados, e cada um destes problemas esconde muitos outros – o que, no seu todo, pode refletir uma visão de cidade caótica. Lefebvre, na altura em que publicou a obra *O Direito à Cidade* (1968b), apresentava-se pouco optimista sobre o futuro da cidade e do urbano, chegando a afirmar que o que se avizinhava era uma espécie de «inferno urbano», com uma imagem de feições caóticas:

A imagem do inferno urbano que se prepara não é menos fascinante, e as pessoas se precipitam em direção às ruínas das cidades antigas a fim de consumi-las turisticamente, acreditando assim curar a saudade que sentem. A nossa frente, como um espetáculo (para espectadores “inconscientes” daquilo que têm diante de sua “consciência”) estão os elementos da vida social e do urbano, dissociados, inertes. Eis aqui “conjuntos” sem adolescentes, sem pessoas idosas. Eis aqui mulheres sonolentas enquanto os homens vão trabalhar longe e voltam extenuados. Eis os setores pavilionistas que formam um microcosmos e que no entanto permanecem urbanos porque dependem dos centros de decisão e porque cada lar tem televisão. Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos; trabalho, transporte, vida privada, lazeres. A separação analítica os isolou como ingredientes e elementos químicos, como matérias brutas (quando na verdade resultam de uma longa história e implicam uma apropriação da materialidade). Ainda não acabou. Eis o ser humano

desmembrado, dissociado. Eis os sentidos, o olfato, o paladar, a visão, o tato, a audição, uns atrofiados, outros hipertrofiados. Eis, funcionando separadamente, a percepção, a inteligência, a razão. Eis a palavra e o discurso, o escrito. Eis a cotidianidade e a festa, esta última moribunda. Com toda certeza, e com a máxima urgência, é impossível continuar nessa situação. (Lefebvre 1968b, 101)

1.1.1. O “inferno” da cidade de Lisboa

Neste sentido e na minha opinião, o termo «inferno» é o que melhor se relaciona com as críticas públicas feitas sobre a cidade de Lisboa. Como este excerto apresenta o «inferno» não se isola no centro da cidade/centro lúdico, este dissipa-se pelos arredores gerando outros e novos problemas urbanos e “acolhendo” os problemas do centro.

Dado que o bairro da Quinta do Mocho, alvo de investigação nesta tese, se situa em Loures, concelho vizinho a Lisboa, considere relevante pensar o problema do direito à cidade a vários níveis: bairro; freguesia; concelho; área metropolitana; país. Começarei então pelo concelho de Lisboa, tendo em conta o quotidiano urbanizado na metrópole de Lisboa, sendo que a conquista pelo “direito à cidade” é também resultado do direito à vida urbana. Terei também em consideração a centralidade do concelho Lisboa: capital portuguesa; maior oferta de emprego; oferta diversificada de zonas e práticas de lazer. Acrescenta-se a sua proximidade geográfica ao concelho de Loures e ao bairro da Quinta do Mocho. É também importante a reflexão sobre a ideia de metrópole em Portugal (Área Metropolitana de Lisboa – AML – e zona metropolitana do Porto) e a sua relevância numa ideia de urbanismo, como aponta Baptista ao afirmar que “o peso das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto seja determinante na composição da população portuguesa e por isso central para a compreensão da sociedade portuguesa” (Baptista 1999, 6–7). Acrescenta-se ainda a importância do domínio de Lisboa numa concepção de o que é central em Portugal, ao concentrar possibilidades económicas e sociais no país, apesar de, para o autor, Lisboa ser uma cidade irrelevante a nível internacional. Como o mesmo afirma, a

relevância, que é estrutural, tem óbvias implicações no domínio das “representações colectivas”. As imagens da capital (“cabeça da nação”), e das cidades em geral, que a inexistência de um “urbanismo médio” ([apud] V. M. Godinho, 1971: 39) reforça, são determinadas pela ideia de que aí se efectuam os negócios oportunos, de que aí existem possibilidades sociais e profissionais que não existem no resto do país, de que é aí que fica toda a riqueza nacional. A desconfiança face às formas de actuação dos “agentes urbanos” persiste

como uma continuidade na imagem que o país tem da sua capital. Tais temores ligam-se à incapacidade portuguesa de se depreender da tentacularidade da sua capital. O resultado está à vista: sem uma industrialização intensa e uma urbanização consequente, Portugal permanece um país macrocéfalo (bicéfalo?) e Lisboa, no contexto internacional, uma pequena cidade. (Id. *ibid.*, 6–7).

Avanço agora para uma questão que tem como objectivo relacionar a situação dos moradores da Quinta do Mocho com o «inferno» de Lisboa, i.e.: de que forma os problemas urbanos na cidade de Lisboa condicionam a participação e integração dos moradores da Quinta do Mocho na cidade? Considere-se que a cidade, neste caso, é percebida como a zona central (centro histórico), área com um conjunto de problemas com os quais os moradores da Quinta do Mocho se relacionam.

1.1.2. A denúncia da existência do “inferno” chamado Lisboa

Apresentam-se, seguidamente, os principais actores sociais, colectivos ou individuais, que foram importantes para mapear parte do discurso e dos debates sobre o que constitui este cenário caótico de Lisboa.

Destaco, para começar, o manifesto publicado por uma série de investigadores e activistas, intitulado «Quem vai poder morar em Lisboa?». Este manifesto, publicado a 13 de Junho de 2016, propõe que se discutam as principais políticas que têm levado a que o centro de Lisboa seja ocupado principalmente por residentes temporários, levando à rápida expulsão dos seus moradores para as áreas mais afastada do centro ou mesmo para fora da cidade de Lisboa.

Já a Carta Aberta intitulada “Morar em Lisboa” apelou a uma subscrição mais alargada, assemelhando-se a um abaixo-assinado. A carta tinha como reivindicação uma política nacional de habitação, denunciando as várias questões que foram facilitando que cidades como Lisboa ficassem à mercê do alojamento temporário, o que empurrou para fora do centro e da cidade os seus antigos moradores. Em Janeiro de 2017, quando as subscrições foram suspensas, tinham sido recolhidas mais de quatro mil assinaturas individuais, sendo também subscrita por dezenas de associações e projectos colectivos.

No plano associativo, destaco duas associações que têm vindo a focar-se sobre estas questões. Primeiramente, a Habita tem tido uma forte intervenção na questão da habitação em Portugal, apresentando-se no seu sítio *online* como “Colectivo pelo Direito

à Habitação e à Cidade é um colectivo que luta pela concretização destes direitos fundamentais, essenciais à vida humana, inscritos na legislação nacional e internacional” (Habita s/d). A outra organização que saliento, a Rede de Solidariedade, assume-se como “uma rede de apoio mútuo para organizar por baixo pela Habitação, Alimentação, Saúde e Educação” (Rede de Solidariedade s/d) e será citada aqui uma crónica publicada no seu sítio *online* que procura dar conta dos principais problemas para se arrendar casas em Lisboa, principalmente, em zonas próximas ao centro da capital.

Citam-se ainda artigos de opinião de alguns investigadores que têm como objectivo reflectir e reivindicar uma outra política para a habitação e em oposição à crescente gentrificação a que tem sido alvo a cidade de Lisboa. Veja-se o caso de Rita Cachado no artigo publicado no *Le Monde diplomatique* procurando debater a questão do centro e das periferias principalmente em Lisboa (2016), e o investigador Luís Mendes, por seu turno, publicou um manifesto contra a gentrificação na revista Seara Nova, como o mesmo apresenta logo ao início do artigo

como um manifesto contra a gentrificação da cidade contemporânea. Fundamentando-se no paradigma da geografia marxista, o manifesto expõe a gentrificação como processo de injustiça e desigualdade espacial, aprofundando a segregação residencial e a divisão social do espaço urbano, respondendo aos interesses dos movimentos cíclicos de capital e do Estado Capitalista, reforçados no âmbito do pós-crise capitalista 2008-2009. Termina com um conjunto dialético de postulados e respectivas medidas alternativas que pretendem mitigar os efeitos da gentrificação pelo turismo em Lisboa. (2016, 19)

Acrescento uma nota para a discussão despoletada por Ana Rita Alves (2017), também publicada no *Le Monde diplomatique*, com o objectivo reflectir sobre a racialização do território baseando-se na questão na segregação dos imigrantes, negros e ciganos nas periferias de Lisboa, e dos problemas relativos face ao Programa Especial de Realojamento (PER) e aos despejos dos moradores em habitações autoconstruídas, episódios que têm sido recorrentes no concelho da Amadora. Esta discussão indicia que a racialização do espaço na AML é um problema concreto na luta e no usufruto pelo/do «direito à cidade».

Partindo da seguinte premissa do manifesto “Quem vai poder morar em Lisboa”:

A grande intensificação do turismo em Lisboa tem implicado transformações significativas na vida de quem nela habita. Muitas são positivas, mas o que verificamos de forma empírica é que o saldo é negativo para a larga maioria que vive (n)a cidade. O que nos preocupa ao ponto de nos juntarmos para propôr o

debate e procurar soluções, é aquilo que consideramos ser a mais devastadora das transformações de que falamos: o brutal aumento dos valores da habitação, com especial incidência no centro histórico alargado da cidade de Lisboa. Grande parte dos residentes, sem capacidade económica para enfrentar esta subida, está a ser forçada a deslocar-se para bairros cada vez mais periféricos. As zonas mais centrais da cidade parecem estar a tornar-se morada exclusiva dos mais ricos e de habitantes temporários. (Vieira et al. 2016)

Neste manifesto fica patente um dos principais problemas levantados pelo turismo na cidade de Lisboa e de como este problema tem afectado directamente aqueles que vivem n(a) cidade; por outras palavras, o problema de como o turismo afecta directamente a habitação na cidade de Lisboa. Se continuar a viver em Lisboa tem sido um problema para muitos dos actuais residentes, procurar casa em Lisboa pode ser um teste às capacidades individuais, como aponta a Rede de Solidariedade numa crónica que procura expor este problema. Devido à forte procura de habitação, os proprietários e as agências imobiliárias têm aumentado substancialmente o preço para arrendamento e em simultâneo têm dificultado burocraticamente a aceitação de candidatos para arrendamento. No seguinte excerto apresenta-se parte desta crónica que procura relatar na primeira pessoa as dificuldades em conseguir alugar uma casa em Lisboa:

Num dos sites de procura de casa, vi o anúncio de um T0 não mobilado (antigo apartamento do porteiro do prédio) por cerca de 500€. Na descrição era pedido aos interessados que enviassem um email a manifestar a intenção de visitar o apartamento em questão. Fui depois informada que tinha que passar por uma pré-selecção antes de visitar o apartamento. Para tal, tinha que responder a uma série de questões: nome; idade; nacionalidade; profissão; se tinha fiador/a; quem era o/a fiador/a; quantas pessoas iriam viver no apartamento; e se aceitava um contrato de, no mínimo, um ano. Depois de responder a todas estas questões, fui informada que tinha passado à segunda fase e que poderia visitar o apartamento, dada a minha condição de branca, portuguesa e possuidora de uma fiadora, também ela portuguesa.

Já na segunda fase, tive que manifestar “com muita convicção” que pretendia ficar com o apartamento e que aceitava todas as condições. Foi reforçado que não podia abandonar o apartamento no prazo de um ano. Segundo as palavras da proprietária – “eu sei que a vida, por vezes, corre mal para algumas pessoas mas não pode correr!”. A mensagem era clara: mesmo que ficasse sem trabalho, emigrasse ou morresse, teria que garantir que pagaria o contrato até ao fim. Felizmente, não passei nesta fase porque, segundo a proprietária, não afirmei “convictamente” que queria arrendar o apartamento e que aceitava as suas condições. (Rede de Solidariedade 2017)

Partindo deste exemplo, pode perceber-se que actualmente ter uma habitação em Lisboa, principalmente no centro histórico, é estar imbuído neste inferno. Esta situação contrasta com o princípio de a habitação ser um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, como se pode ler no Artigo 65.º:

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. (*Constituição Da República Portuguesa* 2007, Artigo 65- Habitação e Urbanismo, ponto 1)

No mesmo artigo da Constituição pode ler-se ainda que o Estado tem deveres para assegurar este direito, mas os textos anteriormente apresentados indiciam uma certa ausência da actuação do Estado para a resolução dos problemas relacionados com a habitação.

Nos vários textos consultados com uma agenda política clara para uma nova política dedicada à habitação, foi recorrente a referência de os principais problemas associados à habitação estarem relacionados com as alterações da legislação que têm incentivado a ocupação da cidade de Lisboa por interesses do mercado, como por exemplo os casos dos Vistos Gold, do aumento da presença do alojamento local e de hotéis, que acontece em simultâneo com o afastamento (ou mesmo despejo) de inquilinos do centro da cidade e da cidade em geral. Estando em jogo a liberalização do mercado no sector da habitação e do arrendamento, aquilo a que se assiste hoje é resultado das políticas que contribuíram para este objectivo (AAVV 2017; Rede de Solidariedade 2017; Silva 2016; Vieira et al. 2016; Mendes 2016).

O artigo publicado no sítio *online* da associação Habita, redigido pela sua presidente Rita Silva, aprofunda esta questão:

a liberalização do mercado de arrendamento, leia-se, o aumento das rendas antigas e a abertura de vias verdes para o despejo, através do anúncio de obras (sem necessidade de reintegrar o inquilino), precarização dos contratos e a criação do balcão nacional do arrendamento (que só serve para despejos) retirando-o da alçada dos tribunais numa clara violação das garantias de protecção que os inquilinos têm de ter. (Silva 2016)

Vários problemas foram também levantados na Carta Aberta “Morar em Lisboa”, que critica as facilidades a nível fiscal para habitação oferecidos aos estrangeiros com interesse em investir em Portugal, apesar de não existirem «ajudas» fiscais que facilitem aqueles que já viviam no país, independentemente da sua origem, e que são mais

desfavorecidos economicamente, ao contrário dos investidores com melhores condições económicas. Soma-se ainda o facto destes mesmos investidores impulsionarem o mercado imobiliário. Declara-se assim que

O “Regime Fiscal para Residentes Não Habituais” e o “Golden Visa Portugal” (Visto de Residência para os chamados Investidores) por sua vez, contribuíram significativamente para a intensificação da especulação imobiliária. O primeiro é destinado a cidadãos europeus comunitários com capacidade económica elevada. O segundo é destinado a cidadãos de outros países e autoriza-lhes residência para exercerem atividades de investimento, nomeadamente a transferência de capitais, criação de emprego e compra de imóveis. Em ambos os casos beneficia os cidadãos estrangeiros com grandes reduções e mesmo isenções de impostos, introduzindo desigualdade entre estes beneficiados pelas promoções e saldos fiscais e os residentes permanentes, portugueses ou estrangeiros, que não têm quaisquer benefícios fiscais. (AAVV 2017)

Retornando ao manifesto “Quem vai poder morar em Lisboa?” para discutir esta questão, nota-se que os autores apresentam uma série de problemas que têm levado a que os alojamentos em Lisboa estejam, de formas diversas e em grande parte, a ser postos ao serviço do turismo. Isso não quer dizer que os moradores permanentes que vivem nestes alojamentos estejam a ser respeitados. Muitos deles são empurrados para sair das casas que arrendaram para dar lugar a um novo *hostel* ou a um alojamento destinado à plataforma empresarial *online* Airbnb. Dos vários problemas levantados, com dimensões distintas, foi apontada a nova lei das rendas, onde o proprietário pode despejar os seus inquilinos “alegando obras estruturais, tendo apenas de lhes pagar um ano de rendas como indemnização” (manifesto). À semelhança das referências anteriores, apontam-se os problemas relacionados com o alojamento turístico baseado em plataformas como a Airbnb, os “reformados Gold” e “vistos Gold” estimulados pelo anterior governo (2011-2015), o crescimento de hotéis e *hostels* em Lisboa, onde a actual autarquia tem dado licença a todos os projectos de hotéis sem ter em conta a sua localização e se nesse lugar viviam pessoas anteriormente.

1.1.3. As consequências deste “inferno”

Os resultados desta viragem político-económica, segundo estes actores sociais, parece ser consensual. Se, por um lado, facilita o arrendamento esporádico para fins turísticos ou duradouro para pessoas com interesse em investir no país, por outro, faz

aumentar o preço do arrendamento, torna mais competitiva a procura de habitação e de forma directa ou indirecta tem empurrado para fora dos centros urbanos (principalmente Lisboa e Porto) os seus antigos moradores.

Atente-se ao artigo publicado no *Le Monde diplomatique* por Rita Cachado (2016), onde se observa que a saída de milhares de moradores de Lisboa para os concelhos periféricos à capital portuguesa acontece já

nos anos 60 e 70 (quase 40 mil pessoas saíram de Lisboa)? [Onde] compraram casa junto às estações de comboio das principais linhas (Sintra e Cascais), do outro lado do rio, a norte da cidade. Compraram? Nem todos o fizeram, e nem todos procuraram o mesmo sítio nem o mesmo tipo de casas. Muitos envolveram-se em cooperativas, muitos outros alugaram casa nas periferias, e muitos milhares compraram casa devido à pressão imobiliária e à oferta bancária de empréstimos vantajosos. Esse movimento plural continuou ao longo das décadas, com outros fenómenos cumulativos, como as migrações dos países africanos recém-independentes em meados da década de 1970; novas modalidades de empréstimo; novas pressões imobiliárias; novas vestes dos modelos neoliberais de acesso à propriedade privada. (2016, 17)

No artigo da associação Habita refere-se, também, a questão da saída no passado dos moradores do centro da cidade por incentivo do Estado numa política que teve como objectivo facilitar os empréstimos às famílias para a compra da casa própria. Para a presidente da Habita, esta política teve um resultado que beneficiou o mercado imobiliário, pois

o abandono dos centros das nossas cidades deveu-se a um modelo, apoiado e subsidiado por uma política do Estado, compra de casa nova, crédito à habitação e expansão das cidades, que fez com que todo o investimento fosse direccionado para aí. Este modelo, como sabemos, esgotou-se, e os mesmos interesses, viraram-se agora para a reabilitação e para o mercado de luxo e das altas rentabilidades. É por isso que a maior parte dos edifícios que estão (e estiveram) vazios e degradados no centro da cidade são e eram de fundos de investimento imobiliário e promotores. (Silva 2016)

A partir de um breve levantamento na imprensa portuguesa, vejam-se outras consequências do turismo e das várias políticas de flexibilização de compra e arrendamento de imobiliário para o país, com foco na cidade de Lisboa. Segundo um artigo publicado no jornal *Público*, a cidade de Lisboa subiu onze lugares no ranking de cidades mais caras do mundo (Borges 2016). No mesmo jornal refere-se que o preço das casas subiu 22% em três anos, sendo o aumento generalizado para o país em cerca de

5,3% (Soares 2016). Em artigo do *Jornal de Negócios* é apresentado o impacto sentido no arrecadamento para a autarquia de Lisboa de cerca de 2,84 milhões de euros em taxa turística só através da plataforma Airbnb (Ledo 2017). É neste contraste que vive a cidade de Lisboa: se por um lado se torna demasiada atractiva turisticamente, por outro lado o aumento exponencial do turismo contribui para a expulsão dos moradores das suas antigas residências. Sintetizando, Mendes em seu manifesto contra a gentrificação afirma que

Em Portugal em geral e nas cidades de Lisboa e Porto em particular; o turismo tem ganho um peso significativo nos últimos anos, com um crescimento ininterrupto (pelo menos na última década) registando aumentos consideráveis de chegadas de turistas, dormidas e receitas diárias. Esta evolução tem um impacto directo e indirecto na economia nacional, tanto ao nível de riqueza criada como de empregos assegurados, para além de todo o processo de revitalização urbana, evidente pela reabilitação do edificado e do parque habitacional que se tem dado a conhecer e que tem dado uma nova vida à cidade. (Mendes 2016, 20)

Se em Lisboa o problema da habitação apresenta este cenário quase “dantesco”, qual será a repercussão destes problemas nas zonas periféricas da cidade, principalmente nos concelhos vizinhos que dão forma a AML? Hipoteticamente, dado que parte da população que vivia no centro pode estar a dirigir-se para fora do centro, este fluxo urbano poderia inflacionar o preço da habitação em zonas fora do centro de Lisboa e mesmo fora do concelho. Este movimento pode contribuir também para o aumento do valor das casas nas restantes áreas do país, como referido anteriormente.

1.1.4. Reivindicações e propostas para a cidade de Lisboa e para o país

Para finalizar a apresentação do debate público actual sobre a habitação apresentam-se de seguida algumas propostas dos actores sociais já referidos.

Começamos por uma série de propostas apresentadas detalhadamente por Mendes (2016) para combater a gentrificação em Portugal, com especial enfoque na cidade de Lisboa, propostas que são divididas em três grupos. O primeiro grupo foca-se numa “inovação crítica na concepção e implementação de processos locais de regeneração urbana”, isto é, na continuidade de uma política de reabilitação urbana direccionada às pessoas, que contempla a importância da participação dos vários actores (poderes públicos, moradores, ONGs) nos processos de regeneração urbana. O segundo grupo prende-se à existência de políticas contra o desalojamento e a expulsão de moradores,

com propostas que passam por apoio às famílias carenciadas, estabilização das populações, combate à especulação imobiliária, e estímulo à participação civil colectiva para um planeamento urbano participativo. Por fim, no terceiro grupo de propostas o autor reivindica a necessidade de políticas concretas “para assegurar «o direito à habitação»; em detrimento da «gentrificação pelo turismo»”, implicando questões relacionadas com impostos do Estado destinados à habitação para turismo, a possibilidade de existência de referendos locais para questões relacionadas com projectos urbanísticos com fins turísticos, a existência de sanções que condicionem os lucros do turismo sem benefícios para os locais, entre muitas outras propostas.

Os autores do manifesto “Quem Vai Poder Morar em Lisboa”, de forma resumida, apresentam as seguintes medidas para serem estudadas e debatidas:

Suspender a atribuição de licenças a hotéis e hostels até à elaboração de um estudo sobre os impactos do turismo em Lisboa, à semelhança de outras cidades e em permanente actualização, com o objectivo de definir os impactos do turismo e índices de capacidade de carga turística da cidade.

Realização de uma nova lei restritiva do alojamento local, à semelhança de outras cidades (Ex: Barcelona, Paris, Berlin, Nova Iorque, Londres, São Francisco).

Revogação da lei dos reformados gold ou limitação da atribuição de estatuto aos residentes que se fixem em áreas específicas a definir. Ex. zonas despovoadas ou cidades do interior.

Discussão e revisão da Nova Lei das Rendas (de acordo com o previsto no Programa do Governo da Cidade de Lisboa para 2013-2017).

Promover estudos sobre o perfil dos novos habitantes da cidade e respectivas expectativas e motivações.

Sensibilizar as associações de moradores para nas respectivas assembleias de condóminos implicarem formas de compromisso colectivo e consenso democrático que faça depender a criação de apartamentos para acomodação/alojamento turístico, de consenso unânime por parte de todos os moradores do prédio;

Rever na cidade, e sobretudo nas comunidades mais afectadas pela turistificação, uma parte significativa das mais-valias económicas, criando canais de redistribuição dos proveitos/receitas geradas pelo turismo nos bairros, orientando-as, de forma transparente, para benefício das comunidades respectivas.

(Vieira et al. 2016)

Sintetizando, veja-se para finalizar a reflexão proposta pela associação Habita face à questão do arrendamento público:

A política de arrendamento público deve ser promovida, inclusivamente com a possibilidade de requisição de habitação vazia para integrar bolsas de arrendamento. Assim como a criação de mecanismos de garantia de percentagens de habitação acessível para arrendamento (para todos e todas a sério) nos planos de ordenamento de território, novas urbanizações e planos de regeneração urbana, de acordo com as necessidades reais (da mesma forma como se define os espaços verdes e os equipamentos, também a habitação social deveria estar estabelecida, sem ser confinada aos guetos. (Silva 2016)

As propostas que estes distintos actores apresentam vão na generalidade no mesmo sentido: maior controle sobre o alojamento local esporádico e o alojamento para os grandes investidores; maior intervenção do Estado na garantia da concretização do acesso e defesa da habitação pelos moradores; e maior participação dos moradores em espaços representativos e democráticos para poderem ter opinião sobre as decisões tomadas face ao seu direito à habitação.

1.1.5. O «direito à cidade» ou o direito a habitar em Lisboa - algumas notas

Durante a realização desta tese, da leitura de vários artigos e da assistência a debates baseados na reivindicação do “direito à cidade” pude sentir que o discurso estava preso, predominantemente, ao “direito à habitação”. Dos vários textos e artigos que aqui foram citados, alguns deles também tinham o objectivo de discutir o “direito à cidade”, mas quase se resumiram, na sua maioria, pelo “direito à habitação”. Na generalidade e também devido à actualidade do problema “habitação”, como foi exposto anteriormente, este tema acaba por “dominar” as discussões sobre o “direito à cidade”. Mas, como aponta Rita Cachado, existe mais cidade para além do centro. Existem as periferias, com as suas próprias dinâmicas, a sua diversidade na oferta de actividades, espaços de lazer, equipamentos do Estado e dos municípios e problemas que advêm destes mesmos equipamentos e serviços. Atente-se na explicitação da autora sobre esta questão:

A ideia de que os centros urbanos são os detentores de todo o tipo de vantagens pode atacar em ricochete os debates sobre o direito à cidade. O direito à cidade não é necessariamente o direito a habitar num conjunto de bairros de uma cidade como Lisboa; o direito à cidade engloba esse aspecto e outros. Como o acesso a bens e serviços, que é em si múltiplo. Nem os bens nem os serviços estão concentrados no chamado centro. E esse processo não começou com o

aumento exponencial do turismo nos últimos anos. Alguns exemplos: o acesso a bens de primeira necessidade inclui na viragem da década a renovação de uma parte do comércio local (as mercearias) quando ninguém acreditava nele; o acesso a serviços é uma realidade tão plural que basta pensar nas diferentes modalidades de se fazer um bilhete de identidade nos últimos 10 anos; finalmente, qual é o direito à cidade no centro quando a fila da Segurança Social na «periferia» demora um quinto do tempo a chegar à nossa vez (Cachado 2016, 17)

A autora coloca a importante reflexão de que o «direito à cidade» não termina no centro nem no «direito à habitação» ou a habitar num dos bairros de Lisboa. As várias realidades de vida no espaço metropolitano de Lisboa podem dar exemplos interessantes neste sentido. No capítulo 3 desta tese aprofundar-se-á a reflexão sobre as actividades do bairro da Quinta do Mocho e a sua invisibilidade para a restante população da AML.

Para concluir, o que podemos sintetizar sobre a questão da reivindicação do «direito à cidade» é que muitas vezes esta reivindicação é feita, de forma ora manifesta ora latente, numa perspectiva de habitar na cidade de Lisboa. Esta reivindicação não é, por si só, de todo negativa. O problema é que esta lógica pode excluir ou criar invisibilidade para as realidades que estão fora do espaço central da cidade de Lisboa. Por outro lado, esta reivindicação acaba por não incluir o «todo» que é o «direito à cidade», ao se focar quase exclusivamente no «direito à habitação».

1.2. Do «direito à habitação» ao «direito à cidade» - uma proposta de reflexão

A partir desta apresentação da discussão pública avança-se para uma reflexão teórica, tendo como objectivo principal enquadrar este debate, reflectir sobre o bairro da Quinta do Mocho e procurar compreender a importância da Galeria de Arte Pública (GAP) no seu contexto. Por outro lado, esta reflexão teórica procurará ser uma apresentação e reflexão sobre o «direito à cidade» e o contributo inicial de Lefebvre para a questão.

Engels na sua obra *Para a Questão da Habitação* (1887) analisa os problemas da habitação e as suas origens à época e critica as soluções apresentadas por outros autores. Para este autor, a habitação é um problema que pode atingir tanto a classe operária como a pequena-burguesia, o carácter transversal do problema faz com que até a pequena-burguesia se interesse na defesa do direito à habitação, afirmando que esta é uma das mais

importantes demandas do proletariado para o Socialismo. O autor perspectiva que o único meio em que este problema poderá ter alguma solução será uma outra sociedade onde os proletários dominem os meios de produção.

A chamada falta de habitação, que hoje em dia desempenha na imprensa um papel tão grande, não consiste no facto de a classe operária em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. (Engels 1887, 25)

Apesar de a obra de Engels ter sido publicada há mais de um século, vemos a actualidade da sua reflexão sobre o «problema da habitação» tornar-se um «problema social» quando várias camadas da pequena burguesia e de outras classes se sentem afectadas pelo problema. Com base na leitura da imprensa portuguesa e do acompanhamento do debate público sobre a habitação, nota-se que actualmente esta reflexão não está muito distante da realidade de Lisboa: nos vários locais da cidade onde a forte pressão turística se faz sentir, os afectados e pressionados para sair das suas habitações não se restringem à classe trabalhadora, alguns sectores da classe média também estão sob pressão. É no centro da cidade de Lisboa, como já foi apontado anteriormente, que está o foco para o alojamento local esporádico, existindo cada vez menos espaço para o alojamento de longa duração.

Engels aponta, na sua análise sobre a questão da habitação no século XIX, algo que se iria se tornar recorrente no século XX na Europa (tal como no início do século XXI) para a solução do problema da grande procura pela habitação pela classe trabalhadora. O que este autor aponta é a criação de locais para habitações destinadas aos trabalhadores, na proximidade das suas fábricas e zonas de trabalho. Veja-se o exemplo então apresentado por Engels no século XIX para a Inglaterra,

a construção de habitações operárias mesmo ao lado de cada grande fábrica rural, e ao mesmo tempo com a fábrica, tem sido a regra desde há 60 anos e mais [...] muitas dessas aldeias fabris tornaram-se o núcleo em volta do qual se juntou mais tarde toda uma cidade fabril, com todos os males que uma cidade fabril traz consigo. Portanto, essas colónias não resolveram a questão da habitação, antes foram elas que a criaram nas suas localidades. (Engels 1887, 62-63)

Como se pode ver, o resultado desta política, teve como efeitos a multiplicação das «colónias» existentes criando assim outros problemas. Em vários contextos da Europa no século XIX, os responsáveis pela solução do “problema da habitação” eram os próprios burgueses ou latifundiários. Passando, ou não, uma imagem de filantropia, havia um interesse directo nos assentamentos dos trabalhadores à volta das suas respectivas fabricas. Esta localização possibilitava conservar a mão-de-obra próxima das suas instalações, diminuir custos com o transporte dos trabalhadores e ainda manter (ou tentar) alguma salubridade do habitar, o que poderia diminuir os custos com a saúde dos trabalhadores.

No prefácio da obra de Luís V. Baptista, o sociólogo David Justino aponta-nos um interessante ponto de vista sobre a questão da habitação nos finais do século XIX e início do século XX para o caso português. A questão da habitação ou casas para os operários aparece nesta altura como questão quase sinónima de higiene pública e economia social. O problema era tão grave que até foi na altura apontada a seguinte problemática: uma casa sem condições sanitárias era uma casa «assassina». Deste modo o Estado devia intervir, ajudando os operários a construir as suas casas ou mesmo construindo casas para os operários, que estas fossem higiénicas e baratas. Vários autores defendiam a necessidade de preservar os operários para que os mesmos pudessem produzir mais e com melhores condições de saúde, logo ter casas em condições seria essencial para que os trabalhadores não morressem, sendo um trabalhador morto um prejuízo para a produção. Vemos assim, como aponta Justino, que a preocupação de muitos na época não era de todo uma preocupação «filantrópica ou solidária», mas sim «identificada com as perspectivas de valorização do capital humano e de preservação da força de trabalho» (cf, Justino 1999, ix–xi).

A preocupação com a construção de casas para os operários passa da burguesia para a esfera do Estado entre os fins do século XIX e início do século XX. Uma passagem que tem como objectivo amortizar o problema que ia surgindo das «habitações assassinas», legitimando assim o discurso de que a habitação era um problema social. Veja-se então em Luís V. Baptista a referência à passagem da questão da habitação da esfera da burguesia para a esfera do Estado:

A passagem da responsabilidade social dos filantropos. Construtores de “habitações-modelo que são ilhas reeducadoras edificadas no oceano de imundices dos bairros populares”, para o Estado vai ocorrer na Europa ocidental no virar do século (1999, 20–21)

Machado (2012) aponta um sentido para conseguirmos refletir sobre a questão da salubridade do espaço urbano, onde o problema da habitação é uma agravante. Para a autora, a intervenção na questão da habitação é realizada tendo em conta o planeamento urbano, ou seja, o seu todo. Pois como é afirmado

As intervenções no plano habitacional não podem ser dissociadas do planeamento urbano na sua aceção mais ampla, ou seja, da reflexão sobre a cidade. Globalmente pode considerar-se que as preocupações com a gestão do espaço urbano começaram a aprofundar-se com a tomada de consciência da escassez e debilidade das condições habitacionais das classes trabalhadoras mais precarizadas e do que isso representa em termos de constituição dos focos de doença, epidemias ou outros problemas. Estas preocupações começaram a sentir-se de forma mais acentuada no século XIX nos países que experimentaram a industrialização muito antes de Portugal e conduziram ao desenvolvimento do urbanismo. [...] Pensar a organização da cidade em função de necessidades de natureza económica pressupõe, inevitavelmente, equacionar a habitação. Mas pressupõe pensar, igualmente, nos atores envolvidos e na responsabilidade que cabe a cada um nesse processo: atores públicos (Estado), atores privados e os próprios cidadãos. (Machado 2012, 26).

Neste mesmo sentido, Baptista (1999) afirma que o problema da habitação é um problema da cidade:

A questão da habitação é centralmente um problema da cidade, o que tem a ver com a situação histórica da não detenção da propriedade por parte da maioria dos cidadãos e generalizadamente um problema urbano, o que se prende com as condições em que decorrem os processos de crescimento urbano, mas também com a industrialização do fabrico das habitações em que o Estado vai ganhando um papel preponderante à medida que o século XX se aproxima e que serve de resposta à concentração populacional, de início nos grandes centros e depois mais difusamente. (1999, 7)

Portanto, pensar a questão da habitação nos fins do século XIX e entrada do século XX é pensá-la no sentido da gestão do espaço urbano, onde devido à forte concentração de mão de obra é necessário conseguir abrigá-la. E é em simultâneo pensar a questão no sentido de resolver os problemas que são originados a partir deste *boom* populacional. Principalmente, a gestão ou o combate dos problemas de saúde pública, preservando a mão de obra operária, para que esta não fosse vitimada nas suas próprias casas, o que, pode-se ler em ultima instância, significa para vários sectores da burguesia defender a qualidade da mão de obra dos seus trabalhadores, porque se adoecidos ou mortos, isto afectaria a produção e, por conseguinte, o lucro.

Avançando algumas décadas no século XX, Lefebvre apresenta o período a seguir à Segunda Grande Guerra, no caso francês, como um período de profunda transformação no meio urbano, onde imperou uma necessidade de reorganização urbana e de respostas a uma nova crise habitacional:

Após a última guerra, todos sentem que o quadro das coisas se modifica em função de urgências, de coações diversas: impulso demográfico, impulso da industrialização, afluxo dos interioranos para Paris. A crise habitacional, confessada, verificada, transforma-se em catástrofe e corre o risco de agravar a situação política ainda instável. As “urgências” transbordam as iniciativas do capitalismo e da empresa privada, a qual aliás não se interessa pela construção, considerada insuficientemente rendosa. O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção de conjuntos, com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos “novos conjuntos” e das “novas cidades”. (Lefebvre 1968b, 25)

Como se sabe, Portugal não esteve envolvido territorialmente nesta guerra, o seu território não foi alvo de ataques militares, ao contrário de países como França, Alemanha ou Inglaterra, que tiveram várias das suas principais zonas urbanas (parcialmente) destruídas a seguir à guerra. Focando na realidade portuguesa, nesta altura o país estava sob o regime do Estado Novo. Veja-se a reflexão histórica proposta por Machado (2012) que afirma que a linha política para a habitação estava enquadrada na filosofia salazarista de “Deus, Pátria, Família”, onde a habitação era vista como o elemento de enquadramento para o lugar da família, pois

Durante o período da ditadura a intervenção do Estado foi muito pontual e, na realidade, não era tanto o problema da carência quantitativa de alojamentos que se colocava mas sim a carência qualitativa dos mesmos (falta de condições de habitabilidade). A intervenção estatal neste período assentou em iniciativas que pressupunham uma visão da «casa como instrumento privilegiado de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente» (Ferreira, 1987: 61). A intervenção direta do Estado na produção de alojamentos foi pouco expressiva neste período, procurando-se sobretudo viabilizar a atividade do setor privado de construção. (Machado 2012, 26)

Neste mesmo sentido, Nunes (2011) afirma que a partir da década de sessenta houve, por um lado, em contextos como o francês ou o britânico uma certa planificação do espaço urbano e, por conseguinte, da habitação; no caso português, por outro lado, as

políticas públicas para a habitação foram praticamente inexistentes, a par da ineficiência dos projectos de urbanização:

Após a Segunda Grande Guerra Mundial assistiu-se a uma intensa redistribuição de população e a um considerável aumento do ritmo de ocupação dos arredores das principais cidades europeias. Nalguns casos, como em França ou na Grã-Bretanha, estes processos surgiram associados à reconstrução, à planificação urbana e territorial e às políticas sociais criadas na institucionalização dos Estados-Providência. Aí, o planeamento e as práticas de ordenamento regional vieram a adquirir considerável importância. No domínio do alojamento, os seus resultados encontram-se por exemplo patentes na edificação de *grands ensembles* ou de *new towns* — formas de crescimento urbano tidas como resposta à carência de alojamentos que se fazia sentir naquelas duas sociedades europeias. Noutros casos, como em Portugal, o peso das políticas públicas de habitação foi significativamente mais reduzido. A planificação e ordenação regional foi pouco eficaz. A incipiente institucionalização de práticas típicas dos Estado-Providência realizada ao longo dos anos '60 teve lugar num contexto político ditatorial de matriz corporativa que modelava a orientação das políticas de habitação. A suburbanização de Lisboa foi marcada pelo predomínio de práticas construtivas fundadas na promoção privada de alojamento e pontuada pela clandestinidade de loteamento e de edificação. (Nunes 2011, 31)

Nunes neste excerto referencia os principais problemas oriundos no facto de a habitação ficar sob a alçada do sector privado durante o Estado Novo. Machado (2012) expõe que este problema atravessará o Estado Novo, tornando-se uma realidade das ultimas décadas do país. A autora afirma que

Centrar na iniciativa privada este tipo de intervenção significa, desde logo, vulnerabilizar todo um conjunto de pessoas socialmente mais desfavorecidas que, por limitação ou até mesmo ausência de recursos, estão privadas do acesso a uma habitação condigna no mercado formal, através da compra ou arrendamento. (2012, 27)

Por outro lado, na sua já fraca intervenção, o Estado não apresenta respostas mais consequentes e eficazes para o problema, porém as respostas dadas pelo Estado são, na opinião desta autora, a criação de novos problemas:

E quanto ao papel do Estado na promoção direta de habitação para populações carenciadas, há que reconhecer que a política desenvolvida acabou por gerar mais problemas do que aqueles que efetivamente procurou resolver. Desde logo, a aposta na construção de habitação a custos controlados se,

efetivamente, permite tornar menos onerosa a manutenção do edificado que, dada a natureza dos materiais usados, se degrada mais facilmente e mais rapidamente. Para além disso, a lógica de instalação dos bairros de habitação social nas zonas periféricas das cidades contribuiu fortemente para a estigmatização das populações alojadas e para a produção de modos de vida marginais que acentuam os processos de exclusão. (Idem ibidem, 27)

1.2.1. Algumas notas sobre o SAAL

Portugal teve dois grandes programas pós-Estado Novo destinados à habitação. Por um lado, aquele que será discutido e aprofundado aqui, onde os moradores da Quinta do Mocho estão inseridos, o Programa Especial de Realojamento (PER) que principiou no início da década de 1990. Por outro lado, o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), um programa oriundo do pós-25 de Abril, momento político que rompeu com a ditadura do Estado Novo e deu início ao Período Revolucionário em Curso (PREC).

Idalina Machado (2012) reflecte sobre os contornos do SAAL e os seus efeitos posteriores no município da Bouça (Porto). A autora enquadra este processo de luta pela habitação numa reflexão mais alargada e aproximada ao contributo teórico de Lefebvre:

A mobilização dos moradores mal alojados foi forte e condição fundamental para a conquista do direito à habitação, ao lugar, em suma, à cidade. Entendemos aqui, o direito à cidade na perspectiva de Lefebvre (1968), que o vê como o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao ‘habitat’ e ao ‘habitar’. (Machado 2012, 28)

Já no artigo de opinião escrito por um dos Capitães de Abril com o objectivo de aprofundar as questões que levaram à necessidade de pensar e criar um programa que tinha como objectivo um projecto habitacional (o SAAL), o autor aponta, principalmente, as grandes carências de habitação que a população sofria, desde a falta de habitação aos problemas da precariedade das habitações. O autor dá conta dos processos burocráticos e civis tidos na altura, envoltos no momento revolucionário que o país atravessava (J. B. Alves 2017).

Fernando Matos Rodrigues e Manuel Carlos Silva (2015) apresentam, na sua obra *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/1976*, um capítulo dedicado ao processo SAAL nesta ilha no Porto, onde podemos ver os avanços, recuos e contradições que fizeram parte deste processo. Os autores mostram-nos o panorama em que estavam imersos os moradores desta ilha e doutras neste concelho. Uma

situação de exclusão e insalubridade aliadas às caras rendas que os mesmos estavam obrigados a pagar, cenário retratado ao detalhe pelos autores. De interesse o contributo de Luís V. Baptista (apud. 1999) que os autores mobilizam para demonstrar que mesmo anteriormente, durante o Estado Novo, um dos principais programas do Estado dedicado à habitação social teve como foco os moradores com maiores condições económicas, deixando para trás os insolventes; ou seja, um programa que tinha como objectivo dar continuidade às desigualdades no acesso a habitação, neste caso, condigna. O processo do SAAL na Ilha da Bela Vista é um processo com profundas contradições: se por um lado houve forte movimentação dos moradores na luta pela habitação, sob fortes lemas de protesto (como o famoso “*Casas Sim, Barracas Não!*”), por outro lado o poder camarário nem sempre acompanhou a vontade colectiva destes moradores, pois se em certos momentos colaborava com estes, noutros esteve em confronto, sendo o conflito marcante nesta relação. Este trabalho mostra-nos ainda como o Estado se comportou ao longo de dois anos face ao SAAL, apresentado os despachos. Se, por um lado, o Estado ao início detectou o grande problema da habitação que assolava o país, procurando resolver este problema (sendo o SAAL uma das principais respostas), por outro lado, à medida que o PREC caminhava para o fim, o SAAL foi sendo abandonado. No caso da ilha da Bela Vista, como demonstrado pelos entrevistados e documentos apresentados pelos autores, os principais representantes do Estado e arquitectos envolvidos, que num momento estavam interessados em dar forma ao projecto, pouco a pouco vão perdendo o interesse. Este caso mostra-nos que, embora a população estivesse a lutar pela sua habitação, por estar na cidade e pelo seu direito ao lugar, por parte dos poderes instituídos houve um travão à força social que se “movia” por estas bandeiras (Rodrigues e Silva 2015, 77–154).

O SAAL findou, apesar de ter tido fortes repercussões durante o período revolucionário, nomeadamente na luta pela habitação, nas palavras de Baía:

Este programa, após o 25 de Novembro de 1975, começou a sofrer as consequências da mudança de conjuntura política “...retenção dos processos de expropriação de terrenos pelas Câmaras Municipais ou pela Secretaria de Estado, (...) impasses no financiamento das operações (...) e demora na concessão de novos empréstimos aos moradores” ([apud] Rodrigues, 1999: 53). O SAAL acabou por ser praticamente extinto, no dia 27 de Outubro de 1976, por um despacho emitido pelo I Governo Constitucional, despacho que conferia às câmaras municipais o controlo e a definição das operações em curso. Aquando da saída deste despacho, “estavam em actividade 169

operações no País, que envolviam 41 665 famílias de moradores pobres. Em construção estavam 2259 fogos e estava iminente o arranque de mais 5741” ([apud] Bandeirinha, 2007: 14). (2012, 15–16).

Fica consagrado na Constituição da República Portuguesa o «direito à habitação» e a responsabilidade do Estado para com este direito.

1.2.2. Algumas notas sobre o PER

No início da década de 1990, a imagem mediática sobre vários bairros na Área Metropolitana de Lisboa e na zona metropolitana do Porto (e não só) era uma imagem profundamente negativa. Estes bairros eram (e muitos ainda são) conhecidos como *bairros de barracas*; a própria expressão pela qual eram conhecidos contém um sentido negativo socialmente. Estes bairros e os seus respectivos moradores eram normalmente conotados com situações de violência, assaltos, tráfico, utilização de drogas e outros “flagelos” sociais. Nestes entendimentos colectivos, aqueles que habitavam nestes bairros eram sobretudo imigrantes de países africanos ou portugueses ciganos. O discurso mediático repercutia-se no quotidiano local e os bairros estavam fechados em si mesmos.

As tais *barracas* que davam forma aos vários bairros nos principais contextos urbanos do país, eram vistas como uma «chaga social» (Cachado 2013), um problema que tinha de ser resolvido urgentemente. É para dar resposta à vergonha que era o problema habitacional no país que surge a legislação do PER:

A resposta às formas de habitação degradada nos anos 1990 dá-se através de dois programas emblemáticos: o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) e o Programa Especial de Realojamento (PER). O PIMP pretendia reconverter o parque habitacional degradado na cidade de Lisboa, implicando um protocolo entre o INH e a CML [Camara Municipal de Lisboa] em 1987, criando 9698 novos fogos através de linhas de crédito bonificado e de transferências diretas a fundo perdido para os primeiros passos das construções. Face à prevalência deste fenómeno nas restantes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, deu-se a necessidade de alargar a abrangência do PIMP, surgindo assim o PER em 1993, através do Decreto-Lei n.º163/93, de 7 de maio, particularmente orientado para o realojamento de populações residentes em parque habitacional considerado como “de barracas”, após um processo de recenseamento. (Martins 2012, 51–52).

Acabar com estas chagas abertas, que de certa forma manchavam a imagem do país, e, principalmente das suas metrópoles, tornou-se prioritário. Existia na altura uma

estratégia, designadamente para a cidade de Lisboa, de construção de uma imagem de cidade cosmopolita e globalizada, por exemplos com a Lisboa Capital Europeia da Cultura (em 1994) e a Expo '98. Apesar disso, a estratégia concebida no PER não dava uma resposta eficiente ao problema, pelo contrário, construíam-se novos problemas:

Infelizmente, apesar da abertura aos eventos internacionais e à necessidade de internacionalização dos portugueses, as experiências em habitação por parte doutros países europeus parecem ter ficado fora do projecto PER. Contra a construção em massa e contra os bairros isolados alertaram os especialistas, técnicos e académicos, mas a urgência de acabar com as barracas, essa “chaga aberta” no nosso tecido social, para citar a lei do PER (Decreto-Lei n.º163/93, de 7 de maio), imperou sobre a experiência europeia, que nessa altura vinha já demolindo bairros inteiros nas franjas das capitais (Cachado 2012a, 2).

Ana Rita Alves (2013), na sua dissertação de mestrado, apresentou várias críticas ao PER. Das suas principais críticas destaca-se que o PER cumpriu, principalmente, uma política de racialização do espaço. A autora relembra que a solução arquitectónica do PER baseou-se no pós-II Guerra Mundial, um projecto arquitectónico que foi considerado falhado nos fins do século XX e que estava a entrar em desuso em vários países da Europa, já que contribuía mais para a segregação do que para a integração sócio-espacial. O PER é visto ainda como um processo autoritário, que ao contrário do SAAL, não contou (ou contou muito pouco) com a participação dos moradores. A autora acrescenta que o processo está neste momento desactualizado, porque em várias autarquias que passaram pelo PER, os habitantes que foram realojados foram recenseados em 1993, quando em muitos casos o realojamento só veio a acontecer nos finais desta década e início dos anos 2000. Um outro argumento crítico da autora é que, na altura do recenseamento, aqueles imigrantes que não tinham documentos de residência legal no país foram impedidos de serem inseridos no processo de recenseamento e posteriormente de realojamento. Neste sentido, a autora conclui afirmando que

o Plano Especial de Realojamento é ilustrativo da persistência de racismo institucional em Portugal uma vez que, não descurando que grande percentagem da população realojada era nacional e sendo impossível perceber o número de cidadãos negros e ciganos, dado que a legislação portuguesa proíbe a recolha de dados sobre a etnicidade, a realidade é que o processo de racialização dos “bairros de barracas”, contribuiu para que estes fossem constituídos como uma parte colonial da chamada pos-colonialidade, delineando formas de acesso a recursos vários. Para mais, no discurso dominante, assiste-se muitas vezes à culpabilização dos moradores pela

situação de exclusão na qual se encontram. Argumenta-se que esta concepção acaba por recorrer àquilo que o linguista [apud] Teun van Dijk (1992) denominou de ‘blame the victim’. De certa forma, este plano discursivo sustenta a invisibilização da violência perpetrada historicamente contra os imigrantes e as minorias étnicas. Esta operação de culpabilização, em conjunto com um discurso meritocrático, desloca o debate da falta de oportunidades para o esforço individual e do sistema de discriminação institucional para o indivíduo, despolitizando a discussão e invisibilizando o papel do Estado. (A. R. Alves 2013, 78)

1.2.3. Centro e periferias – algumas reflexões

Agora que foram apresentados, sucintamente, estes dois e principais programas de habitação no contexto português, avança-se a reflexão sobre a periferia face ao centro, apresentando assim as suas respectivas lógicas, contradições e oposições. Começamos por uma consideração de Lefebvre, importante nesta reflexão:

Se definirmos a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios serão urbanos. Se definirmos a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferia, os subúrbios serão desurbanizados. E pode-se dizer que o “pensamento urbanístico” dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los. Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o *bistrot*), deixaram de suscitar o ressentimento dos “conjuntistas”, o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana. (Lefebvre 1968b, 27)

Esta reflexão sobre a desurbanização da periferia advinda da lógica de um “pensamento urbanístico” que determina a realidade suburbana como simples “dormitórios humanos”, que têm como utilidade a construção de gavetas onde são postos os trabalhadores, transmite uma realidade que atravessou praticamente todos os países capitalistas desde a Revolução Industrial até ao momento actual.

Das contradições que a realidade histórica nos apresenta, a categoria «subúrbio» é uma delas; não sendo mais um sinónimo de periferia, como será apresentado adiante, é um termo que sofreu mutações e que actualmente representa o oposto daquilo que era

antigamente entendido. O termo «subúrbio» não é um termo neutro que procura dar conta da existência de um espaço urbano à margem ou periférico ao centro. Este termo dá conta de uma realidade que, no contexto europeu, tem vindo a ser entendida como negativa e marginal, somando-se a sua periferia face ao centro.

Nelson da Nobrega Fernandes, na obra *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945* (2011), apresenta o argumento de que houve um rapto da categoria subúrbio, transformando uma categoria que inicialmente referenciava espaços periféricos ao centro sem com isto denotar categorias depreciativas ou negativas. O autor busca em Lefebvre explicações para este entendimento de «rapto ideológico»:

Podemos entender o rapto ideológico como uma mudança brusca e drástica do significado de categorias e conceitos, quando então os atributos mais originais e essenciais que os definiam são expurgados de seu conteúdo e substituídos por significados novos e completamente estranhos à sua extração mais genuína (Fernandes 2011, 16)

Nesta obra o autor aponta para o caso do Rio de Janeiro, onde existiu uma anulação da ideia de espaço geográfico para o entendimento da categoria subúrbio. Importante deixar aqui claro que, para este autor, subúrbio não significa à partida sinónimo de periferia; por exemplo, podem existir espaços suburbanos no centro como, igualmente, existir espaços periféricos mas não suburbanos e que são destinados às classes médias e altas. Uma das formas que contribuíam para este rapto foi a utilização depreciativa do termo pelos jornalistas, com a construção de tipificações, como por exemplo a associação simplista de espaço de violência com o espaço do subúrbio.

Neste sentido, veja-se o contexto da Margem Norte na metrópole lisboeta. Existem várias tipificações sobre certos contextos, que mesmo não correspondendo à verdade, criam imagens relativas aos mesmos. Neste contexto metropolitano existem vários bairros, mais ou menos periféricos (alguns dentro da cidade de Lisboa), que são entendidos como espaços depreciativos, zonas que se deve evitar, e conotados a esta ideia de subúrbio. A imprensa considera alguns destes bairros como «autênticos subúrbios»: Bairro Padre Cruz; Cova da Moura, Quinta da Fonte, Quinta do Mocho. Estes espaços ganham à partida uma conotação negativa num imaginário colectivo sobre estas realidades. Temos por outro lado zonas (ou até concelhos) que, estando na periferia de

Lisboa e no fim da linha de comboio, são entendidas como zonas para pessoas de classes médias ou altas, como por exemplo o concelho de Cascais³ e a freguesia de Sintra.

Voltando a Fernandes e ao contexto do Rio de Janeiro, veja-se que o subúrbio é mais que uma categorização de um espaço depreciativo:

a palavra subúrbio deixa de ser apenas uma representação de parte do espaço urbano do Rio de Janeiro identificado com as classes populares para se transformar em causa explicativa da discriminação política sofrida pelos bairros chamados de subúrbio, cumprindo assim uma das principais funções ideológicas dentro da perspectiva marxista, ou seja, a inversão do real através das interpretações que colocam a causa no lugar do efeito e vice-versa. (Fernandes 2011, 68)

Outras categorias também descrevem a realidade espacial de forma pouco neutra; nenhuma destas categorias é fechada, ou seja, permitem mutações, permeabilidades e cruzamentos. Elas podem ainda ser transportadas de realidades distintas, por exemplo a vulgarização do termo gueto, no sentido norte-americano, para o contexto português e, igualmente, o termo favela que sendo um termo historicamente associado ao contexto brasileiro já tem ganho em Portugal, principalmente na metrópole de Lisboa, alguns usos (mesmo que a sua utilização no contexto português descreva uma realidade distinta da brasileira). Estas utilizações são vulgares na prática corriqueira, baseadas no senso comum – por exemplo, no caso do termo «favela», a influência da cultura brasileira (seja a sua música, cinema ou novelas) permite a entrada de termos⁴ brasileiros para descrever realidades e acontecimentos em Portugal.

Independentemente das particularidades locais, existe uma tendência segregacionista na sociedade, que assume um forte cariz espacial, principalmente nas zonas urbanas; como assume Lefebvre (1968b) a “sociedade pratica a *segregação*” (idem, 103). Veja-se que a segregação não significa, de todo, um distanciamento brutal do centro; considere-se o caso da Quinta da Vitória, bairro que Cachado (2011) considera possuir grandes indicadores de centralidade, localizando-se nas fronteiras de Loures com

³ Ver artigo de opinião *Cascais, a ilusão da Linha* do arquitecto Tiago Mota Saraiva (23/01/17) onde o autor expõe a existência de uma contradição na concepção de Cascais como concelho fechado às classes médias e altas, negligenciado a presença dos mais pobres e carenciados.

⁴ Veja-se como exemplo a utilização do termo «arrastão» desmistificado no documentário *Era Uma Vez um Arrastão* (AAVV, 2005). Neste documentário a realizadora procura provar que não aconteceu um arrastão na praia de Carcavelos, contrariamente ao que foi noticiado por vários órgãos de comunicação social portugueses, e demonstra também como o termo surgiu no Brasil e, deste modo, a sua importação para o contexto português.

Lisboa. Os seus moradores, na altura do realojamento, não tinham interesse em serem realojados nos bairros da Quinta da Fonte ou da Quinta do Mocho, por sentirem que iriam ficar mais distantes do centro. Este exemplo demonstra que o realojamento dos moradores da Quinta da Vitória significou um distanciamento dos mesmos relativamente ao centro. Apesar disso, ambos os bairros que eram, na altura, hipóteses para o realojamento, estão relativamente próximos de espaços centrais. Mas nos três casos a segregação não é contabilizada só com facto de se ter em conta a distância destas localidades relativamente ao centro. A segregação ocorre a vários níveis, como por exemplo a inexistência de transportes ou, quando existem, os seus preços mais avultados, ou ainda o não acesso/dificuldades acrescidas no acesso aos direitos básicos impressos na Constituição da República Portuguesa para todos os habitantes do país.

Wacquant (2001) aponta a culpa directamente ao Estado; para este autor, o problema está no facto de ser o Estado o principal motor de estratificação e segregação sócio-espacial. Se, por um lado, o Estado apresenta programas e políticas que têm como objectivo resolver os problemas e as consequências da já existente segregação e marginalidade urbana, por outro lado, é o Estado que determina quem será relegado ou segregado, quem terá maiores dificuldades em ter acesso aos seus respectivos direitos. Lefebvre (1968b), reconhecendo que os poderes públicos não assumem, por norma, uma posição segregacionista, mas acabam por sê-lo na prática, considera que independentemente do sector da vida social que estes poderes públicos regem, a norma é serem todos afectados pela segregação. O mesmo autor lança um alerta crítico sobre os defensores de um «anti-segregacionismo humanista» que mesmo batalhando contra a segregação, se firmam “ora ao humanismo liberal, ora à filosofia da cidade, considerada como “sujeito” (comunidade, organismo social)”, são também eles segregacionistas. Nas palavras do autor tal acontece

Por razões teóricas e em virtude de causas sociais e políticas. No plano teórico, o pensamento analítico separa, decupa. Fracassa quando pretende atingir uma síntese. Social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam a segregação. (Lefebvre 1968b, 98)

Apesar da segregação, do isolamento ou de estarem relegados, estes contextos estão ainda assim sob a alçada do Estado, e importa perceber a forma como o Estado se faz sentir nestes contextos ou mesmo onde está ausente. Wacquant (2001) coloca a tónica sobre o “*grau e a forma de penetração do Estado*” e em simultâneo valoriza a necessidade de compreensão que um investigador deve ter sobre a relação dos moradores de um

contexto segregado com as várias instituições do Estado (escola, hospitais, agências públicas). Quer isto dizer, sobre a relação dos moradores com as instituições do Estado, Cito o caso da Quinta do Mocho: como exemplo, as suas várias associações ou entidades religiosas que trabalham tanto com as escolas locais, como também com hospitais, ou mesmo com secretários de Ministérios do Estado. Sobre a forma como o Estado intervém nestes contextos, Wacquant aponta a polícia como principal instituição na gestão destes espaços, pois a polícia é um

um órgão de linha de frente que está cada vez mais encarregado da manutenção, não somente da ordem pública mas, num sentido muito concreto que o leva de volta à sua missão histórica original, da nova ordem de desigualdade social vertiginosa e de uma conjunção explosiva de miséria feroz e de estupenda afluência criada pelo capitalismo neoliberal nas cidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento por toda a parte do globo. (Wacquant 2001, 6-7)

São autênticos bairros de exílio (Wacquant 2001), zonas altamente segregadas, onde a responsabilidade que o Estado procura ter é praticamente mínima, gerindo a pobreza e em simultâneo as crises que vão surgindo, cada vez mais constantes. Isto gera implicações directamente relacionadas com o já agudizado isolamento destes moradores. Uma segregação baseada na raça e na classe, que no caso português se reverte sobretudo na segregação dos imigrantes de origem africana e dos portugueses ciganos (Wacquant 2001; A. R. Alves 2013; Lages 2012; Rodrigues e Silva 2015; Cachado 2012b).

Para Lefebvre (1968b) a segregação continuará, num ciclo vicioso, se a classe operária continuar inerte e calada; a marcha segregacionista silencia o protesto e a luta contra a sua engrenagem. Cabe então aos segregados a luta contra esta marcha. Rodrigues e Silva (2015, 91) colocam a tónica sobre a necessidade dos direitos à habitação e à cidade, que para estes autores só vão ser concretizados se aqueles que são afectados pela sua ausência participarem realmente no processo de decisão, num sentido de democracia alargada, combatendo também a marcha segregadora que os afecta. Raposo (2012) fala-nos sobre o exemplo das favelas do Rio de Janeiro, onde aqueles moradores que estavam marginalizados em suas favelas apropriaram-se do seu espaço e criaram as suas dinâmicas de quotidiano. Apesar da sua situação de segregados geográfica e socialmente, as dinâmicas dos moradores faziam questionar a necessidade/prioridade do centro como algo a alcançar. O autor dá o exemplo de distintas práticas culturais e desportivas, que no seu entendimento

contribuem para uma nova conceção do urbano, em que a favela não estaria a “cercar” a “cidade civilizada”, mas integrar-se nela. Resistentes da cidade dual, fragmentada e bipartida, “refundam” o espaço público através de expressões artísticas, culturais e desportivas, na tentativa de reivindicar o seu direito à cidade. (Raposo 2012, 87)

1.3. O direito à cidade

As apropriações do espaço público, tal como no exemplo referenciado por Raposo (2012) sobre as favelas no Brasil, mostram uma tentativa de reivindicação do «direito à cidade». Porém, indo ao encontro de um entendimento lefebvriano de «direito à cidade» e assumindo o discurso deste autor, tal exemplo não passa de «uma tentativa» na conquista deste direito, sendo sobretudo uma reivindicação. Na generalidade, como veremos neste subcapítulo, a conquista deste «direito» não se faz da noite para o dia, é importante perceber que é uma conquista ainda não realizada pela humanidade; é um projecto revolucionário, no sentido de uma revolução que terá de ser urbana, como aponta Lefebvre. Cita-se aqui uma entrevista dada pelo autor para o jornal L' Express, sobre as manifestações que estavam a decorrer em Paris na altura do Maio de 1968. Numa das questões que lhe foram coladas, o jornalista interroga se Lefebvre acreditaria “*que uma revolução na sociedade passe necessariamente por uma abolição da propriedade privada?*”, a que Lefebvre responde:

É provável, mas não será de repente. É o caso de encontrarmos o problema urbano insolúvel actualmente. Tratar-se-á muito provavelmente de limitar a propriedade e não de a abolir. Um certo patamar vai separar a sociedade capitalista da sociedade socialista; ainda não foi transposto – urge. Por exemplo: é impossível sairmos dum problema urbano com toda a especulação predial e de propriedade, etc. – todos o sabem. Tentou-se indirectamente, mas sem grande sucesso. A planificação já pôs uma série de questões à propriedade, tal como a programação industrial. É uma tendência da sociedade, embora sejam necessárias medidas políticas para superar um certo patamar. Deseja-se uma série de medidas para melhorar a situação, existe certamente uma estratégia óptima a seguir. (Lefebvre 1968a, 117–18)

Na mesma linha argumentativa está David Harvey (2008) que defende a necessidade de incluir nas bandeiras políticas a reivindicação do «direito à cidade», tanto como “*lema operacional quando ideal político*”. O autor defende uma democratização deste direito e que os movimentos sociais se organizem à volta desta bandeira. Para

Harvey a reivindicação proposta por Lefebvre de a revolução ser urbana é um passo importante para a sua concretização.

Para se compreender a necessidade reivindicativa deste direito propõe-se uma pequena reflexão através do plano teórico-histórico proposto por Lefebvre (1968b), com o fim de enquadrar o problema que atravessa, principalmente, a Metrópole de Lisboa. Procura-se apresentar, em primeiro lugar, este problema e as respectivas críticas e agendas políticas, e de seguida uma pequena exposição sobre o «direito à habitação» articulado com o «direito à cidade». A proposta é de pensar esta questão partindo da teoria de Lefebvre.

Tal como referimos no início deste capítulo, a oposição do valor de troca e do valor de uso vai surgir em plena luz, a par do que afirma Lefebvre. É neste sentido que o autor aponta a questão da suburbanização e descentralização da cidade, onde afastado da cidade, o proletariado perde o sentido da obra, perde a “*consciência [da] sua capacidade criadora*” e a consciência urbana. Neste raciocínio aponta-se a cidade como resultado de uma produção, como um objecto, distinto dos objectos palpáveis como uma cadeira ou livro, mas no sentido de uma totalidade, que para ser percebida é necessário um exercício de “*reflexão (dedução, indução, tradução e transdução)*” (cf. 1968b, 24–25). Sistematizando as ideias deste autor veja-se que a vida urbana

tenta apropriar-se do tempo e do espaço frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos, usando de astúcia. Ela intervém também, mais ou menos, ao nível da cidade e do modo de habitar. O urbano é assim, mais ou menos, a obra dos cidadãos em lugar de se impor a eles como um sistema: como um livro já acabado. (1968b, 71–72)

Neste sentido, David Harvey (2008), partindo do contributo de Robert Park, afirma que a cidade é sobretudo a extensão do homem:

O compasso e a escala, surpreendentes, de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano? A cidade, nas palavras do sociólogo Robert Park, é “a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo” ([apud.] 1967: 3) (Harvey 2008, 73)

Para compreender a importância de se conquistar o «direito à cidade» para Lefebvre, é importante compreender como os habitantes estão alienados, ao ponto de não reconhecerem a cidade como obra sua. Porém, ao mesmo tempo, os habitantes vivem numa forte passividade, submetendo-se às lógicas da cidade e da vida quotidiana e encarando-as como um fim em si mesmas, ou seja, não conseguindo ultrapassar esta realidade nem propondo para si algo de realmente novo no sentido de dominar colectivamente a cidade. Para ilustrar este argumento, veja-se a obra de João Teixeira Lopes (2002), *Novas questões de sociologia urbana: conteúdos e "orientações" pedagógicas*, em particular a sua interessante reflexão teórica sobre a cidade, o urbano e esta passividade e submissão para a cidade.

Partindo do trabalho etnográfico e do contributo de Lopes (2002), o caso da Quinta do Mocho pode constituir um exemplo ilustrativo interessante. Este bairro fica a pouco mais de dez quilómetros da cidade de Lisboa e muitos dos seus moradores precisam de se deslocar para o centro de Lisboa para irem trabalhar. Fazem-no em transporte próprio ou, na maioria dos casos, utilizando dois ou três transportes colectivos (um autocarro da Rodoviária de Lisboa, do bairro para o Campo Grande ou Areeiro, e o metro ou um autocarro da Carris em Lisboa, ou ainda a combinação destes dois transportes dentro da cidade de Lisboa). Aparte do trabalho, se os moradores quiserem ir à praia e não tiverem carro próprio, precisam de recorrer a uma combinação de transportes (autocarro, comboio, metro, por exemplo para as praias de Cascais, Oeiras ou Almada). Outras práticas de lazer são as idas a centros comerciais (Colombo, Vasco da Gama, Loures Shopping) e festas em Lisboa em discotecas. O que se pretende com isto ilustrar e afirmar é que estes moradores, como a generalidade dos moradores em contextos urbanos, constroem «mapas cognitivos»; estes moradores não fogem muito a estes mapas que separam, no espaço e no tempo, as práticas de residência, trabalho e lazer (acrescento também aqui as práticas de mobilidade). Lopes (2002) considera o contributo de Lefebvre e afirma que são construídos mapas fechados como «arquipélago de ilhas», onde não se consegue superar ou ultrapassar estes limites.

Em suma, Lefebvre (1968a), na já referenciada entrevista sobre o Maio de 1968, afirma que naquele momento histórico foi possível ultrapassar o quotidiano que programava e tornava as pessoas passivas para com – e na – cidade:

a vida quotidiana é resultado da passividade, da programação do ser humano que consome. Passividade completa, ausência precisamente de participação. É necessário restituir ao quotidiano toda a sua atividade criadora, isto tudo

aconteceu [Maio de 1968] durante seis dias, onde uma suspensão da vida quotidiana, onde a separação entre o lúdico e o sério entre o quotidiano e o não quotidiano era constantemente violada (1968a, 117).

É nesta superação colectiva, encabeçada pela classe trabalhadora, que se sedimenta o argumento de Lefebvre face ao «direito à cidade». A par de outros direitos humanos, como a saúde, o trabalho, a educação e a habitação, para Lefebvre a cidade deveria ser incluída como um destes direitos. Os trabalhadores deveriam ter consciência deste seu direito, tendo como objectivo romper com a sujeição do valor de uso ao valor de troca. Os séculos XIX e XX são marcados por lutas políticas e conquistas de direitos universais, com avanços e recuos. A título de exemplo, no presente considera-se um grande flagelo social a hipótese de uma criança trabalhar numa fábrica num país ocidental; para chegar a este ponto foi preciso conquistar o direito a ser criança. Como Sequeira aponta, para Lefebvre a “*sua proposta de direito à cidade [pode ser lida] enquanto direito humano, pressupondo uma vida urbana livre da alienação de uma sociedade capitalista*” (2015, 61). Partindo do exemplo da luta para a conquista do direito a ser criança, é neste sentido que Lefebvre invoca a necessidade de inserção do «direito à cidade» na linha de luta dos trabalhadores, pois a cidade é acima de tudo obra sua, ou como Harvey referenciava, sua extensão. Finalizo este argumento citando Lefebvre:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (1968b, 134)

1.3.1. O papel das políticas públicas na conquista do direito à cidade

Antes de findar este capítulo, considero relevante citar alguns exemplos de políticas públicas ou de iniciativas colectivas que visavam a conquista do «direito à cidade» para uma dada população. Recordo, desde já, que a conquista plena da cidade no seu todo não foi ainda concretizada, apesar de ser audacioso evocar uma afirmação destas, com base no contributo teórico de Lefebvre e da relevância do papel da revolução (no sentido da tomada dos meios de produção e urbanos, para a concretização deste e de outros direitos). Contudo, pode falar-se de avanços e recuos na conquista deste direito, tal como no caso dos direitos trabalhistas.

É fácil entrar num discurso que assuma à partida que uma população num certo contexto esteja a passar por um processo de conquista do direito à cidade. Este discurso pode ser assumido facilmente por políticos que querem «mostrar trabalho», pessoas que estejam envolvidas em projectos destinados a estas populações ou académicos que simpatizem e se solidarizem com a população e as suas lutas. É, portanto, necessário realizar uma crítica sobre a ligeireza em que se toma como garantido que estejamos confrontados com um processo de conquista de «direito à cidade» por uma certa comunidade.

Um dos alicerces na concepção do que significa a tomada do «direito à cidade» é a participação, isto é, quando as pessoas estão realmente a participar na cidade, sem exclusões, tanto nos processo de democracia como na participação directa em todas as partes e fases das cidades. Todavia, a participação é demasiadas vezes usada como forma discursiva, pelos mesmos actores apresentados anteriormente (políticos, académicos, activistas, entre outros), mas não tanto como prática. Ela não chega mesmo a concretizar-se, e como declara Lefebvre existe uma certa obsessão para se defender a participação das pessoas, que na realidade acaba por ser uma participação efémera e desligada, ou mesmo alienada:

Outro tema obsedante [obsessivo]: a participação (ligada à integração). Mas não se trata de uma simples obsessão. Na prática, a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social, elas voltam para a sua passiva tranquilidade, para o seu retiro. É evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se autogestão. O que levanta outros problemas. (Lefebvre 1968b, 104)

A participação é usada como recurso de cativação popular, mas não chega a ser um desejo político que as pessoas participem; existe, sim, uma encenação do que significa participar. Se Lefebvre defende uma participação total e colectiva, já Harvey (2008) afirma a necessidade de se encarar a construção da cidade (no seu todo) como um direito, e não como estas encenações. Aqui se encontra a ideia basilar do entendimento de conquista do «direito à cidade»: a construção da cidade e a vida na cidade devem ser feitas de forma participada e democrática.

O cenário sociopolítico actual está distante das bases propostas por estes autores. Contudo, podem apresentar-se projectos actuais que ajudam a exemplificar acções presentes neste sentido. Apresento desde já uma salvaguarda para a possibilidade destes

projectos poderem ser criticáveis na linha argumentativa de Lefevre, ou seja, podemos estar diante de práticas que não ultrapassam uma encenação de reivindicação do «direito à cidade».

Veja-se o processo já referenciado de requalificação da ilha da Bela Vista, no Porto, entre 2013 e 2015 (Rodrigues e Silva 2015). Este processo contrariou a marcha de ocupação de vários sectores da burguesia no centro da cidade do Porto, defendendo a permanência daqueles que sempre viveram ali (por norma, moradores que ali habitam há décadas e com baixos rendimentos). A novidade deste processo de reabilitação é o forte interesse da autarquia em trabalhar com os moradores, seja no contacto directo ou mesmo no incentivo à criação e/ou à articulação com as comissões de moradores desta e de outras ilhas do Porto. Estão aqui patentes a necessidade de garantir o direito ao lugar e o direito a viver onde se quer e com quem se quer. De interesse ainda é o contributo do laboratório criado em parceria com a Faculdade de Arquitectura do Porto, que pode usufruir do contributo de muitos estudantes de arquitectura para uma melhor compreensão da realidade retratada, e sendo este um trabalho articulado com organizações da Câmara Municipal do Porto. Os autores mostram-nos as particularidades deste processo, seja nas dificuldades enfrentadas no terreno com os moradores, por exemplo devido aos conflitos internos entre os moradores, ou mesmo a imagem negativa que é construída socialmente sobre estes moradores e as ilhas do Porto.

Outros projectos podem ajudar na ilustração de políticas ou movimentos políticos que ambicionavam a conquista do «direito à cidade», designadamente com a utilização de práticas artísticas como parte da estratégia para alicerçar este objectivo.

Na capital do Estado de Massachusetts, Boston, surgiu um movimento político na Rua Dudley no bairro de Roxbury para combater a especulação imobiliária e defender a qualidade de vida dos seus habitantes, do qual resultou um controlo democrático e participado no planeamento da vida do bairro. Este projecto ficou conhecido como Dudley Street Neighborhood Initiative (DSNI), como documentam e apresentam os autores Tim Sieber e Maria Centeio (2011). Dos vários mecanismos políticos utilizados por estes moradores para conseguirem conquistar estes objectivos, veja-se o exemplo da criação de um fundo de terrenos, estratégia utilizada para bloquear a especulação imobiliária naquelas ruas. Entre os moradores, para a organização do movimento, não havia distinção entre os locais e os imigrantes (incluindo indocumentados); foi criado um estatuto que colocava todos os moradores em pé de igualdade (contrariando a legislação

norte americana). Igualmente importante foi a inserção da paridade de poder entre grupos étnicos, que possibilitou que todos os grupos étnicos residentes pudessem ser representados de igual forma na direcção da DSNI. Por fim, o papel da arte foi importante neste contexto para se produzir um sentido de comunidade:

é importante reconhecer que a DSNI utiliza a cultura de uma forma muito eficaz para criar uma comunhão através das diferenças e para construir uma unidade. Por exemplo, muitos dos murais existentes no bairro, grande parte concebidos e executados com a participação dos jovens locais, evidenciam e chamam a atenção dos residentes para a história do bairro, elogiam a riqueza das suas diferentes heranças culturais e desafiam os residentes a trabalhar em prol da paz e harmonia entre os diferentes grupos. (Sieber e Centeio 2011, 19–20).

Catharina Thörn (2011) apresenta o projecto de arte SpotCity, que é apresentado inicialmente aos habitantes que usavam a praça Brunnsparken em Gotemburgo (Suécia), na sua maioria em situação de sem-abrigo e alcoólicos (sendo estes a principal audiência das apresentações neste projecto). O objectivo deste projecto foi envolver os residentes, pessoas que passavam pelas ruas onde estavam inseridos os projectos artísticos, e os sem-abrigo. Os artistas realizaram os seus trabalhos para cumprirem estes objectivos, com o principal foco naqueles que já usavam estes espaços anteriormente, procurando assim travar processos de gentrificação nos espaços escolhidos para este projecto. O manifesto lançado pelo grupo de arquitectos BAVO situa a importância da acção dos artistas neste projecto:

Mais recentemente, o grupo de pesquisas arquitectónicas BAVO criticou os artistas contemporâneos por se converterem à prática de “Arte-ONG”. Querem com isto dizer arte que “esteticiza” a injustiça social e elimina conflitos. A BAVO argumenta que os urbanistas e os promotores pedem aos artistas para desenvolverem micro-soluções criativas para a resolução de problemas sociais estruturais e para fornecerem ferramentas e manuais de “faça você mesmo” com vista à intervenção na renovação urbana. Com efeito, a BAVO afirma que os artistas passaram a estar tão perto do poder que se tornaram o equivalente cultural dos jornalistas instalados na Guerra do Iraque. E, em Novembro de 2009, alguns artistas de Hamburgo redigiram o manifesto Not in our name (“Não em nosso nome”), argumentando que nunca mais participariam em estratégias culturais de branding da cidade (Thörn 2011, 44)

Segundo esta linha argumentativa, a SpotCity foi lançada com o objectivo de combater a gentrificação, de ser um projecto artístico com fins concretos, e não como a

generalidade dos artistas criticados pela BAVO, que permitiam que o seu trabalho fosse usado como ferramenta política na manutenção das desigualdades sociais.

1.3.2. Considerações finais e a Quinta do Mocho

Um dos motivos que me levou a estudar o bairro da Quinta do Mocho foi o meu gosto pessoal pelo *graffiti*, uma prática essencialmente urbana e originalmente transgressora do espaço urbano. Apesar de urbano, é normal encontrar *tags* praticamente por todo o país, mesmo em zonas mais rurais. Nas zonas urbanas, as centenas de *tags* acabam por passar aos olhos de um transeunte de forma despercebida; normalmente, o que mais motiva uma maior atenção sobre o *graffiti* são peças com desenhos mais sofisticados, com a presença de representações mais complexas, e não com uma simples, anónima e egóica assinatura de uma pessoa. Independentemente da forma como se encontra manifesto nas paredes, e não obstante o local onde foi realizado (por exemplo, em paredes de prédios habitacionais, carruagens de comboios, ou mesmo nas paredes da esquadra da polícia), entre outros factores, o *graffiti* e as várias práticas relacionadas à *street art* são formas objectivas de apropriação do espaço urbano, de apropriação da cidade. Assim, em certa medida, a *street art* é uma forma de reivindicação do direito à cidade.

Pode dizer-se que o bairro da Quinta do Mocho e a prática do *graffiti* tinham algo em comum: a marginalidade em que se encontravam. De forma interessante, é a partir do *graffiti* que este processo de reabilitação urbana se dá no bairro, tal como em muitos outros bairros semelhantes. Dá-se, porém, como uma «prática artística», e não como uma prática «marginal» como era conhecida. Tal relação foi diversas vezes apresentada pelos próprios moradores-guias quando, nas visitas guiadas, apresentavam as obras presentes no bairro.

Em prática, a GAP possibilitou melhorias em várias dimensões para os moradores do bairro. Por exemplo, a entrada de taxistas e de carreiras de autocarro da Rodoviária de Lisboa no bairro (antes da GAP estes transportes não passavam pelo bairro). A higiene urbana foi melhorada, passando a realizar-se a sua limpeza uma vez por semana, em vez de uma vez por mês. Foram melhoradas algumas entradas de edifícios com a colocação de rampas para pessoas com mobilidade reduzida. Estas mudanças permitiram aos moradores uma relação diferente com o seu bairro e mesmo para com o resto da metrópole.

A Galeria de Arte Pública (GAP) promoveu, de forma mediática, uma nova Quinta do Mocho, ainda que várias das particularidades desta «nova» Quinta do Mocho não fossem assim tão novas. Tal fez com que a própria Quinta do Mocho passasse por várias mudanças, por exemplo, tornar-se um lugar de destino turístico.

Neste capítulo procurou realizar-se uma reflexão sobre a habitação e as políticas públicas destinadas ao seu fomento, bem como uma leitura sobre os movimentos políticos que neste momento lutam por este direito, reflexão que se enquadrou na proposta de Lefebvre para o «direito à cidade».

Nos capítulos seguintes apresentar-se-á a história da Quinta do Mocho, a sua realidade demográfica e o trabalho associativo ali realizado, procedendo a uma contextualização da prática do *graffiti* e procurando compreender a questão do estigma associado ao bairro. Este percurso tem como objectivo procurar compreender de que forma houve (se houve) a «conquista» do «direito à cidade» pelos moradores deste bairro.

2. Retratos da Quinta do Mocho

O artista MTO tem na Quinta do Mocho uma das obras mais representativas da realidade dos moradores deste bairro. Trata-se da obra *Worker Ghetto Box* em que é apresentada uma caixa de cartão virada ao contrário. Essa caixa é uma representação de como são vistos os imigrantes, neste caso, os imigrantes de origem africana, quando chegam a Portugal. Este trabalho de MTO ocupa três empenas do mesmo bloco habitacional e a representação da caixa é feita como se a caixa estivesse caída e invertida. Numa das empenas lê-se «Portugal», no centro pode ler-se «Africa» com o desenho do mapa africano, no outro lado vê-se um fato-macaco, simbolizando o trabalho na construção civil, junto de um avental, que simboliza o trabalho doméstico (ver Figura 1). O objectivo dos *streetartists*, segundo os moradores-guias que apresentam a obra, é representar como os imigrantes são “largados” em Portugal, com poucos direitos, só estando destinado para eles o trabalho nas obras para os homens e para as mulheres o



Figura 1: *Worker Ghetto Box* - MTO (Fonte: fotos minhas, 2016)

trabalho de serviço doméstico. Fica patente na explicação dos moradores-guias que esta obra representa muita da realidade dos moradores deste bairro.

2.1. Da ocupação ao realojamento

Partindo do trabalho de MTO, falemos da história da Quinta do Mocho. Rita Cachado (2011) dá-nos um contributo interessante para começarmos a compreender a

história deste bairro, mas também de vários bairros à margem de Lisboa. Com foco sobre a Quinta da Vitória, que fica nas fronteiras de Loures com Lisboa, a autora fala-nos da importância da Estrada Militar⁵ como uma fronteira que limita o espaço do concelho de Lisboa. A autora indica também que foi nos arredores desta estrada que surgiram vários bairros de construção informal tanto em Loures como, por exemplo, na Amadora. Um outro detalhe importante é a própria toponímia; neste caso, a forma como vários bairros no município de Loures ficaram conhecidos como “quintas”. No meu trabalho de campo em que tive de me deslocar por várias freguesias do município de Loures também já tinha reparado na existência destas várias quintas, sendo este um concelho que apresenta características urbanas e rurais, apresentando assim uma paisagem peri-urbana (Próspero 2012). Voltando a Cachado, é apontado que em muitas dessas quintas foram construídas várias habitações de modo informal e ilegal, pelos seus próprios moradores. Alguns exemplos desta situação são o caso da Quinta do Mocho, da Quinta da Vitória e da Quinta da Fonte (Cachado 2011).

Sobre o caso particular da Quinta do Mocho, apontam-se aqui três contributos de investigações empíricas que nos ajudam a perceber a história do bairro. A par destes contributos, o trabalho etnográfico realizado permitiu recolher narrativas dos moradores que também informam sobre a história da Quinta do Mocho.

Da pesquisa sobre a história deste bairro, a menção e discussão inicial foi feita por Jorge Macaísta Malheiros e Pedro Letria (1999). Estes autores apresentam-nos uma obra que, apesar de não ter como objectivo um trabalho científico, no sentido de um forte aprofundamento metodológico e analítico, contém um trabalho fotográfico de vários bairros marginalizados, incluindo a Quinta do Mocho, acompanhado de um texto introdutório, que nos dá informações importantes sobre vários elementos da sua história. Neste trabalho são apresentados dados demográficos e históricos que serão reutilizados em trabalhos posteriores, como os de Alina Esteves (2004) e de Sónia Ramalho e Susana Trovão (2010), que posteriormente vão apresentar-nos elementos mais numerosos e actuais para uma melhor caracterização do bairro. O trabalho de Esteves tem como objectivo um estudo comparativo entre a Área Metropolitana de Lisboa e Washington D.C. para compreender a realidade multiétnica destas duas metrópoles urbanas. Já Ramalho e Trovão, por seu lado, no trabalho realizado para o Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI I.P.), pretendem compreender os repertórios

⁵ Actualmente esta rua recebeu uma nova toponímia a de Rua Amílcar Cabral

femininos no contexto migratório pós-colonial, tendo como objecto de estudo as mulheres imigrantes São-Tomenses e o bairro da Quinta do Mocho.

A história do bairro começa num plano de urbanização para a Quinta do Mocho. Nesse plano era prevista a construção de 1900 fogos, 400 dos quais destinados a habitação social, em meados da década de sessenta. Em 1969 ocorreram discórdias entre a Câmara Municipal de Loures e a empresa detentora do terreno (Sínia), estando as obras já em andamento, com infraestruturas e arruamentos (Malheiros e Letria 1999, Ramalho e Trovão 2010). Acrescenta-se que a seguir ao 25 de Abril o processo ganhou novos contornos e até ao fim dos anos oitenta surgem vários contratemplos que impedem as obras de avançar. Malheiros e Letria (1999) dão conta dessa realidade:

Na sequência da Revolução de Abril, todo o processo se tornou mais complexo, tendo a empresa construtora sido intervencionada pelo Estado e os terrenos e imóveis entretanto iniciados declarados de utilidade pública em Julho de 1975. A empreitada transitou de mãos e continuou lentamente até ter sido interrompida em 1978, em virtude da cessação de financiamento. No ano seguinte, a declaração de utilidade pública foi revogada e a construtora voltou a tomar posse integral da propriedade. Durante cerca de dez anos, o processo burocrático-administrativo não se resolveu, apesar da entidade proprietária ter proposto alterações ao projecto inicial. Em 1988, entrou em cena um novo actor, o Banco Fonsecas e Burnay (BFB) que tomou posse de 2/3 da propriedade como forma de pagamento de empréstimos bancários contraídos pela empresa construtora. (idem, 74)

Em 1989 dão-se passos significativos no processo burocrático e parecia que as obras iam avançar, mas tal não aconteceu porque o alvará de loteamento nunca foi levantado. Enquanto este cenário burocrático ia sendo formado com avanços e recuos, começavam a existir, já desde o início da década de 1980, moradores a ocupar os arredores dos prédios em barracas e mesmo nas estruturas das torres, muitos deles trabalhadores da empresa que na altura faliu (Esteves 2004). No final dos anos 80 e início dos anos 90, rapidamente subiu o número de pessoas a ocupar estes locais. Registam-se aqui vários motivos para tal, como afirma Esteves (2004):

O arrastar de um longo processo legal de expulsão dos ocupantes, conjugado com a incapacidade de intervenção dos proprietários, inoperância das entidades públicas e chegada de novos imigrantes dos PALOP a partir dos anos 80, fizeram com que a população residente nos edifícios inacabados aumentasse rapidamente (idem, 110-111).

É também nessa altura que se começa a discutir o processo de realojamento dos moradores. Um processo moroso que passa por vários recenseamentos da população residente. Em 1989, os dados de recenseamento apontavam para 63 famílias residentes naquelas torres, mas em 1991 regista-se uma grande subida no número de famílias nos censos: 296 famílias (1093 indivíduos). Em 1993, o número já ronda as 447 famílias (1495 indivíduos), com base no primeiro recenseamento do Programa Especial de Realojamento encomendado pela CMLoures. Devido à rápida desactualização dos dados, a CMLoures realizou, em 1997, o seu próprio recenseamento, contabilizando 801 famílias (3842 indivíduos). Nota-se então uma forte subida do número de residentes num curto espaço de tempo no bairro da Quinta do Mocho. Aponta-se, como explicação para essa subida, o reagrupamento familiar das famílias imigrantes que procuravam trazer os seus familiares e amigos dos países de origem. O facto de se saber do possível processo de realojamento dos moradores ali residentes, atraiu novos moradores interessados em também serem incluídos no processo de realojamento. É igualmente importante referir que, devido ao aumento de moradores, os prédios ficaram sem espaço para novos moradores, tendo sido construídas barracas ao seu redor, chegando às 200 unidades (Malheiros 1999; Esteves 2004; Ramalho e Trovão 2010).

Da população residente, como já foi dito antes, é notória a predominância dos imigrantes oriundos dos PALOP. Em 1993, 75% dos residentes eram dos PALOP, sendo 27% são-tomenses, 19% guineenses e 16% angolanos. No levantamento de 1997, os angolanos (29,9%) passam a ser mais numerosos, seguidos dos são-tomenses (22%), portugueses (20,4%), guineenses (14,1%) e cabo-verdianos (9,7%). Sobre o grupo étnico de pertença, mais de 80% declaravam-se como negros, existindo somente 1,7% de brancos, sendo de referir que na altura 17,5% dos inquiridos não responderam a essa questão (Esteves 2004). Esta «explosão demográfica», como apontam Malheiros e Letria, levou também a que tivessem lugar no bairro vários problemas que na altura tiveram repercussão mediática. Entrava-se numa espiral de forte degradação das estruturas e de péssimas condições de salubridade. Podemos ler uma descrição desta realidade no suplemento Notícias Magazine em 2001:

(...) o odor que envolve cada prédio num monte de detritos de toda a espécie lançados das janelas à mistura com os esgotos que escorrem pelas paredes. Não imaginamos as ratazanas que um funcionário da Câmara de Loures garante do tamanho de pequenos cães e se escondem naquele buraco ali, nem imaginávamos que fosse possível ver, a dois passos de um restaurante de lata e da porta de um dos lotes, a carcaça meio devorada de um grande cão que os

bulldozers da Câmara arrastam, com o resto do lixo, na grande operação de limpeza que acompanha o realojamento (Câncio 2001, 41).

Descrição que se assemelha à que foi feita por Malheiros e Letria desde a sua primeira ida à Quinta do Mocho. Problemas como este poderiam levar a conflitos entre os vizinhos, o que fez com que os órgãos responsáveis começassem a procurar uma resposta para o problema que estava a agravar-se. Ainda em 1995, a questão burocrática não estava resolvida, existia uma acção de despejo contra os moradores que teve um aval judicial em 1996, mas com grandes dificuldades para ser executada. Somando a isso, a disputa do BFB contra a empresa construtora ainda estava viva. Apenas no fim de 1997 a CML e a Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações assinaram um acordo para o realojamento dos moradores (Malheiros e Letria 1999). O processo de realojamento é realizado em duas fases, a primeira termina em Abril de 2000 e a segunda em Março de 2002. A construção do novo bairro foi realizada alguns anos antes do previsto (estava programada para 2002-2004), tendo sido possível, segundo Esteves (2004), devido ao acordo entre a “Câmara Municipal de Loures, a Intervenção Operacional Renovação Urbana (IORU), a empresa proprietária dos terrenos (Somague), o Instituto Nacional de Habitação (INH) e a Secretaria de Estado da Habitação” (idem 112). Ramalho e Trovão (2010) acrescentam a possibilidade de derrocada dos edifícios como factor preponderante para a agilização do processo de realojamento. Sobre os edifícios e o projecto de realojamento, recupera-se o contributo de Esteves (2004) que faz, baseada em documentação publicada pela CML em 2001, um interessante retrato do projecto habitacional que foi realizado e também dos projectos a construir futuramente:

A construção foi da responsabilidade da construtora Somague, tendo sido erguidos 93 edifícios, acolhendo um total de 680 fogos, com tipologias que vão desde o T1 ao T5, para além de um polidesportivo com balneários, a Casa da Cultura e um centro comunitário, com creche, jardim-de-infância e ATL. Os fogos construídos incluem 24 unidades residenciais destinadas a indivíduos que viviam sozinhos, pois não foram construídos apartamentos de tipologia T0. Apesar de estarem preparados para uma vida em comunidade, estes apartamentos são fonte de grande descontentamento entre os seus moradores, visto ser necessário partilhar despesas mensais comuns como a electricidade, renda, gás e água. O projecto previa igualmente a reserva de espaços comerciais no rés-do-chão de alguns edifícios locais dedicados ao culto (católico e muçulmano) e às associações existentes no bairro. O bairro aguarda ainda a construção de uma esquadra da PSP, um centro de saúde e duas escolas, cuja edificação é da responsabilidade da Administração Central.

A autarquia preparou o processo de realojamento, realizando sessões de informação e esclarecimento com os moradores no sentido de os sensibilizar para a convivência em edifícios em que algumas responsabilidades são partilhadas por todos (limpeza dos espaços comuns, por exemplo). Teve início em Abril do ano 2000 e terminou em Outubro de 2001. Procurando promover alguma mistura social, o projecto contempla também a construção de uma urbanização de venda livre, composta por 1200 fogos, repartidos por edifícios de pequena volumetria. (idem 112-113)

Os antigos terrenos da Quinta do Mocho também foram adquiridos pela Somague, que posteriormente construiu um condomínio de luxo com a designação de Terraços da Ponte. Anos mais tarde, essa designação passou a abranger também a parte de realojamento, a Quinta do Mocho. Segundo a vereadora, Maria Eugénia Coelho (Departamento da Educação; Departamento de Coesão Social e Habitação; Departamento de Recursos Humanos), que foi entrevistada para esta tese, actualmente, a designação de Terraços da Ponte para o perímetro circunscrito ao realojamento do “Mocho Antigo”, voltou a ter a designação de Bairro da Quinta do Mocho.

2.2. A realidade estatística da Quinta do Mocho

Se prendermos a nossa análise sobre a Quinta do Mocho ao nível da realidade estatística, constata-se que se trata de um bairro que, comparado com outros, concentra vários níveis de desigualdade social.

Os dados em seguida apresentados foram recolhidos no *site* do INE e são referentes aos censos de 2011⁶, ao que foram acrescentados os códigos das subsecções correspondentes às ruas da Quinta do Mocho⁷. Com o conjunto destes códigos referentes a todas as ruas da Quinta do Mocho, foi possível “montar” uma imagem daquilo que podemos conceber como Quinta do Mocho – entendido como um conjunto de prédios de realojamento. Tendo o conhecimento prévio destas ruas, dos espaços e localidades, através do trabalho no terreno, foi mais fácil reconhecer a Quinta do Mocho através de imagens cartográficas.

⁶ Fonte: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese

⁷ O pedido das subsecções das ruas da Quinta do Mocho, Courela do Foguete e Terraços da Ponte foi feito pessoalmente em sede do INE e os dados foram enviados por email.

Foram também solicitados os códigos para outras localidades nos arredores da Quinta do Mocho, com os objectivos de comparar realidades de proximidade e de validar os dados referentes à Quinta do Mocho. Estas duas localidades correspondem à urbanização Terraços da Ponte, que faz fronteira com a Quinta do Mocho, e à localidade de Courela do Foguete, que faz fronteira com Terraços da Ponte (ver Figura 2). Estas localidades vão ser denominadas como localidades de vizinhança. A sua escolha foi determinada pela proximidade física e com base no edificado, isto é, a Quinta do Mocho tem um edificado referente a um processo de realojamento, ao passo que a urbanização dos Terraços da Ponte tem um edificado mais recente e a Courela do Foguete apresenta visivelmente (e nos censos) um edificado bem mais antigo.

Por outro lado, foram recolhidos dados estatísticos que permitem comparar a Quinta do Mocho (e as localidades de vizinhança) com realidades distintas à sua em termos de escala e dimensão. Estas escalas foram escolhidas consoante a situação de pertença do Mocho, i.e., freguesia, concelho e país, mas também se comparou com o concelho de Lisboa e a Área Metropolitana de Lisboa. Estas realidades vão ser denominadas como local de pertença ou referência (por exemplo, caso do município de Lisboa). No caso da freguesia foi tida em conta a freguesia à data de 2011 – Sacavém

(durante o governo de 2011 a 2015 ocorreram alterações nas freguesias, existindo várias uniões de freguesias pelo país, e Sacavém foi unida à freguesia de Prior Velho)⁸.

Ao nível do edificado, como já foi dito anteriormente, a Quinta do Mocho foi



Figura 2: Mapa da Quinta do Mocho (vermelho), Urbanização Terraços da Ponte (azul) e Courela do Foguete (amarelo). Edição da imagem do autor, fonte da imagem Google Maps (2017).

integralmente construída entre 1995 e 2005 para servir o processo de realojamento, como os dados dos censos de 2011 comprovam. Já o caso da urbanização Terraços da Ponte, à exceção de um edifício contruído antes de 1919, todo o edificado foi construído entre 2000 a 2010. Por sua vez, Courela do Foguete tem praticamente todos os seus edifícios construídos até 1980, somente três edifícios foram construídos entre 1991 e 1995. Ao nível de alojamentos familiares⁹ constata-se que Terraços da Ponte tem mais alojamentos,

⁸ A reforma administrativa nacional foi aprovada em 21 de Dezembro de 2012 e na altura foi prevista a redução de 1165 freguesias (ver: *Público*. 2012. «Miguel Relvas congratula-se com a aprovação da reforma administrativa». <https://www.publico.pt/2012/12/21/politica/noticia/miguel-relvas-congratula-se-com-a-aprovacao-da-reforma-administrativa-1578322>).

⁹ Foi tido em conta o conceito de «alojamento familiar clássico» do INE: local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas

1005 alojamentos familiares, sendo a localidade que apresenta a maior percentagem de alojamentos familiares vagos, 17.8%; a Quinta do Mocho tem 686, 10.5%, e Courela do Foguete 822, 8.6%.

No que diz respeito à população residente¹⁰, na Quinta do Mocho, à data dos censos de 2011 era de 2579, apesar de possuir menos alojamentos familiares e de existir uma taxa considerável de alojamentos vagos. Por sua vez, a população residente de Terraços da Ponte era de 1839 indivíduos e em Courela do Foguete 1668 indivíduos. A maior população residente na Quinta do Mocho, provavelmente, dever-se-á ao facto de ali existir uma maior quantidade percentual de famílias¹¹ com mais de cinco membros, comparando com os outros dois casos e com as outras escalas. Veja-se, no caso das famílias com mais de cinco pessoas, a Quinta do Mocho apresenta um percentual de 35.5%, Terraços da Ponte 2.4% e Courela do Foguete 5.8; como referência, a Freguesia de Sacavém apresenta 6.3% e o Concelho de Loures 6%. Comparando a quantidade de famílias com mais de 5 pessoas da freguesia relativamente à Quinta do Mocho, vê-se que só este bairro tem cerca 51% das famílias com mais de 5 pessoas desta freguesia. No caso das famílias com 3 e 4 pessoas, os dados estão muitos mais aproximados. O Concelho de Loures tem 38.4%, a Freguesia de Sacavém 33.2%, a Quinta do Mocho 35.6, Terraços da Ponte 37.5% e Courela do Foguete 32.1%. Os valores para famílias constituídas por 1 e 2 pessoas são de 55.7% para o Concelho, 60.5% para a Freguesia, 28.6% na Quinta do Mocho, 60.1% em Terraços da Ponte e 62.1% na Courela do Foguete. Com base nesses dados vê-se que só não existe homogeneidade nesta tipologia familiar devido à Quinta do

de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo. (Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/318>)

¹⁰ Os dados apresentados são relativos ao conceito de «população residente»: conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano. (Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6259>)

¹¹ Foi utilizado o conceito de «família clássica»: conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. (Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1123>)

Mocho, que apresenta termos percentuais abaixo da metade quando comparada aos restantes contextos.

Segue-se agora uma análise mais a fundo sobre a composição da população residente e as suas características. Como o INE não disponibiliza os dados referentes aos escalões etários divididos em escalões quinquenais, os três escalões criados basearam-se na soma dos dados apresentados (criando assim um conjunto de escalões que corresponde à agregação de vários escalões separadamente apresentados pelo INE). Foi criado o escalão que corresponde às crianças e jovens, entre 0 e 19 anos de idade, tomando como referência o ano escolar (ou seja, o ano escolar esperado para terminar todos os ciclos de estudo, incluindo o ensino secundário, tendo como referência a escolaridade obrigatória em Portugal, que é até aos 18 anos). O grupo destinado às pessoas activas ficou delimitado entre os 20 e os 64 anos de idade¹². Por fim, a idade superior aos 65 anos fica aqui delimitada como sendo a idade inactiva¹³. Veja-se então a percentagem populacional dos moradores residentes divididos nestes três escalões etários (ver Tabela 1).

¹² Para muitas organizações, a delimitação da idade activa é por norma entre os 15 ao 64 anos, mas por falta de dados e tendo por referencial a escolaridade obrigatória em Portugal, foi essa a delimitação encontrada para melhor servir a tese.

¹³ Antes de apresentar os dados, é importante dizer que estas escolhas vão criar margens de erro, que não são possíveis de delimitar, ao nível de comparações entre os níveis de escolaridade e frequência escolar ou números referentes à procura de emprego com um destes escalões etários. Ver-se-á que os dados podem não corresponder de todo à verdade, porque, por exemplo, uma pessoa pode estar à procura do seu primeiro emprego e ter menos de 19 anos como pode ainda estar a frequentar o ensino secundário e ter mais de 20 anos. Se a comparação fosse feita directamente a toda a população residente, poderia não haver uma margem de erro, mas existiriam erros de análise por defeito/excesso, porque ao comparar-se uma realidade em que a população residente inclui poucas crianças e jovens, esta população apresentará um número bem menor de pessoas a frequentar ciclos de ensino; ou seja, na altura de analisar estes dados, uma pessoa seria levada a acreditar que aquela população tem um menor aproveitamento escolar, quando, na realidade, até poderia ter um aproveitamento escolar de 100%. Contudo, estes riscos no desfasamento da análise limitam-se a margens de erro, o que permite depreender que estes erros vão acontecer em todas as realidades analisadas, portanto é possível que os resultados não estejam profundamente viciados e para efeitos de comparação parece a melhor estratégia.

Tabela 1: Indivíduos Residentes divididos em três escalões etários

Local	0-19	20-64	>65
Portugal	20%	61%	19%
Área Metropolitana de Lisboa	21%	61%	18%
Lisboa	17%	59%	24%
Loures	21%	62%	17%
Sacavém	21%	61%	18%
Quinta do Mocho	39%	58%	3%
Terraços da Ponte	23%	75%	1%
Courela do Foguete	21%	55%	26%

Verifica-se que os dados apresentados ao nível das escalas de pertença freguesia/concelho/país estão relativamente aproximados, não existindo desfasamento entre estas realidades. A diferença está entre as três localidades de vizinhança e entre essas localidades e os locais de pertença. Em relação à Quinta do Mocho, tem uma população jovem e infantil superior a qualquer outra realidade apresentada, estando perto do dobro relativamente aos outros contextos. A população activa apresenta valores muito próximos nas três escalas de pertença, e quanto à população inactiva verifica-se que a Quinta do Mocho só tem 3.1% de pessoas com mais de 65 anos, estando bem abaixo das restantes escalas de pertença, à excepção de Terraços da Ponte.

Grande parte do trabalho etnográfico reportado nesta tese foi realizado junto de jovens e de crianças. Cito aqui uma situação peculiar deste trabalho etnográfico, durante o apoio escolar a várias crianças do 1º ao 4º ano do ensino básico no Spot do Mocho:

Começaram a chegar as primeiras crianças que eu e uma monitora fomos recebendo na sala de apoio escolar. A sala tinha quatro conjuntos de mesas agrupadas, o objectivo era separar as crianças consoante o seu ano escolar, para que o apoio fosse feito tendo em conta o ano escolar da criança. As primeiras a chegar eram do primeiro ano, foi a elas que começámos a dar os primeiros apoios. Logo começaram a chegar muitas crianças que foram sendo separadas consoante os seus anos. Algumas iam logo apresentando os seus trabalhos para casa, outras diziam que não tinham trabalhos para fazer, que só tinham de estudar. Logo tive de começar a dar apoio às várias crianças, as tarefas consistiam em fazer composições/redação, ajuda para encontrar palavras numa sopa de letras, realizar tarefas matemáticas. O que mais senti dificuldade em apoiar foi nas tarefas matemáticas. Contudo, com dificuldades distintas foi possível apoiar a generalidade das crianças que ficaram a meu cargo. Chegou mais uma voluntária que não estava previsto ir nesse dia, o que facilitou na distribuição de tarefas. Como um monitor me tinha apontado antes de começar a dar o apoio, eram muitas

crianças, estando inscritas perto de 30 crianças só do ensino básico do primeiro ciclo. A meio da sessão de apoio, apareceu mais uma criança interessada em inscrever-se no Spot do Mocho. (Diário de Campo, 08 de Novembro de 2016)

A preocupação com as crianças do bairro foi uma constante durante a investigação. Desde as conversas informais, às respostas em entrevista, passando pelos temas de discussão em assembleias (de jovens, comunitárias, com a CML) e mesmo nas paredes da Quinta do Mocho, eram várias as empenas onde se representava um discurso destinado às crianças. O artista Mário Belém na sua obra na Quinta do Mocho (Figura 3) mostra-nos um pouco do imaginário sobre a infância. Segundo os moradores-guia, esta imagem tem como objectivo demonstrar que as crianças do bairro necessitam de brinquedos e de momentos para poderem brincar; neste contexto várias coisas que poderiam ser vistas como lixo, com algum trabalho poderiam ser reutilizadas e transformadas em brinquedos.



Figura 3: Mário Belém - *Nunca deixes que te digam nunca*. (Fonte: fotos minhas, 2016)

No que diz respeito à população inactiva, a sua pequena percentagem parece estar relacionada com o facto de a maioria da população que imigra, fazê-lo em idade activa e com o intuito, em grande parte, de ser uma migração laboral, como aponta Peixoto (2008)

O estudo da relação entre imigração e mercado de trabalho apresenta grande centralidade em Portugal. Por vezes, o estudo da vertente laboral da imigração confunde-se, mesmo, com o da própria imigração (p. 20)

Como tal, e tendo em conta que os migrantes da Quinta do Mocho vieram para Portugal a partir da década de oitenta, e o grande *boom* foi no início dos anos noventa, estas mesmas pessoas ainda não alcançaram a idade inactiva, mesmo que se considere por hipótese que uma grande parte da população activa esteja a chegar à idade de 65 anos. Já em Terraços da Ponte vemos que a população jovem é ligeiramente superior às escalas de pertença – 23%, mas é no escalão da vida activa que esta localidade se destaca por excesso – 75.3%, e da vida inactiva por defeito – 1.3%. Pode-se, hipoteticamente, considerar que os dados têm esta composição porque, como foi visto anteriormente, esta

localidade é formada por um edificado construído todo posteriormente ao ano de 2000, e como foi verificado no terreno esta é uma localidade de classe média. Coloca-se assim a hipótese desta urbanização ser composta por massa activa relativamente jovem que se moveu internamente no país ou na área metropolitana, por exemplo, saindo das casas dos pais para esta urbanização, ficando os pais na suas habitações de origem ou tendo um outro destino. Os dados referentes a Courela do Foguete são os que mais se assemelham às escalas de pertença, à excepção dos dados referentes ao escalão etário das pessoas inactivas: 26%. Pode então considerar-se que esta uma realidade deriva do facto de aqui se encontrar um edificado mais antigo, onde muito provavelmente as pessoas já moram há várias décadas. Por fim, se olharmos para os contextos de pertença e referência (Portugal, AML, Lisboa, Loures e Sacavém) vemos que estes três bairros apresentam uma divisão de escalões etários dissonantes para com as realidades de pertença e de referência apresentadas na Tabela 1. Ainda que Courela do Foguete se aproxime destas realidades de pertença e de referência, a Quinta do Mocho e Terraços da Ponte aparecem em contraciclo. Assim, surge como hipótese que a realidade continue a agudizar-se neste sentido nos próximos censos, i.e., que a percentagem de população inactiva seja cada vez maior em detrimento da população activa e das crianças/jovens.

Tabela 2: Habilitações dos indivíduos residentes

Local	1	2	3	4	5	6
Portugal	74,6%	15,1%	3,6%	5,9%	11,8%	4,7%
Área Metropolitana de Lisboa	72,2%	14,9%	4,1%	6,7%	16,5%	2,9%
Lisboa	69,9%	12,1%	5,5%	9,4%	27,0%	2,9%
Loures	73,5%	15,4%	3,6%	5,8%	12,8%	3,3%
Sacavém	71,6%	15,0%	3,6%	5,8%	15,8%	2,8%
Quinta do Mocho	88,8%	35,0%	2,5%	4,3%	2,0%	4,3%
Terraços da Ponte	47,3%	11,1%	5,4%	7,2%	39,0%	0,2%
Courela do Foguete	73,4%	13,5%	3,0%	5,4%	6,3%	4,1%
Legenda:						
1. % Da população residente dentro do escalão etário 0-19 a frequentar o ensino básico e secundário						
2. % Da população residente a frequentar o ensino básico e secundário						
3. % Da população residente a frequentar o ensino superior						
4. % Da população residente dentro do escalão etário 20-65 a frequentar o ensino superior						
5. % Da população residente com ensino superior						
6. % Da população residente que não sabe ler nem escrever						

Na Tabela 2 podemos observar as habilitações da população residente. Esta tabela dá indicações para se perceber se existem desigualdades a este nível em relação à Quinta do Mocho. As colunas 1 e 2 focam-se na frequência do ensino básico e secundário (coluna 1 escalão etário 0-19, coluna 2 população total) sendo que, nestes dois casos, os resultados

apresentados não divergem muito quando são comparados o escalão etário ou a população total.

Se analisarmos estas colunas sem termos em conta algumas variáveis, existe o risco de se produzir uma interpretação errónea. A primeira questão prende-se com a situação de existir dentro do escalão etário de 0-19 um grupo quinquenal que não está, por norma, no primeiro ciclo de estudos, que é o das crianças com menos de cinco anos. Observando as percentagens de crianças com 0-4 anos em relação à população com 0-19 anos, no caso da Quinta do Mocho e Terraços da Ponte, verifica-se que são 18,2% e 48%, respectivamente. Estes dados estatísticos demonstram que, apesar de a Quinta do Mocho ter uma maior percentagem de crianças e jovens, como foi visto anteriormente, se se focar a visão em escalões etários mais curtos, percebe-se que Terraços da Ponte está a contribuir mais para o rejuvenescimento populacional para o futuro. Por hipótese, pode deduzir-se que no caso de Terraços da Ponte exista maior planificação familiar. No caso da Quinta do Mocho, onde a maior percentagem dentro deste escalão etário (0-19) está no escalão dos 14-19 anos, deduz-se que não houve uma tanta planificação familiar (tomando por exemplo as famílias mais numerosas que vimos anteriormente). Portanto, e ainda que não possamos aqui aprofundar, coloca-se uma questão: será que esta situação significa uma desigualdade na concepção e constituição de família? Esta dissertação não pretende dar resposta a questões como esta, mas é importante termos estes questionamentos em aberto quando se observam estes dados.

Voltando às habilitações, mas ainda com foco nas duas primeiras colunas, se 48% do escalão etário 0-19 têm entre 0 e 4 anos de idade, pode inferir-se que o dado apresentado na primeira coluna (que indica que só 47,3% deste escalão (0-19) está a estudar num destes ciclos) é uma falsa verdade; ou seja, na realidade, temos praticamente 95% das crianças de Terraços da Ponte a estudar num destes dois ciclos. No geral, se as percentagens da população residente dos 0-4 anos de todas estas localidades de vizinhança/locais de pertença forem somadas aos resultados apresentados na primeira coluna, poder-se-á verificar em todos os casos valores a rondar os 95%, menos no caso da Quinta do Mocho, que ultrapassará os 100%. Esta ultrapassagem pode dever-se aos alunos com mais de 19 anos que ainda estejam a estudar nalguns destes ciclos, por retenção, ou mesmo devido à procura de formação por pessoas mais velhas no âmbito de programas do Estado dedicados à formação na vida adulta. É interessante notar que a escolaridade obrigatória até ao 12º ano só se tornou aplicável para os estudantes que

entrassem no 10º ano em 2012/2013¹⁴, i.e., mesmo sem escolaridade obrigatória nota-se uma presença maciça de estudantes nos ciclos de estudos. Portanto, não é nestas colunas que pode-se notar alguma desigualdade entre estes contextos.

Se o foco for colocado nas colunas 3, 4, e 5, que se debruçam sobre a formação académica, verifica-se que a realidade aponta claramente um sentido de desigualdade. As colunas 3 e 4 indicam a frequência no ensino superior, primeiro comparada à população residente e seguidamente comparada ao escalão etário 20-65. Comparando os resultados apresentados nestas duas colunas, vê-se que não há grande divergência entre os dados. Na coluna 3, nota-se que o local de pertença freguesia/concelho/país tem os mesmos resultados: 3,6%. Porém, a área metropolitana e o concelho de vizinhança apresentam melhores resultados, 4,1% e 5,5%, respectivamente. Já as três localidades de vizinhança aqui comparadas dispararam em sentidos diferentes quando colocadas lado-a-lado, tendo estas realidades de pertença como média. A Quinta do Mocho está bem abaixo dos resultados de pertença e referência, tendo 2.5% da sua população residente a frequentar o ensino superior; por seu lado, Terraços da Ponte está bem acima, apresentando 5.4%, valor próximo do resultado do concelho de Lisboa (5,5%); já Courela do Foguete está abaixo, mas mais próximo que a Quinta do Mocho, com 3%. Na coluna 4, estas relações mantêm o mesmo sentido. Na coluna 5, indicativa da população residente com ensino superior, o sentido é sensivelmente o mesmo, mas com maior discrepância nas comparações. Primeiro, a freguesia de Sacavém tem uma melhor percentagem (15.8%) em comparação ao município de Loures (12.8%) e Portugal apresenta um resultado ainda pior (11.8%). Já a AML e Lisboa apresentam resultados melhores, 16,5% e 27%, respectivamente. Terraços da Ponte apresenta um número de indivíduos com ensino superior bem maior que os locais de pertença, 39%. Courela do Foguete e a Quinta do Mocho estão nesta relação num sentido de desigualdade negativa, no caso de Courela do Foguete 6.3%, e ainda mais abaixo a Quinta do Mocho, com 2%.

Por fim, sobre a coluna 6, verifica-se novamente uma relação com características de desigualdade nas três localidades de vizinhança. Nesta coluna vê-se a percentagem dos que não sabem ler nem escrever. Curiosamente, Portugal apresenta o pior resultado nesta coluna, com 4.7%. Quando se observam as três localidades vizinhas verifica-se que a

¹⁴ Ver artigo do Público, por Graça Barbosa Ribeiro (2015) - <https://www.publico.pt/politica/noticia/a-prova-dos-factos-quem-iniciou-o-processo-de-generalizacao-da-escolaridade-obrigatoria-de-12-anos-1708255>

Quinta do Mocho e Courela do Foguete apresentam dados muito próximos ao de Portugal, 4.3% e 4.1%, respectivamente. Terraços da Ponte encontra-se próximo de 0, com 0.2%, demonstrando assim uma localidade onde este problema está praticamente erradicado.

Sobre as habilitações académicas, a Quinta do Mocho apresenta os piores dados relativamente à população residente que frequenta ou completou o ensino superior, mas é acompanhada de perto por Courela do Foguete. Para além disso, a Quinta do Mocho também apresenta os dados mais negativos relativamente à população residente que não sabe ler nem escrever. Por seu turno, Terraços da Ponte destaca-se pela positiva nestes mesmos dados. Quanto à população residente a frequentar o ensino básico e secundário, no geral, há uma frequência massiva nestes ciclos de estudos independentemente da localidade de pertença, referência ou vizinhança.

Tabela 3: Emprego, Desemprego e Reforma

Local	1	2	3	4	5	6	7
Portugal	1,9%	8,4%	68,0%	85,7%	12,5%	1,8%	27,8%
Área Metropolitana de Lisboa	2,0%	8,5%	70,8%	86,1%	12,2%	1,7%	26,4%
Lisboa	1,9%	7,7%	71,3%	89,0%	9,7%	1,3%	31,0%
Loures	2,0%	8,5%	70,9%	85,6%	12,5%	1,9%	28,6%
Sacavém	2,5%	9,8%	69,3%	84,7%	12,7%	2,6%	30,6%
Quinta do Mocho	8,4%	26,5%	37,9%	43,2%	40,1%	16,7%	6,2%
Terraços da Ponte	0,6%	3,6%	91,3%	92,6%	7,4%	0,0%	2,7%
Courela do Foguete	1,8%	10,2%	69,3%	85,9%	12,3%	1,7%	35,5%
Legenda:							
1. % Da população residente desempregada à procura do primeiro emprego dentro do escalão etário 20-64							
2. % Da população residente desempregada à procura de emprego dentro do escalão etário 20-64							
3. % Da população residente empregada dentro do escalão etário 20-64							
4. % De famílias sem desempregados face ao total de famílias presentes neste local							
5. % De famílias com 1 desempregado face ao total de famílias presentes neste local							
6. % De famílias com 2 ou mais desempregados face ao total de famílias presentes neste local							
7. % Da população residente com pensão de reforma face à população residente com idade superior a 20 anos							

Finalizando, vejam-se as questões relacionadas ao trabalho na Tabela 3. As três primeiras colunas da Tabela 3, dedicadas às percentagens da população residente que está à procura do primeiro emprego, à procura de emprego ou empregada, são todas face ao escalão etário entre os 20 e os 64 anos de idade. Devido à inexistência de dados disponíveis do INE para as subsecções especificando alguns conjuntos de idade (como por exemplo 65-69 e 70-74 anos), foi comparada a quantidade, por exemplo, de empregados face ao total da população residente entre os 20 e 64 anos¹⁵. Mesmo apresentando dados distintos da mesma realidade, os três escalões apresentam os dados

¹⁵ Na metainformação do INE para a taxa de desemprego são tidos em conta os indivíduos que têm entre 15 e 74 anos de idade.

no mesmo sentido, sem grandes desvios quando comparados. Primeiro, a Quinta do Mocho apresenta uma realidade mais negativa nas três primeiras colunas, i.e., é simultaneamente a localidade com maior percentagem de indivíduos à procura do primeiro emprego (8.4%), à procura de emprego (26.5%) e a menor percentagem de indivíduos empregados (37.9%). Por outro lado, os dados mostram que Terraços da Ponte encontra-se no sentido oposto, com 0.6%, 3.6% e 91.3%, respectivamente. Courela do Foguete acompanha os dados de pertença (freguesia/concelho/país), estando estas quatro realidades próximas dos 2% (procura do 1º emprego), entre os 8% aos 10% (procura de emprego) e próximos dos 70% (empregados).

Nas colunas 4, 5 e 6, focadas na questão das famílias clássicas com e sem desempregados, a tendência apresentada pelas três primeiras colunas continua a fazer sentido. A Quinta do Mocho apresenta uma situação mais negativa, Terraços da Ponte mais positiva e Courela do Foguete acompanhando a realidade de pertença. Por exemplo, no caso da Quinta do Mocho (em que, como vimos, residem mais famílias numerosas), a percentagem de quase 16.7% nas famílias com mais de dois desempregados mostra-nos o quão dramática pode ser esta realidade. Já Terraços da Ponte não possui nem uma família com mais de dois desempregados. Temos assim uma realidade de vizinhança em que se nota uma grande desigualdade relativamente ao emprego. A respeito da coluna 7, relativa à população residente que recebe pensão de reforma, a opção de apresentar os dados comparando a população residente acima de 20 anos deve-se à possibilidade de começar a receber reforma ainda antes de completar os 65 anos de idade. Sobre os dados apresentados pode perceber-se que acompanham, em certa medida, a Tabela 1 sobre os escalões etários, no qual se teve acesso às percentagens de pessoas com mais de 65 anos nestes contextos. Os dados aqui apresentados ultrapassam a percentagem da Tabela 1, mas, ainda assim, verifica-se que as duas tabelas mantêm a mesma tendência, comparando cada localidade e local de pertença.

2.3. A autarquia de Loures e a relação com os moradores

Também a relação dos moradores da Quinta do Mocho com os poderes autárquicos da Câmara Municipal de Loures será alvo de análise neste trabalho.

Interessa sobretudo o mandato actual da autarquia e os dois últimos mandatos, visto que a autarquia foi liderada pela mesma pessoa. É de interesse neste trabalho perceber como é a relação da Câmara Municipal com aqueles moradores e diversas

instituições e associações, bem como se o projecto GAP possibilitou novas relações (e de que tipo). Quanto às visitas guiadas realizadas nas manhãs dos últimos Sábados de cada mês (sendo que a visita aqui citada foi realizada no penúltimo Sábado do mês de Março de 2016, para não coincidir com o feriado da Páscoa), começam sempre com a apresentação da vereadora, ou, na sua ausência, por um dos seus adjuntos. Na sua apresentação e como ficou registado no Diário de Campo, vê-se que:

Na sua explicação sobre o bairro para os visitantes desta visita guiada, a vereadora Maria Eugénia Coelho afirma que há uma descontinuidade neste bairro, entre os períodos de 2001 a 2015, referindo-se ao trabalho camarário no realojamento dos moradores até 2001, sendo que, na sua opinião, o poder autárquico anterior, 2002 – 2013, desligou-se no contacto com essa população. E essa descontinuidade levou ao isolamento daquela população. (Diário de Campo – 19 de Março de 2016)

É partindo deste argumento que se procura perceber os partidos que estiveram no governo do poder autárquico de Loures. Foi consultado o *site* da Comissão Nacional de Eleições¹⁶ para o mapeamento dos partidos na gestão autárquica de Loures, desde as primeiras eleições pós-25 de Abril até à actualidade.

A 3 de Janeiro de 1977 tomou posse António Riço Calado pelo Partido Socialista (PS); em 1980 a APU (Aliança Povo Unido = coligação entre o Partido Comunista Português [PCP] e o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral [MDP/CDE]) toma posse por um período não muito superior a um ano; uma Comissão de Gestão entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata assume o governo autárquico em Julho de 1981 até Outubro desse ano; de Outubro de 1981 até 1990 a coligação APU liderada pelo PCP esteve na frente do poder autárquico; devido às alterações dentro das coligações do PCP a nível nacional, a partir de 1990 só com o Partido Ecologistas Os Verdes (PEV), a Coligação Democrática Unitária (CDU) governou o município de Loures até 2001; o Partido Socialista volta a tomar posse em Janeiro de 2002, liderando o município por dois mandatos até 2013; em Outubro de 2013, Bernardino Soares, o actual presidente da autarquia, toma posse pela CDU após um acordo de governação com o PSD, onde foram distribuídos pelouros de vereação para os

¹⁶ http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=raster#autar

dois partidos. Interessarão sobretudo os últimos três mandatos, mas será importante considerar os mais antigos como situação de referência.

Em 2013, ainda no mandato do PS, teve lugar na Quinta da Fonte, na Freguesia da Apelação, a primeira edição do Festival O Bairro i o Mundo¹⁷, organizado conjuntamente entre a Câmara Municipal de Loures e a Associação Teatro IBISCO (Teatro Inter Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Optimismo). Tinha como objectivo

um processo pioneiro de Inclusão pela Arte que juntou jovens de seis bairros sensíveis de Loures e que, através do Teatro, os levou a compreender os valores da disciplina, do trabalho em equipa e da Arte como ferramenta para a capacitação, emancipação e auto-estima. (Teatro Ibisco – site oficial)

Este festival, tal como é referido em vários discursos dos entrevistados, foi realizado com o objectivo de unir os bairros da Quinta da Fonte e da Quinta do Mocho, marcados por uma forte rivalidade acentuada pelas *gangs* locais, que desembocou no passado em várias situações de violência entre os moradores. Os objectivos específicos d'O Bairro i o Mundo podem ser lidos na página oficial de Facebook deste festival:

Objetivos:

Alteração de comportamentos na apropriação das habitações sociais, do património comum e do espaço público;

Aumento do sentimento de pertença comunitário;

Promoção dos talentos dos moradores dos bairros;

Desenvolvimento de atividades interculturais;

Mudança da imagem dos bairros que são notícia sempre pelas piores razões e com recurso às mesmas palavras: “bairros problemáticos, territórios deprimidos, barril de pólvora, gangues rivais em confronto, crimes...”

(Em "Sobre" na página oficial do Facebook do festival O Bairro i o Mundo)

O festival voltou a ser realizado em 2014, nesse ano na Quinta do Mocho. A vereadora Maria Eugénia Coelho, nas entrevistas tal como nas apresentações que faz nas visitas guiadas, afirma que quando tomou posse como vereadora teve muitas dúvidas se o primeiro trabalho a ser realizado naquele bairro seria uma festa, mas de acordo com a

¹⁷ O nome do festival sugere um trocadilho sonoro, neste caso dá a entender a palavra “imundo”, tal como foi referido por uma das associadas do Teatro IBISCO.

sua perspectiva, havia um interesse por parte dos moradores em avançar nesse sentido, o que levou à sua realização. Como também aconteceu na Quinta da Fonte, o festival contou com a presença de artistas de *street art* que pintaram algumas empenas dos blocos habitacionais na Quinta do Mocho. Com base no discurso da vereadora, isto despoletou interesse na existência de mais obras a serem realizadas no bairro; ao passo que estas obras iam sendo feitas, começaram a ser realizadas as primeiras visitas guiadas.

2.4. A questão da mobilidade

Para compreender a realidade espacial da Quinta do Mocho, para aqueles que não a conhecem, proponho que se pense o bairro como uma ilha sócio-espacial: apesar da sua proximidade ao centro de Lisboa, num entendimento de centralidade, o bairro está fortemente fechado nos seus limites, devido aos poucos meios de transporte que poderiam facilitar a mobilidade dos seus moradores.

A pouca oferta de meios de transporte afecta tanto aqueles que vivem no bairro e querem mover-se para fora (para o trabalho, estudos e outros fins) como aqueles que querem visitar o bairro (porque têm amigos lá, para irem a uma festa dentro do bairro, para conhecer a GAP – exemplos observados no trabalho de campo). Esta investigação foi também exemplo disso, já que precisei de ir para o bairro realizar o trabalho etnográfico. Reproduzo aqui um pouco do meu trajecto até ao bairro, o que pode ajudar a compreender umas das possibilidades para lá chegar (ou de lá sair), não sendo a única. Também espero que com esta exploração da questão da mobilidade numa perspectiva etnográfica possibilite uma compreensão das localidades ao redor do bairro. Por fim, também falarei sobre outras formas possíveis de mobilidade até ao bairro, também realizadas neste trabalho etnográfico.

Das várias vezes que tive de me deslocar até ao bairro, fazia-o a partir da faculdade (Entrecampos) ou da minha casa (Mem Martins). Em praticamente todos os casos, o transporte utilizado foi o comboio suburbano.

Partindo da minha casa em Mem Martins, apanhava um comboio suburbano da estação de comboios de Algueirão-Mem Martins até Sacavém, numa viagem que demorava no mínimo 45 minutos em dias úteis, e aos fins de semanas e feriados no mínimo uma hora e 12 minutos. Nos dias úteis, a frequência de comboios que faz a ligação entre estas duas zonas da área metropolitana podia chegar até quatro comboios por hora,

já fora das horas de ponta eram três comboios por hora; aos fins-de-semana, a frequência reduzia para um comboio por hora. Depois desta viagem de comboio seguiam-se mais 30 minutos a caminhar desde a estação de Sacavém até ao bairro da Quinta do Mocho, percurso que será explorado posteriormente.

Usando como exemplo a centralidade lisboeta, apanhar o comboio em Entrecampos, que faz ligações com a rede de Metro e com os autocarros da Carris, a viagem demora cerca de 15 minutos. No caso dos moradores, tendo por base a estação de comboios no Parque das Nações (Estação do Oriente) que também faz ligações com o Metro e a Carris, a viagem de comboio dura cerca de 5 minutos. Os problemas que se colocam na questão da mobilidade não estão relacionados com o tempo da viagem de comboio, mas sim com a distância entre a estação de Sacavém (apeadeiro mais próximo) e o bairro.

Outros problemas relevantes para compreender a sua inacessibilidade dizem respeito aos horários e trajectórias dos transportes públicos disponíveis. Os poucos comboios a funcionar entre as estações Oriente e Sacavém, aos fins-de-semana, passam de hora em hora; o último comboio que parte do Oriente e passa por Sacavém é às 00h25m, e de Sacavém para o Oriente às 00h35, em dias de semana; nos feriados e fins-de-semana, o último comboio parte sempre antes da meia noite, nos dois trajectos¹⁸. Já em Sacavém é necessário caminhar até ao bairro durante cerca de 30 minutos (dois quilómetros) ou pode escolher-se a utilização de um autocarro da Rodoviária de Lisboa (conhecido por Rodinhas) cuja viagem tem custo inferior a 1€, opção nunca escolhida na realização de trabalho de campo, para evitar os custos na mobilidade, opção também raramente escolhida pelos moradores entrevistados. Outra hipótese possível, pelo testemunho de vários jovens entrevistados, consiste em ir até à paragem de metro de Moscavide e daí caminhar até ao bairro (perto de quatro quilómetros, e cerca 50 minutos¹⁹). Por fim, no que diz respeito aos autocarros da Rodoviária de Lisboa (RL) que fazem ligação à Quinta do Mocho, os que passam por dentro do bairro não fazem este circuito aos fins-de-semana; nestes dias os moradores têm de descer até à Rua Salvador Allende para apanhar o autocarro. Um problema que se coloca à RL são os altos valores praticados por esta companhia nos seus bilhetes e, dentro de Lisboa, as poucas paragens

¹⁸ Os horários, relativos a 2016, foram consultados em: <https://www.cp.pt/passageiros/pt/consultar-horarios>

¹⁹ Os quilómetros e tempos de viagem a pé, relativos a 2016, foram obtidos através da consulta a <https://www.google.pt/maps/>

existentes, sendo estas longe do centro, como o caso de Campo Grande, obrigando muitas vezes à utilização de mais um transporte para chegar ao destino pretendido. Por outro lado, várias vezes ouvi os moradores a criticar outros factores problemáticos da Carris; na altura do trabalho de campo, vários moradores queriam iniciar um abaixo-assinado para exigir que a Carris tivesse um trajecto que contemplasse Sacavém (considerando que esta empresa tem no seu trajecto paragens de autocarro que passam pelo lado oposto à linha de comboio de Sacavém, nas proximidades do Rio Tejo, mas dentro dos limites da cidade de Lisboa). Pode concluir-se que, no geral e por factores distintos, este contexto se encontra isolado pela ausência de transportes acessíveis e constantes.

Num artigo sobre os usos e meios de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, Cachado et. al. salientam questões semelhantes às que se colocam a propósito da Quinta do Mocho:

Também é sublinhada a deficiência de transportes públicos na interconexão entre municípios contíguos, na medida em que, [...], as redes e as linhas de transporte tendem a ser desenhadas no sentido de dar prioridade à ligação com a cidade de Lisboa, descurando-se as ligações entre municípios não centrais, independentemente da sua maior proximidade geográfica. O uso de transporte particular é, assim, preferido quando os trajetos cruzam concelhos suburbanos, uma vez que a rede de estradas suburbanas tem sido intensificada nas últimas décadas, ou para percorrer distâncias intraconcelhias, por vezes comprometendo o costume de andar a pé, como se verifica no caso das atuais crianças e jovens pertencentes a famílias que usam regularmente o carro e que se encarregam diretamente pela mobilidade dos seus dependentes. Só ocasionalmente é que os transportes públicos satisfazem as necessidades de quem precisa de circular dentro dos seus concelhos. (Cachado et. al. 2017, 412-413)

É neste sentido que muitos dos moradores da Quinta do Mocho tendem a praticar a sua mobilidade, através de veículos próprios. Facilmente se repara, ao caminhar pelo bairro, que os lugares de estacionamento dentro da Quinta do Mocho estão na sua generalidade ocupados por carros. Muito provavelmente e devido à subida constante dos preços das viagens em transportes colectivos, o transporte individual torna-se em termos de gastos a melhor alternativa, bem como em termos de tempo e praticidade, sendo possível ir e regressar a qualquer hora do dia.

A resposta individual para um problema colectivo tem-se generalizado em todo o contexto metropolitano, como apontam estes autores. No mesmo sentido, João Pedro

Silva Nunes (2009) apresenta um argumento histórico para demonstrar como se foi formando a metrópole de Lisboa na ocupação de solo e, com base nessa formação, como se foi construído a mobilidade dentro da metrópole. O autor parte da «relação entre forma urbana e mobilidade», demonstrando que o privilégio nas cidades seria estar localizado no eixo de proximidade com os transportes colectivos. Esta concepção é muito importante para compreender Lisboa até à primeira metade do século passado e a sua grande densidade demográfica. A partir da segunda metade deste século, o loteamento começa a dispersar-se pela metrópole. O autor aponta o exemplo paradigmático de Oeiras, onde neste momento estão sediadas várias empresas multinacionais, mesmo estando fora do centro de Lisboa. Relevante para compreender esta dispersão é a existência de vias rápidas, que têm como objectivo a utilização de automóvel. Ou seja, a criação de condições para uma melhor circulação de automóvel permitiu que existisse uma descentralização por concelhos vizinhos tanto para a habitação, como mesmo para a localização das empresas (Nunes 2009).

Voltando ao bairro da Quinta do Mocho, todos os outros problemas já referenciados neste capítulo são agravados pela inexistência de um serviço de transportes que responda aos interesses dos moradores, bem como de todos os moradores da freguesia de Sacavém, não sendo a Quinta do Mocho a única localidade nesta freguesia com serviço insuficiente no que toca a mobilidade.

Sintetizando, a Quinta do Mocho foi e é em muitos aspectos um bairro isolado a vários níveis. No passado os moradores viviam em péssimas condições, passaram por um tardio processo de realojamento, e como vimos em 2011 os moradores deste bairro apresentavam uma relação de desigualdades a vários níveis em comparação com outros contextos próximos.

Um bairro de moradores imigrantes dos PALOP e portugueses negros, a Quinta do Mocho neste momento apresenta-se num novo cenário social: é também um bairro onde existe uma galeria de arte. Será que temos uma realidade de segregação que está a ser contrariada com a GAP?

3. Caminhando pelo bairro

As visitas guiadas tornaram-se num mecanismo importante de atracção de visitantes ao bairro da Quinta do Mocho. Estas visitas ajudaram a desmistificar uma imagem antiga sobre o bairro; o discurso que passou a ser apresentado foi o dos moradores, do sucesso da Galeria de Arte Pública, da sua relação com o bairro, e sobretudo de que este era um “bairro normal, como todos os outros”. Este capítulo estruturar-se-á com elementos das visitas guiadas que aconteceram na Quinta do Mocho, procurando retratar, mais do que as empenas que estão pintadas, a relação (ou ausência dela) destas empenas com o contexto, e pensar as questões do local (bairro) na sua relação com o exterior e a relação dos visitantes com o bairro.

Grande parte dos visitantes que se encontravam nas manhãs dos últimos sábados de cada mês para conhecer a GAP iam até à Quinta do Mocho de carro, na generalidade vinham de fora do concelho de Loures, para além dos casos pontuais de grupos que chegavam ao bairro de autocarro.

Na maioria das minhas deslocações para o bairro, tanto em dias de visita como noutros momentos, viajei de transportes públicos, sobretudo de comboio. A Estação de Comboios de Sacavém encontra-se aproximadamente a dois quilómetros do bairro, como referi anteriormente. Quem percorre este caminho a pé, como foi o meu caso, encontra vários conjuntos habitacionais que podem, à partida, denotar uma distinção de classe entre quem vive neste contexto.

Este capítulo tem como objectivo apresentar a Galeria de Arte Pública enquadrada no bairro da Quinta do Mocho. Apresentar-se-ão aqui elementos etnográficos do trabalho realizado no bairro, relacionando estes elementos com as visitas guiadas que ali são feitas. As entrevistas semi-directivas realizadas durante o período de dissertação servirão de apoio a esta apresentação, bem como os resultados de outras práticas metodológicas de pesquisa, como por exemplo, conteúdo jornalístico, fotográfico e outros.

3.1. Da Estação de Comboios de Sacavém até ao Mocho

Ao sair no sentido oeste da Estação de Comboios de Sacavém em direcção à Quinta do Mocho, é necessário virar logo a esquerda e seguir pelas palmeiras exóticas que de forma pitoresca enfeitam o concelho de Loures, entre outros concelhos da AML.

Estamos neste momento na Rua Fábrica da Loiça de Sacavém, que fica entre a estação de comboios e o Forte de Sacavém. Seguindo a pé até à primeira rotunda, devemos virar à direita, entrar na Rua Álvaro Pedro Gomes e atravessar a Urbanização Real Forte. Esta urbanização é particular em termos de edificado, considerada uma urbanização de luxo na altura da sua construção. Veja-se, por exemplo, um artigo publicado no jornal Público onde é apresentado o transtorno dos moradores desta urbanização face à construção do Museu Municipal da Cerâmica e de como este retiraria a “vista privilegiada” que estes prédios permitiam (Alemão 2000). Outros factores demonstrativos da distinção de classe do contexto onde nos encontramos são os modelos e anos de compra dos carros no parque de estacionamento (apesar de esta investigação não ter aqui um foco, atrevo a afirmar, ainda que ingenuamente, que estamos ainda num contexto de classe média alta). A meio da Rua Álvaro Pedro Gomes encontramos uma rotunda e o referido Museu Municipal da Cerâmica, construído no início da década passada e que supostamente retiraria a vista dos moradores.

Seguindo em frente na rotunda até ao fim desta rua, encontramos mais uma rotunda e nesta devemos seguir novamente em frente, saindo na segunda saída na Avenida São José. Esta avenida está ladeada por um edificado típico das periferias da AML, o que torna esta avenida muito familiar para as pessoas que vivem em contextos semelhantes a este. Seguindo até ao final desta avenida, chegaremos a uma pequena rotunda e devemos seguir em frente, sentido oeste, para a Rua Salvador Allende, atravessar por baixo a ponte da autoestrada A1 e continuar a subir a rua,. Logo após a ponte deparamo-nos com o Bairro Courela do Foguete (ver 2.1.2).

Seguindo até ao fim desta rua voltamos a encontrar uma rotunda, neste momento é preciso seguir para a nossa direita e subir uma rua mais íngreme. Teremos o supermercado Lidl à nossa esquerda logo no início da rua, e, no seu fim, teremos um supermercado Pingo Doce. Neste momento estamos na Rua das Comunidades (nome peculiar atendendo ao facto de que esta rua cerca a Quinta do Mocho). Quando chegamos ao Pingo Doce podemos ver à nossa esquerda o Centro de Saúde de Sacavém. É notável a presença do edificado do Bairro da Quinta do Mocho (à esquerda) e da Urbanização Terraços da Ponte (à direita). Os seus edificados são contrastantes e neste momento sentimos que estamos numa rua que serve de fronteira entre estes dois contextos, que é uma fronteira para além da física.

Seguimos em frente na Rua das Comunidades até encontrarmos a Casa da Cultura de Sacavém (CCS), que fica no final desta rua. À entrada da CCS podemos ver hortas à nossa direita²⁰, alguns prédios do Bairro da Quinta do Mocho à nossa frente, e à nossa esquerda a Urbanização Terraços da Ponte.

3.2. Assistindo à apresentação da visita guiada

Já na Casa da Cultura, temos de nos juntar ao grupo que nesta manhã fará a visita guiada pelo bairro, que será conduzida pelos moradores-guia e pela vereadora da Câmara Municipal de Loures, Maria Eugénia Coelho. A vereadora é a primeira pessoa a falar, faz a abertura da visita, e no seu discurso inicial

são apresentados os motivos que levaram à criação da GAP. Entre estes motivos foi dito que o projecto teve início numa reunião com moradores do bairro que deu origem a uma grande festa. Segundo a vereadora a reunião foi realizada com a presença de mais de uma centena de moradores. A partir desta festa foram realizados os primeiros murais nas empenas. Em comunicação com os moradores foi discutido que se devia realizar mais murais. E assim ganhou corpo e forma a GAP. (Diário de Campo, 31 de Outubro de 2015).

Relembro, tal como referido anteriormente (2.3.), o discurso desta vereadora nas suas apresentações e como esta critica anteriores poderes autárquicos, afirmando que há uma descontinuidade no trabalho autárquico face aos moradores deste bairro. Este discurso é uma constante na apresentação das visitas guiadas deste bairro por parte da vereadora. A percepção apresentada pela vereadora assume deste modo uma postura política, no sentido propagandístico do termo, com o objectivo de passar uma imagem sobre o trabalho autárquico com o bairro a partir da sua direcção autárquica.

De seguida passamos a palavra aos moradores que vão fazer visita guiada desta manhã. O seu discurso é menos detalhado ao nível histórico, sem tanta informação sobre o processo de realização. Os moradores-guia focam-se na sua autoapresentação e de seguida alertam para os cuidados que se deve ter durante a visita:

²⁰ Os canteiros destas hortas são geridos pela autarquia, mas quem ocupa essencialmente estes canteiros são moradores da Quinta do Mocho. Em actividade etnográfica, por várias vezes desloquei-me a este espaço para comprar cana de açúcar com os hortelões ali presentes.

Falam rapidamente os três moradores-guia, com as rápidas apresentações de cada um, e dão-se indicações sobre os cuidados com a segurança rodoviária aos visitantes, devido à dimensão dos murais, tivemos de estar várias vezes nas ruas a vê-los, perdia-se facilmente a atenção para os carros que percorriam as ruas do bairro (Diário de Campo, 19 de Março de 2016)²¹.

Um detalhe importante ressaltado pelos moradores é a segurança ao nível de crimes: os visitantes podem utilizar livremente os seus telemóveis ou câmaras fotográficas para registar os murais existentes, sem se preocuparem com assaltos e outras questões semelhantes. Numa das visitas isto até gerou uma piada, porque quando se alertava para os cuidados com a segurança rodoviária, não ficou claro de que tipo de segurança se falava, e o guia logo teve de se corrigir

quando o mesmo diz aos visitantes para terem cuidado com a sua segurança, lembrou-se logo de se corrigir e disse: “segurança rodoviária”. Há uma certa preocupação latente para que os visitantes sintam mesmo que são bem-vindos no bairro e que não se devem preocupar com os problemas que estavam associados ao bairro (Diário de Campo, 31 de Outubro de 2015).

É interessante como estes guias falam também do antes/depois da GAP num sentimento generalizado dos moradores de pertença ao bairro,

no discurso de um dos moradores-guia, existe um antes na percepção dos moradores sobre o bairro, ou seja, há um antes do bairro ser reconhecido como uma galeria de arte, em que os moradores preferiam ocultar as suas origens, quando confrontados com situações externas ao bairro, mentindo ou omitindo a sua origem. Um dos exemplos citados pelo interveniente foi o facto de alguns moradores darem moradas de amigos que vivem fora daquele bairro quando estão à procura de emprego. E por outro lado, há o momento actual que começa com a existência da GAP, onde para este morador impera um certo orgulho por fazer parte deste bairro. (Diário de Campo, 31 de Outubro de 2015).

Loïc Wacquant já vinha problematizando a questão refletida por este morador, o isolamento de que estes bairros estão impregnados. Tal isolamento, associado à questão da marginalidade urbana, à desestruturação da união entre os residentes e ao enfraquecimento do tecido associativo, cria correias para

²¹ Já fora do período de trabalho etnográfico, no âmbito de uma mesa redonda em que fui um dos intervenientes, realizada na Biblioteca de Marvila no festival Os Dias de Marvila (2018), estiveram presentes também dois moradores-guia, que nesta sessão vieram apresentar o seu trabalho realizado nas visitas guiadas pelo bairro, deixando claro que actualmente sinalizam aos visitantes que o bairro não é um zoológico e pedem respeito pelos seus moradores.

Um estigma territorial impregnado, fortemente atrelado aos residentes desses bairros de exílio sócio-econômico, acrescenta o seu fardo à vergonha da pobreza e ao preconceito que ressuscita contra minorias etnorraciais e imigrantes (...) Junto com a estigmatização territorial vem uma pronunciada diminuição do senso de comunidade que costumava caracterizar as classes trabalhadoras locais mais antigas. Agora, o bairro não oferece mais um escudo contra as inseguranças e as pressões do mundo exterior, uma paisagem familiar e reconfortante perdeu-se junto com propósitos coletivos e formas de reciprocidade. Ele se torna um espaço de competição e conflito vazio, um campo de batalha repleto de perigos para a prova diária de sobrevivência e fuga. Este enfraquecimento de laços comunitários baseados no território abastece, por sua vez, uma retirada para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento (“Eu não sou um deles”). (Wacquant 2001, 16)

Não obstante as mudanças em curso, é interessante relatar uma situação peculiar que aconteceu com alguns amigos que foram a uma visita guiada em que estive presente, relatando que enquanto seguiam de carro para o bairro

Foram abordadas por um polícia no caminho para o bairro, este fez-lhes várias perguntas e uma destas perguntas era sobre para onde elas estavam a ir. Quando as mesmas disseram que estavam a ir para Quinta do Mocho, o polícia que estava a abordá-las começou a fazer várias perguntas de desconfiança sobre o interesse delas em visitar o bairro da Quinta do Mocho. (Diário de Campo, 31 de Outubro de 2015)

Importa pensar que mesmo com as mudanças que o bairro tem vindo a sofrer, a estrutura estigmatizante mantém-se e torna-se visível em situações como esta. É um imaginário presente nos discursos dos visitantes ao bairro; por exemplo, no fim das visitas vários visitantes afirmavam ser “uma boa surpresa aquela visita”; que “não estavam à espera de serem bem recebidos”; “que tinham uma imagem sobre o bairro e que agora têm outra”; “que gostavam de voltar ao bairro numa outra ocasião”. Estes discursos enunciados, o modo como os meus amigos foram tratados pela polícia, o discurso mediático sobre bairros como este – demonstra-se, na generalidade, uma ideia preconcebida de bairro que, além de segregado, é proibido ou inseguro de se entrar. Voltando a Wacquant:

Nas décadas do pós-guerra da expansão industrial, a pobreza na metrópole estava largamente distribuída através dos distritos proletários e tendia a afetar uma interseção de trabalhadores manuais e desqualificados. Em contraste, a nova marginalidade apresenta uma tendência distinta em conglomerar-se e aglutinar-se em torno de áreas “barra pesada”, “proibidas” que são claramente identificadas – não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes –

como antros urbanos abundantes em privação, imoralidade e violência, onde apenas os párias da sociedade suportariam viver. (Wacquant 2001, 15-16)

Durante as apresentações não havia muito espaço para a interação entre guias e visitantes, mas durante a visita essa interacção era mais recorrente. Vários visitantes colocavam questões, ou eram incentivados pelos guias para que existisse interacção. Nas várias visitas acompanhadas registaram-se entre 20 e 30 visitantes por visita. Nas visitas regulares do último sábado de cada mês, os visitantes eram adultos acima dos trinta e cinco anos, e na generalidade os visitantes eram todos portugueses brancos, raramente estiveram presentes visitantes não brancos ou imigrantes.

As visitas ordinárias aconteciam no último sábado do mês às 10h da manhã. Durante o período de trabalho etnográfico procurei acompanhar, sempre que possível, as visitas organizadas neste registo periódico, bem como outras visitas que foram sendo organizadas. Além das visitas periódicas, surgiram outras visitas que foram organizadas pela autarquia, algumas com temáticas específicas (por exemplo, a visita para comemorar o Dia da Mulher, em 2016), outras ainda por pedido de grandes grupos.

As várias visitas guiadas permitiram perceber vários retalhos discursivos dos envolvidos na GAP, que posteriormente foram complementados e questionados nas entrevistas realizadas. Procurou-se perceber a forma como estes actores percebem o seu papel (ou das entidades que representam) na realização da GAP e na sua manutenção. Resta ainda dizer que esta percepção não é de todo coerente; à medida que se ganhava mais proximidade com o território e com estes actores, foram identificadas algumas contradições discursivas ou a forma como moldavam os seus discursos em momentos distintos.

3.3. Indo até às primeiras obras

Após a apresentação inicial realizada na Casa Cultura de Sacavém, seguimos para a Rua Amílcar Cabral, ver Figura 4, onde tem início a visita guiada. Estamos defronte a um mural realizado pelo projecto *40 anos, 40 Murais*

dedicado a Amílcar Cabral, que aparece representado no mural. Excepcionalmente, a apresentação deste mural é feita por um dos artistas que realizou o projecto, que o enquadra no projecto mais alargado de trabalhos realizados. No seu relato, este projecto surgiu no início das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e terminará aquando das comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa. Relembra que a pintura de murais a seguir ao 25 de Abril tornou-se uma forma expressiva de luta durante o Período Revolucionário Em Curso (PREC). Por fim, importante notar o apontamento que este faz sobre o facto dos murais políticos hoje e os graffitis estarem a caminho de uma coesão social de culturas distintas. (Diário de Campo, 31 de Outubro de 2015)



Figura 4: *Amílcar Cabral* - Projecto 40 Anos, 40 Murais (Fonte: fotos minhas, 2016)

A figura de Amílcar Cabral foi muito consensual entre as pessoas com quem fui conversando pelo bairro, sobretudo entre os moradores de origem na Guiné Bissau ou descendentes deste país. Em momentos comemorativos da independência da Guiné Bissau foi posta uma coroa de flores num cano de água anexado à fachada da parede onde estava este mural.

Regresso ao Bairro é o nome de uma das obras do *streetartist* Nomen na Quinta do Mocho (ver Figura 5). Esta obra fica também na Rua Amílcar Cabral e representa uma mulher negra a tirar uma máscara de uma mulher branca do seu rosto. Nas visitas guiadas, onde os moradores-guia apresentam as obras presentes no bairro, esta é retratada como

uma obra muito significativa para aquela realidade. De vários discursos dos moradores sobressai a ideia de existir no passado um certo receio em referir a localidade onde moravam, como referido anteriormente. Veja-se o seguinte excerto da transcrição de uma visita guiada:



Figura 5: *Retorno ao Bairro* - Nomen (Fonte: fotos minhas, 2016)

Várias obras, não todas, mas várias obras têm algo relacionado com o bairro. Têm algo relacionado connosco. Esta é uma delas. Vocês ouviram lá em baixo [explicação dada inicialmente pela vereadora para introduzir os visitantes à visita] que havia o estigma da Quinta do Mocho. E acreditem era mesmo estigma da Quinta do Mocho. Quem era da Quinta do Mocho à procura de trabalhos, mesmo nas escolas não se dizia que era da Quinta do Mocho. Nós não tínhamos de ter uma cara, tínhamos de ter uma máscara. Que colocávamos quando saíamos do bairro e retirávamos quando entrávamos. Aqui nós somos todos do Mocho. (...) Já ninguém sabe onde estão as máscaras. Nem os baús onde nós as escondemos. (Morador-guia numa visita guiada, 28 de Maio de 2016)

A GAP, em certa medida, possibilitou, segundo o discurso daqueles que apresentam as obras nas visitas guiadas, que os moradores tivessem orgulho do bairro onde vivem. Esta obra de Nomen, que parece ter sido inspirada no livro de Frantz Fanon (1952) *Pele Negra, Máscaras Brancas*, tem características que a torna paradigmática nos resultados desta investigação sobre a Quinta do Mocho.

No decurso da realização do trabalho etnográfico, foi habitual falar sobre esta imagem com várias pessoas à minha volta (amigos, conhecidos, pessoas que acabava de conhecer, outros investigadores e em conversas informais). Estas conversas foram basilares para tentar compreender a imagem que as pessoas tinham sobre a Quinta do Mocho, quando já havia alguma ideia formada sobre o bairro. Essas conversas acabavam por servir como recurso etnográfico. Consegui ter a percepção de várias «imagens» produzidas sobre a Quinta do Mocho, por norma construídas com base na comunicação social, nas redes sociais e ainda por influência dos DJ's da Quinta do Mocho, onde poderia surgir um discurso no sentido de «este não é o bairro dos DJ's de afrohouse».

Retomando as visitas guiadas, grande parte dos murais realizados no bairro na altura do trabalho etnográfico tinham características que eram associadas ao contexto do

bairro pelos moradores-guia. Por exemplo, a obra de MTO *Worker Ghetto Box*, apresentada anteriormente (capítulo 2), e a que se apresentou agora, *Regresso ao Bairro*, de Nomen, parecem caracterizar a condição de vida dos moradores deste bairro, focando-se, sobretudo, na questão da imigração e a sua pertença ao país onde vivem. Muitas outras obras focam-se nesta particularidade, por exemplo, uma obra de Nark que representa uma caricatura da chanceler alemã Angela Merkl e o modo como esta vinha tratando a questão dos imigrantes e refugiados na Europa, ou ainda a obra de Manoel Jack, que representa uma espécie de mosaico, segundo os moradores-guia, composto pelas cores das bandeiras de todos os países africanos.

As figuras das obras vão além da caracterização dos moradores, apesar de na generalidade se procurar sempre relacionar as imagens com o bairro (mas nem sempre esta relação é determinante para a realização das obras). Muitas obras existentes no bairro focam um imaginário infantil, com figuras de crianças, brinquedos, a ideia de sonho partindo do ponto de vista da criança e animações focadas neste imaginário. Outras obras exploram os valores da igualdade. A actividade musical, tão importante no discurso dos moradores-guia e para os restantes moradores, também é representada em obras presentes no bairro. A imagem da mulher também está presente em várias, o discurso apresentado pelos moradores-guia face a estas obras direcciona-se sobretudo para a importância das mesmas na vida familiar do bairro. A importância da casa como espaço do núcleo familiar também está presente nalgumas obras. Uma outra forma figurativa presente no discurso destes moradores-guia reflectida nas obras é a necessidade de união. Por fim, como foi dito anteriormente, nem todos os artistas pensaram as suas obras relacionando-as com o bairro, há uma série de trabalhos realizados que se focam em temas diversos, pouco ou nada relacionados com o bairro, sendo antes espaços de afirmação de técnicas artísticas daquele artista em específico. Por fim, destaco que as categorias apresentadas não são estanques, uma obra pode ter um entendimento mais amplo, mas na generalidade elas foram pensadas de acordo com os discursos veiculados pelos moradores-guia.

Como vimos no primeiro capítulo, os bairros não se limitam ao espaço físico a que estejam circunscritos. Para além do edificado, das ruas, dos limites geográficos do espaço, o bairro é «feito» também por pessoas que lá vivem, mas também por aquelas que lá circulam (sejam familiares, amigos, trabalhadores, estudantes), e mesmo as que lá vivem circulam por outros bairros, outros espaços, nas suas deslocações para o trabalho, a escola ou mesmo as suas práticas de lazer. Tal como defendeu Baptista (2017) na conferência “Cidades em transição: locais, memórias e percurso de vida” no Ciclo

Memória e Cidade das Avenidas (no Centro de Estudos Sociais da UC – Picoas Plaza, 9 de Fevereiro de 2017), as pessoas que trabalham ou estudam numa cidade, por exemplo em Lisboa, passam, muitas vezes, mais de dez horas nessa cidade, tornando-se tão cidadãos como aqueles que ali vivem. Recordando novamente a discussão teórica no primeiro capítulo, acrescenta-se que estas pessoas têm tanto direito à cidade como aqueles que nela vivem.

Este exemplo é ilustrativo de como a cidade, os espaços, bairros e afins não são estanques, fechados, lineares; são sobretudo dialéticos, estão em constante contradição, conflito, conciliação. E mesmo os espaços físicos não são espaços acabados e estagnados. O espaço, bem como a relação dos que o vivem/usam, pode mudar não só por questões puramente sociais, como também por questões relacionadas, por exemplo, com alterações climáticas. A relação dos moradores com os espaços, os edifícios, os equipamentos é pautada pela sua constante alteração – o que é o *graffiti* senão a provocação constante de que o espaço não está acabado e que pode ganhar novas formas e visibilidades?

Durante o trabalho etnográfico procurei acompanhar as discussões entre moradores sobre o edificado e os espaços comuns da Quinta do Mocho. Os moradores reivindicavam por diversas melhorias, por exemplo nos espaços verdes, nos parques infantis e também nos espaços desportivos e nas acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida.

3.4. De dedo no ar, os moradores pedem a palavra

Numa assembleia comunitária de moradores que tinha como objectivo pensar os problemas do bairro, organizada pela autarquia, com a presença da vereadora da CML e alguns dos seus adjuntos e técnicos, um morador intervém e

coloca os problemas da falta de espaços para as crianças brincarem, e onde há este espaço o material está danificado, apesar do morador afirmar que não há crianças, mas é preciso ter-se algumas preocupações com as crianças do bairro. (Diário de Campo, 06 de Novembro de 2015)

Recorro aqui, de forma ilustrativa, às obras presentes na Quinta do Mocho que focam ilustrativamente o imaginário infantil. Numa obra realizada por Adres (ver Figura 6) podemos notar uma das formas de como é construído este imaginário das crianças, aqui representando uma criança de costas a fazer desenhos



Figura 6: *Sem Título* - Adres (Fonte: fotos minhas, 2016)

na parede. Nas suas apresentações sobre o bairro, os moradores-guia enfatizam sempre que o bairro tem muitas crianças, que estão sempre a brincar pelas ruas, e quando há artistas a trabalhar no bairro, muitas se voluntariam para ajudá-los, revelando interesse em pintar uma parede com os artistas ali presentes. Para ilustrar esta questão, retorno ao diário de campo e remeto para a Figura 7, em que

ao caminhar pelo bairro, encontrei três crianças com menos de seis anos, todas elas com uma lata de tinta *spray* que tinham encontrado. Quando me viram, pensaram que eu era um artista a pintar pelo bairro e perguntaram-me se eu tinha uma tampa para a lata de tinta que eles tinham. Tentei explicar-lhes que não fazia pinturas e que não podia dar grande ajuda neste sentido. Elas caminharam para junto de empenas que tinham sido pintadas recentemente, e eu fiquei a observá-las, entretanto uma delas encontrou a tal tampa que servia de ignição para a tinta sair da lata. Com as latas de tinta que elas tinham, quase vazias, caminharam para uma parede ainda sem pinturas e começaram a *taggar* a parede com a sigla do

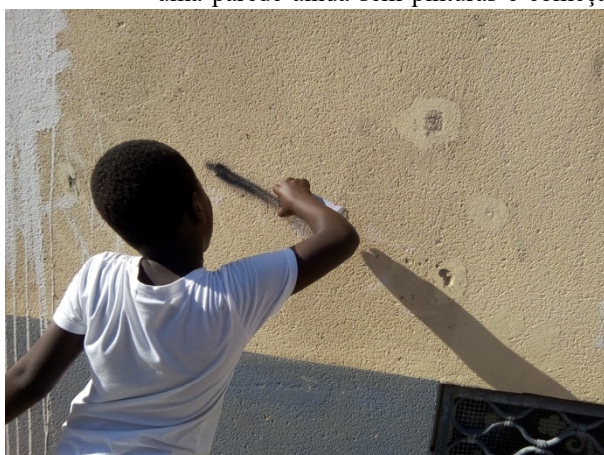


Figura 7: Criança grafitando uma parede (Fonte: fotos minhas, 2016)

bairro “QDM”. Perguntei-lhes se viviam no Mocho, só um deles era de fora, os outros dois viviam lá. E disseram-me que gostavam dos murais, mas que queriam mais latas para pintarem, com isto despediram-se para irem em busca de outras latas pelo bairro. (Diário de Campo, 27 de Junho de 2016)

Esta história tem interesse para se pensar em algumas questões. A primeira e mais imediata é a apropriação, por

parte destas crianças, do espaço público e do edificado do bairro onde vivem,

independentemente da legalidade desta apropriação. Além disso, e de forma mais estrutural, revela a ausência (e o interesse) de actividades educativas no bairro, durante o período de trabalho etnográfico, destinadas à aprendizagem do *graffiti* enquanto prática artística sobretudo com foco nas crianças do bairro. De um modo geral, esta observação vai ao encontro das necessidades reivindicadas pelos moradores na assembleia acima mencionada.

Regressando à assembleia, cito um outro morador que interveio a colocar em pauta outros problemas, tais como,

a questão da necessidade dos espaços verdes, pois para este morador é preciso tornar o Mocho um sítio apelativo para Lisboa e/ou Portugal, e os espaços verdes seriam um bom contributo neste sentido (Diário de Campo, 06 de Novembro de 2015).

A questão recorrente dos espaços para as crianças brincarem e espaços verdes para um convívio colectivo são respostas habituais em espaços de reuniões e/ou assembleias comunitárias, mas também no discurso individual dos moradores a que fui tendo contacto ao longo do trabalho etnográfico. Penso comparativamente sobre trabalho etnográfico que realizei noutros territórios, designadamente um trabalho realizado para a associação Rés do Chão (RCH) entre 2017 e 2018 na freguesia de Marvila (Lisboa) nos bairros dos Alfinetes e Salgadas, Marquês de Abrantes e Condado. Nesses contextos tive a oportunidade de constatar, em espaços de reuniões e assembleias comunitárias, mas também através de inquirição, que os moradores reforçam sempre a necessidade da existência de espaços destinados aos mesmos fins (espaços de jogo, espaços verdes) nos seus respectivos bairros. Aponto ainda que várias vezes estas exigências acabavam por ser redundantes, tendo em conta que nestes bairros respostas semelhantes já existiam.

Voltando ao Mocho, e pensando os espaços comuns existentes e as exigências dos moradores, pode dizer-se que muito daquilo que é por eles exigido não existe ou existe de forma deficitária no bairro. No momento das intervenções muitos dos moradores citavam a importância da GAP, referindo porém que o trabalho não poderia ficar parado ali face ao bairro; de outro modo só melhoraria a “aparência” e era necessário arrumar a “casa”.

Vejamos exemplos de outra assembleia, desta vez composta por jovens que tinham como objectivo principal recuperar uma associação juvenil do bairro:

Mas afirma [um jovem morador do bairro] que há duas prioridades, claro que é preciso arrumar a casa [referindo-se à limpeza dentro do bairro], mas coloca na mesa a questão das crianças, que é dos sítios em Loures onde mais nascem crianças e que é preciso reparar os parques infantis, se a Câmara não quiser podem ser eles a fazer, encontrar pessoas que façam isso e os modifiquem e melhorem. Fala também dos campos desportivos, que poderia ser uma zona com bares e que se pudessem fazer festas ali, que é um projecto que dá «vida» ao bairro, que é preciso ter um espaço onde as pessoas queiram ir, que vão a uma festa e gostem de ter lá estado. Diz que há pessoas que chegam a lhe dizer que querem alugar casas ali por causa daquilo que está a acontecer ao bairro neste momento [referindo-se à GAP]. (Diário de Campo, 20 de Maio de 2016).

No seguimento desta intervenção, vemos que

outro jovem comenta, na continuidade disso, que é preciso ter o bairro limpo, equiparando-o à “nossa casa”, dando exemplos concretos de alguns moradores que deixam lixo nos prédios, mas se tiverem o hábito de limpar o sítio quando saírem do mesmo não vão ter vontade de deixar aquele sítio sujo (Diário de Campo, 20 de Maio de 2016).

As citações aqui apresentadas do diário de campo, mostram que nestas assembleias, para além das reivindicações que vão sendo repetidas, existe um sentido de um «Mochô» homogéneo, que é preciso ser defendido e valorizado.



Figura 8: *A União Faz a Força* - Coletivo Licuado (Fonte: fotos minhas, 2016)

Além destas assembleias, foram acompanhadas iniciativas de cariz associativo e religioso, no sentido de se perceber como a GAP interferia na dinâmica destes agentes no território e como estes agentes reivindicavam, de certo modo, o seu direito à cidade.

Retorno às obras presentes no bairro e cito o trabalho realizado pelo Coletivo Licuado, na Figura 8. Nesta obra estão representadas duas mulheres a darem as mãos, uma negra e uma branca, com uma frase escrita acima que diz “*A união faz a força*”. Esta referência era recorrente nas visitas guiadas, quando nos encontrávamos

defronte a esta e outras obras semelhantes. Por outro lado, o discurso alusivo à necessidade de união e interajuda também era habitual entre os moradores, o que convida a tentar perceber alguns traços da dinâmica organizativa dos moradores da Quinta do Mocho.

O processo de realojamento dos moradores da Quinta do Mocho (ver 2.1.1.) teve os moradores como protagonistas e articuladores deste processo. Foi importante o surgimento de uma associação de moradores que aglutinasse os seus interesses e os ajudasse nos processos burocráticos. Assim surgiu a Associação Unida e Cultural, que surge a partir da união de várias associações existentes no “Mocho antigo”. Um dos entrevistados para a dissertação conta alguns detalhes de como viu o processo de realojamento e a importância da Unida e Cultural para este processo:

Acompanhei enquanto morador, percebes. Na participação directa no processo... estive a Associação Unida e Cultural, que é a associação de moradores na altura em termos de recenseamento e antes do bairro ser construído e a parte da legalização das pessoas. Todo este processo foi feito também com intervenientes do bairro. E também foi por causa deste propósito que foi criada a Associação Unida e Cultural. A associação de moradores que representasse cada etnia ou cada grupo étnico do bairro. A minha mãe, por exemplo, foi uma das fundadoras da associação e uma das mobilizadoras também da comunidade neste sentido. Mas eu prontos... ia acompanhado de perto como morador. (entrevista a um coordenador do Projecto Esperança do Programa Escolhas, 17 de Agosto de 2016)

No decorrer do trabalho etnográfico percebi que a associação já não realizava actividades no bairro e não tinha uma direcção actual legalizada, porque já não havia eleições para os órgãos sociais da associação há mais de um ano. Em contacto com o presidente cessante da altura, o mesmo afirmou que muitos moradores sentiam falta da associação, mas poucos se voluntariavam para fazerem listas para uma eleição dos órgãos sociais. Aprovei-me também que o espaço da associação era utilizado em algumas ocasiões para reuniões de alguns grupos do bairro, para questões de activismo e/ou político-partidárias. Por exemplo, acompanhei a realização de uma reunião em que se preparava o apoio de alguns moradores do bairro a um dos candidatos a presidente de São Tomé e Príncipe. De notar que, quando havia eleições em alguns dos países de origem dos moradores do Mocho, a Casa da Cultura de Sacavém cedia o seu espaço para a realização do acto eleitoral.

O entrevistado citado acima era, na altura do trabalho etnográfico, um dos coordenadores do Projecto Esperança do Programa Escolhas, mas

também [fiz] parte da associação de jovens do bairro. A primeira associação de jovens do bairro, que é a AJIM [não se sabe a origem das siglas]. Actualmente está extinta, mas pronto ainda continua com os estatutos legais. (entrevista a um coordenador do Projecto Esperança do Programa Escolhas, 17 de Agosto de 2016)

O entrevistado refere-se à mesma associação que recentemente se queria recuperar, tal como se observou numa assembleia de jovens já citada anteriormente.

O que também é interessante notar é a importância do Programa Escolhas, no bairro e para o meu trabalho etnográfico. Muitos jovens, sobretudo rapazes, concentravam-se nas proximidades do espaço Spot do Mocho, financiado pelo Programa Escolhas. Era a partir deste espaço que se desenvolvia o Projecto Esperança.

Sempre que estava no bairro seguia para este espaço à procura de pessoas conhecidas. Foi assim que comecei a seguir as actividades realizadas no próprio espaço com crianças mais novas: desde actividades musicais destinadas ao *hip hop*, a aulas de dança africana, o importante apoio escolar (diariamente), entre outras. O espaço acabava por ter como função a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do bairro. As crianças começavam a chegar por volta das 16h/17h das escolas, muitas delas levadas pelos pais, e ficavam no espaço aproximadamente até às 20h. Durante este tempo realizavam os seus trabalhos para casa, actividades extra-curriculares, e quando “não tinham nada para fazer”, ficavam a jogar pingue pongue ou jogos de tabuleiro. No momento de irem embora, recebiam um lanche composto (quase sempre) por uma fatia de bolo e um sumo ou leite. Durante o verão, as actividades com as crianças eram mais estendidas no tempo e muitas vezes realizadas em espaço público, por exemplo, com jogos tradicionais.

Sistematizando o Projecto Esperança, nas palavras do próprio entrevistado:

O Projecto Esperança neste momento é composto por [...] um consórcio do qual a entidade promotora e gestora é a Cooperativa [Start.social - Cooperativa Sócio-Educativa Para Desenvolvimento Comunitário, Crl]. A Associação Unida e Cultural, a Associação PROUSADESC [Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural], a Câmara Municipal [Loures], a Junta de Freguesia [Sacavém e Prior Velho], o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, mais [...] a associação Querer Mais são parceiras.

[...]

A Quinta do Mocho foi um dos primeiros bairros [com Programa Escolhas e] dos bairros prioritários de intervenção do Programa Escolhas desde o seu início. [...] (entrevista a um coordenador do Projecto Esperança do Programa Escolhas, 17 de Agosto de 2016)

3.5. Hoje, canta-se e dança-se no Mocho

O Spot do Mocho também foi preponderante para a realização de festas no bairro. Saliento uma festa que acompanhei e na qual participei como fotógrafo, convidado pelos moradores (24/07/2016). A festa partiu da organização de alguns dos monitores do Spot do Mocho e ficou a cargo dos jovens do bairro. Um desses jovens ajudou-me a conhecer melhor o bairro. O palco já estava montado numa praceta do bairro, como o presidente da Junta de Freguesia afirmou em entrevista:

Conhecendo a comunidade, [...] e conhecendo as festividades, o que é que a gente faz. Optamos por montar um palco ali em Junho e até Setembro, porque durante Julho, Agosto e Setembro...

Há as festas... a comunidade são-tomense tem a festa de Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora da Madalena. Depois temos... teve a Independência da Guiné Bissau. Pronto, então a estrutura está lá. (entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Sacavém e Prior Velho, Filipe Vítor dos Santos, 27/10/2016)

Os organizadores jovens, para estas festas, precisavam de equipamento de som e luz, solicitado um dia antes à JF:

Ah sim. Isso é assim, é típico. A gente já está habituada e coiso. Então, [...] de uma sexta para sábado, lá conseguir o coiso [equipamento de som e luz], mas pronto a gente [...] é a malta que a gente já conhece há uns anos. (entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Sacavém e Prior Velho, Filipe Vítor dos Santos, 27/10/2016)

Esta festa resultou numa intensa apropriação colectiva, de forma intergeracional, desta praceta, que se encontra entre as ruas Pêro Escobar e Agostinho Neto. Durante o meu trabalho etnográfico também acompanhei outros usos dados a este espaço como concertos, debates, conferência e a realização de uma feira nos momentos em que decorriam visitas guiadas pelo bairro. Na festa acima mencionada aconteceram várias actividades, mas o foco do dia eram os concertos e danças em palco. A actividade cultural não se restringia aos artistas do próprio bairro. Em conversa com os artistas, percebi que

vinham de vários concelhos periféricos a Lisboa, de localidades próximas à linha ferroviária de Sintra. Considere-se o seguinte excerto do Diário de Campo:

Como eram muitos artistas, não decorei nem nomes, nem proveniências, mas percebi que eram de várias localidades próximas às estações de comboio da linha de Sintra e eram sobretudo afrodescendentes. Ainda mais, da interação com o público presente, notei que havia vários artistas conhecidos das pessoas: já conheciam as letras das suas músicas, coreografias ou tinham interesse em assistir àquilo que eles iam apresentar. Que não eram pessoas desconhecidas do seu mundo, muitos deles provocaram um grande alvoroço e festa entre os presentes. Dos mais importantes que vi a actuar neste dia, foi um jovem morador do bairro, o Iuri G: na sua apresentação, para além de as pessoas já saberem as letras e as batidas das músicas, gritavam constantemente e num impulso histérico saltaram para cima do palco para cantar e dançar com Iuri G. Isto levou a que um outro jovem assumisse uma posição de segurança da festa, e comesse a retirar pessoas do palco e impedir novas subidas (Diário de Campo, 24 de Julho de 2016).

Esta festa em particular, no seu momento alto (já depois das 21h), teve provavelmente mais de 500 pessoas presentes, sobretudo jovens. A festa teve início às 15h, inicialmente com pessoas mais velhas, e ao entardecer do dia o público foi alterando. Um detalhe importante sobre a festa é que a sua organização contava com jovens do bairro a fazer a segurança de palco, bem como com a existência de crachás para ter acesso ao palco (por estar a tirar fotografias da festa, também recebi um). Apesar da dimensão da festa, em momento algum houve presença de forças policiais para a sua segurança oficial, procedimento habitual quando se organizam festa destas dimensões. Também não contou com a presença de órgãos da comunicação social.

O que me parece interessante ressaltar é a invisibilidade a que estas práticas estão confinadas, independentemente da importância que elas tenham para os moradores do bairro.²² Estas actividades, os artistas do bairro e outras questões semelhantes, quando passam a ter alguma visibilidade mediática, ela acontece sobretudo na comunicação social referente aos seus países de origem, quanto muito no canal RTP África (apresenta-se a ideia de actividades da diáspora para estes órgãos de comunicação social).

²² No caso das comemorações da Independência da Guiné Bissau, no dia 24 de Setembro de 2016, estiveram presentes no bairro várias personalidades importantes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde); não houve na comunicação social portuguesa alguma referência ao evento.

Portanto, se por um lado os moradores do Mocho se apropriam dos espaços à sua volta com actividades diversas, por outro lado estas apropriações para o resto da realidade portuguesa é como se não existissem. A visibilidade mediática sobre a Quinta do Mocho no passado foi sobretudo direccionada para a violência urbana, e no presente, para a GAP. Como veremos mais à frente, o discurso sobre a Quinta do Mocho a partir da comunicação social é monolítico, não tem em conta as especificidades do bairro.

Este tipo de discurso mediático pode ser impulsionador de visões unilaterais sobre o bairro e os moradores. Ajuda a criar narrativas por quem vive fora do bairro sobre o que ali se passa. Por outras palavras, pode incentivar (dependendo do discurso) a construção do estigma sobre os moradores. Em síntese, o próprio estigma pode ser um entrave na conquista do “direito à cidade”.

O estigma neste caso é construído sobre um espaço delimitado geograficamente, sobretudo é estigma que determina como devem ser vistas certas pessoas. Além disso, o estigma está neste contexto intimamente relacionado com o racismo, nutrindo-se da segregação sócio espacial a que o bairro está confinado. A este respeito é interessante a reflexão de Lefebvre sobre a ideia de segregação e como esta pode produzir ou se alimentar de um certo estigma:

Em todos os países, incontestavelmente, fortes tendências se opõem às tendências segregacionistas. Não se pode afirmar que a segregação dos grupos, das etnias, dos estratos e classes sociais provém de uma estratégia dos poderes constante e uniforme, nem que se deve ver nela a projecção eficaz das instituições, a vontade dos dirigentes. Mais ainda, das vontades, das ações preparadas que tentam combatê-la. E no entanto, mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação. O caso-limite, o último resultado é o gueto. Observemos que há vários guetos e tipos de gueto: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza. O lazer tem seus guetos. Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou. O fenómeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: *ecológicos* (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), *formais* (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocação de seus elementos arquitetónicos), *sociológico* (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas etc.). (Lefebvre 1968b, 97–98)

Esta concepção de território segregado, ou pelo menos reconhecido para os visitantes como não o seu (mas, no caso destes, com visões concebidas a priori sobre o mesmo), possibilitou-me observar, em várias ocasiões, visitantes em visitas guiadas com uma postura de zoologificação humana e do bairro. Isto observava-se em algumas posturas ao tirarem fotos aos moradores do bairro, sobretudo crianças, e os comentários que se iam tecendo, e dos quais fui tendo conhecimento, sobre o bairro. Por exemplo:

Foi perceptível o interesse de alguns visitantes em fotografar tudo à sua volta e fazer observações sobre estes detalhes. Penso que até ao momento, das visitas que já tinha realizado, essa foi a que senti isso mais acentuado. Várias pessoas demonstraram este registo, umas três dessas pessoas estavam a fazê-lo de forma mais “agressiva”. Logo no início na horta urbana, essas três pessoas com câmaras fotográficas profissionais começaram a tirar fotos daquele espaço. Uma delas a tirar fotos de vários objectos, pessoas e coisas que estavam ali ao redor. No seguimento da visita, tiravam fotos, por exemplo, a um carro em péssimas condições. A um rapaz negro do bairro que apareceu com uma bicicleta modificada e ficou a andar entre nós, isso significou muitas fotos sobre si desde que ele apareceu até ao momento em que foi embora. Tirava-se foto a algumas crianças nas ruas. Ao modo como estava colocada a roupa no estendal. Uma pessoa em particular se tornava incómoda na visita, por não parar de fazer este tipo de coisa durante todo o momento. (Diário de Campo, 19 de Março de 2016)

E outro exemplo:

Quando uma criança com cerca de cinco anos colocou a sua cabeça na janela da sua casa, a casa devia ficar no primeiro andar do prédio, e este pequeno acto levou a que vários visitantes tirassem fotos a criança. E em um outro momento, relatado por colegas que estavam comigo neste dia, aconteceu quando um dos visitantes afirmou “olha, até está asseada”, referindo-se à entrada de um dos prédios do bairro. (Diário de Campo, 31 de Outubro de 2015).

Na generalidade, houve sempre uma distância muito grande entre moradores e visitantes, apesar de isso tentar ser contrariado pelos moradores-guia, que ressaltavam os valores de igualdade durante a visita, usando várias vezes algumas obras presentes no bairro como exemplo. Ainda assim, a distância continuou a verificar-se.

Partindo desta questão do estigma, os moradores em vários momentos referiam a necessidade de criar um sentimento sobre o que é morar no Mocho e valorizar esta ideia. Das várias entrevistas realizadas, do trabalho etnográfico dentro e fora do bairro e nas redes sociais, pude observar a valorização de uma identidade «Mocho», através dos seus artistas, fossem eles músicos, dançarinos ou desportistas, como o caso do jogador de

futebol Carlos Mané. Foi nesta linha que surgiu o *slogan* que utilizado como mote de uma festa organizada pelo núcleo da Juventude Operária Católica (JOC) presente na Quinta do Mocho, o *slogan* «Mocho Tem Talento», veja-se:

A primeira actividade que nós fizemos, que os jovens gostaram imenso (...). Fizemos uma actividade que foi o Mocho Tem Talento. Foi uma actividade que nós enquanto jovens dissemos «tudo bem que o bairro tem vários problemas, coisas más, mas também há coisas boas, que podemos dar a conhecer às pessoas, também temos coisas boas, coisas para mostrar». Então, realizamos uma actividade neste sentido. Os jovens mostravam os talentos que tinham nas diferentes áreas culturais. Depois fizemos um artigo para um jornal de Angola (...) a falar da actividade. (Entrevista com dirigente do núcleo local da JOC, 31 de Agosto de 2016)

Este *slogan* apareceu em t-shirts de vídeos disponíveis no Youtube para conhecer melhor a actividade musical do bairro, apareceu em *posts* no Facebook de moradores do bairro, i.e, foi um *slogan* que em certa medida ditou uma construção de imagem do bairro.

A necessidade de se criar uma «imagem» sobre o bairro, que parte dos moradores, teve como grande objectivo combater uma imagem que já estava criada sobre eles: uma imagem negativa apoiada em vários casos de violência, assaltos, distúrbios e acção policial que generaliza o bairro da Quinta do Mocho como um bairro inseguro e perigoso. A GAP está neste conflito como o contrapeso na balança a favor dos moradores.

3.6. É importante o que diz a comunicação social



Figura 9: *Sem Título* - Projecto Matilha
(Fonte: fotos minhas, 2016)

Consideremos o duplo significado da obra do Projecto Matilha (ver Figura 9): por um lado, esta obra procura alertar para a condição dos cães em Portugal, contra o seu abandono, e por outro lado tenta alertar que até os cães que são considerados mais raivosos pelas pessoas podem ser cães sensíveis e nada agressivos. Quem apresenta este discurso sobre a obra são os próprios moradores-guia, que acrescentam um paralelismo: como os mesmos diziam, o bairro era visto pela comunicação social como pessoas e um lugar a evitar, como se fossem cães perigosos, mas que pelo contrário era um bairro aberto e que a realidade não era bem assim conforme era apresentada pela comunicação social. Sobre a obra que cobre toda a empena de um prédio e parte da sua entrada, onde se representa um rottweiler a cobrir toda essa fachada e por cima do seu

focinho está a personagem de animação Snoopy.

É importante perceber a origem destas concepções e imagens sobre o bairro. Nesse sentido, procurou-se olhar para o papel da comunicação social e perceber como esta construía imagens sobre o bairro em diferentes momentos. Numa pesquisa realizada de 2011 a 2015, através da procura extensa de artigos publicados sobre o bairro, percebeu-se a existência de quatro discursos sobre o território. Estes discursos podiam ser associados directamente a momentos históricos do bairro, como também a artistas do bairro.

A importância de pensar a questão da imagem que é produzida e reproduzida sobre o bairro é a de que esta imagem também influencia a forma como os moradores desta localidade constroem uma imagem de si. Sobretudo quando conseguem ter uma noção clara de como a sua imagem é refletida neste holofotes mediáticos, a comunicação social assume um papel preponderante. Como aponta Diogo (1999)

o papel dos mass media na formação e difusão das representações sociais é muito importante, dado o poder que têm de fazer chegar a informação que constroem e difundem a um grande número de grupos sociais. Mas a influência é mútua entre representações sociais e comunicação. Se, por um lado, a

comunicação as constrói e difunde, por outro, estas afectam-na na medida em que influenciam a escolha dos interlocutores e dos objectos mencionados na comunicação (idem)

O facto de a comunicação social, a partir de um certo momento como será visto adiante, priorizar a publicações de artigos jornalísticos sobre a Galeria de Arte Pública à vulgar publicação de artigos sobre criminalidade vivenciada no bairro, em certa medida elevou o sentimento de pertença ao bairro. Este sentimento, como muitos dos entrevistados indicaram e como o trabalho de campo apontou, foi elevado com o início da GAP, com a entrada contínua de visitantes no bairro sem medo de serem assaltados para conhecerem as obras. Também o trabalho mediático fez com que os moradores, ao verem o bairro a aparecer na televisão e em capas de jornais, partilhassem um sentimento de honra em viver no bairro. Tal sentimento, como foi acompanhado no trabalho de campo, demonstra-se na necessidade apontada de limpeza do bairro, da existência de novas de infraestruturas e a preservação do bairro, através de um necessário trabalho colectivo.

Voltando a Diogo (1999):

Mas a forma como os *media* produzem representações sociais não é igual para todos. As classes populares não têm possibilidades de aceder ao domínio dos *media*, pois não têm dinheiro, diplomas ou relações sociais que lhes permitam apresentar um discurso próprio. Ou seja, os pobres não têm capital social, económico, cultural e simbólico suficiente para produzir um discurso autónomo nos *media* que dê deles uma representação construída por eles e, portanto, mais favorável, estando, por isso, sujeitos às representações desfavoráveis que estes constroem e difundem (Diogo 1999, 332).

No caso da Quinta do Mocho, a autarquia de Loures teve um papel fulcral no processo de transformação das narrativas sobre o bairro e de construção de narrativas não relacionadas com a violência, o tráfico e um lugar “onde não se devia entrar”. Esta transformação deu-se com a criação de uma galeria de arte pública num espaço que antes era de evitar e que se tornou num espaço de circulação, um espaço que recebe visitas guiadas com muita regularidade (quase diariamente, nos últimos meses). O executivo autárquico marcava encontros da autarquia na Casa da Cultura de Sacavém, bem como conferências de imprensa destinadas aos festivais Loures Arte Pública e a muitos outros momentos que procuravam ser mediatizados. Por seu lado, os moradores por diversas vezes afirmaram que “antes só falavam da violência, agora somos falados e lembrados por isso (a GAP), é muito bom!”. De forma interessante, o que é produzido nos *media*

sobre a Quinta do Mocho interfere no modo como os moradores olham para o seu contexto, o seu bairro. É preciso ter em conta também o modo como o resto das pessoas, que não vivem no bairro, moldam o seu olhar sobre a Quinta do Mocho em reacção ao que é produzido mediaticamente. Considero que os conteúdos mediáticos produzidos recentemente sobre este bairro beneficiaram-no para que recebesse visitas à GAP de forma contínua. Apresentam-se de seguida as quatro linhas discursivas de interesse construídas através da recolha mediática.

3.7. Marginalidade e Crime

Gostava de introduzir um conjunto de notícias sobre o bairro que têm como referência questões ligadas ao mundo do crime. Estas notícias foram publicadas até Outubro de 2014, altura em que decorreu a segunda edição d'O Bairro i o Mundo na Quinta do Mocho. Este grupo de notícias retratava acontecimentos relacionados com a violência e a marginalidade associadas ao bairro da Quinta do Mocho. Veja-se a Tabela 4, com exemplos de alguns títulos de reportagens encontradas sobre esta questão.

Tabela 4: Notícias sobre marginalidade e crime

Título da Notícia	Imprensa	Data
Preocupação constante com a segurança	Jornal de Notícias	10/09/11
Dono de loja queima ladrão com ácido sulfúrico	Correio da Manhã	30/09/11
Tiroteio na Quinta do Mocho faz um morto e um ferido grave	RTP	09/02/14

Sobre as peças aqui apresentadas, é de salientar que a primeira reportagem do Jornal de Notícias (JN) nos fala sobre a preocupação da Polícia Judiciária portuguesa com o terrorismo, referenciando a mesquita presente na Quinta do Mocho, que constava numa lista de lugares que a polícia sinalizava como preocupante. Um apontamento, também, sobre a reportagem realizada pelo Correio da Manhã (conhecido como um jornal profundamente sensacionalista) com a descrição de um conflito entre comerciantes e moradores no bairro: *“Revoltado com o assalto, o dono da mercearia pegou em ácido sulfúrico e lançou-o sobre Osvaldo, queimando-lhe 80 por cento do corpo”* (Correio da Manhã, 30/09/11).

Foram encontradas mais de dez publicações de peças jornalísticas sobre esta temática até Outubro de 2014, como foi referenciado anteriormente. Para muitos dos moradores do bairro a comunicação social só tinha interesse em aparecer quando havia

problemas entre a polícia e os moradores. Esta ideia é sintetizada numa entrevista, por um dos moradores-guia, da seguinte forma:

Antigamente, a comunicação social quando vinha para aqui era quando a polícia vinha agredir alguém, ou... quando o jovem assaltava ou era preso por tráfico ou por roubo ou por... alguém matar alguém, quando havia mortes, chegou a haver mortes... havia coisas más e a comunicação social vinha mesmo de forma célere e esmiuçava as coisas que até não correspondia à verdade, que pronto faz parte do trabalho de campo que as vezes não era feito. Eles às vezes investigavam coisas que ouviam também em vez de virem constatar que as pessoas daqui. (entrevista a um morador-guia, 24 de Agosto de 2016)

3.8. Um quarto do Mocho que é ouvido pelo mundo

Um outro grupo de notícias identificado, foi dedicado a todas as notícias que não tinham como tema estes problemas associados ao bairro (como violência, tráfico e acção policial), mas também não se relacionava com a GAP. Neste grupo são consideradas todas as notícias (publicadas entre 2011-2015) que não eram “negativas” e que tinham como objectivo falar de pessoas que faziam (e fazem) sucesso nas suas carreiras profissionais (músicos e futebolistas são os exemplos encontrados) e que são moradores da Quinta do Mocho. Foram encontradas, para este grupo de notícias, somente quatro publicações em imprensa.

Sobre este grupo de notícias, é possível dizer que a comunicação social utiliza estes casos para construir uma imagem de que é possível ter sucesso, mesmo vindo de um bairro que se encontra à partida em situação de desigualdade face a outros contextos. De forma interessante, podemos notar que as notícias publicadas sobre estas pessoas demonstram que mesmo o bairro tendo ganho uma nova dimensão cultural e simbólica (pós-2014 com a GAP), os *media* ainda utilizam este tipo de discurso: «apesar de virem do Mocho, conseguiram chegar a algum lado». Ou seja, nem a existência da GAP conseguiu eliminar este tipo de discurso.

Sobre os casos de sucesso, destacam-se músicos e um jogador de futebol que são reconhecidos nacionalmente nas suas áreas de actividade actual. Uma das referências é o jogador Carlos Mané, do Sporting, que esteve na seleção olímpica portuguesa de futebol nas olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016. Já sobre músicos, a Quinta do Mocho é reconhecida neste momento por ser o “berço” de vários *dj's* de *afro-house* que têm vindo a tocar nos principais espaços noturnos lisboetas, festivais de música electrónica, e muitos

outros espaços (a título de exemplo, *dj's* pertencentes a este tipo de música actuaram no Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT) no dia da sua inauguração, 5 de Outubro de 2016). Muitos destes artistas têm feito carreira internacional neste meio musical. Actualmente, partindo do bairro da Quinta do Mocho, os *dj's* com nomes mais sonantes no meio são os *dj's* Marfox, Firmeza e Nervoso. Sobretudo até 2015, o *dj* Marfox já aparecia em alguns artigos da comunicação social. Veja-se a Tabela 5:

Tabela 5: Casos de Sucesso

Título do artigo	Imprensa	Data
A periferia é o centro	Público	26/07/13
O ano visto por Marfox: Um som para o mundo	Público	27/12/14
Da Quinta do Mocho para Alvalade sem esquecer o bairro	DN	02/11/15

Vejamos então excertos de duas destas peças seleccionadas:

Mané é um dos casos de sucesso do Escolhas, um programa governamental para jovens em risco, na maioria oriundos de bairros sociais. (DN, 02/11/15)

e

"A importância da noite Príncipe é também essa", justifica Marfox, "é mostrar ao mundo o melhor que existe nestes bairros. É mostrar a música feita na periferia há muitos anos. É música boa, feita em Lisboa, com consistência." Ele move-se com à-vontade na periferia, mas também nos meandros cosmopolitas da cidade, percebendo que os eventuais desencontros começam, quase sempre, no desconhecimento. No medo do que não se conhece. (Público, 26/07/14)

Nestes excertos vemos o exemplo de artistas enquadrados em casos de sucesso. Primeiro, Carlos Mané, que conseguiu chegar ao Sporting através do Programa Escolhas e, por outro lado, o modo como o *dj* Marfox interpreta a sua realidade no contexto onde vive.

Entre as entrevistas realizadas, foram entrevistados os *dj's* Marfox e Nervoso, de forma conjunta, num pequeno quarto que servia de estúdio de gravação das músicas do *dj* Marfox. Algo muito relevante que foi salientado nesta entrevista pelo *dj* Marfox é que recusa ser entrevistado fora do seu bairro: para ele é importante que a comunicação social venha até ao seu bairro, até sua casa, até aquele pequeno quarto em jeito de estúdio onde nos encontrávamos, para perceber a música que faz e sobretudo para deixar de ter um discurso que associa o bairro à criminalidade, que na sua opinião é muito negativo.

Estes *dj's* de *afrohouse* (ou *batida*, termo de entendimento da comunicação social ou para os *dj's* entrevistados) dominam vários espaços da vida noturna em Lisboa, com

condições de actuação em muitos países ao redor do mundo. Durante o trabalho etnográfico pude acompanhar as suas actuações em vários espaços e festivais na cidade de Lisboa, o que me permitiu perceber que eles dominavam estes espaços. Naquele momento, reflecti sobre o papel das suas actuações na tomada do direito à cidade. Em cada uma das actuações, muitos dos seus amigos ganhavam entrada gratuita com direito a ter seu nome presente na *guestlist* das festas. Assim aconteceu comigo, por mais de uma vez, mesmo no dia em que os entrevistei (um dos *dj's* ofereceu-me entradas para a festa onde iam actuar naquela noite). As suas actuações atraíam um público jovem sobretudo branco, sendo que a presença negra nestes momentos de era quase exclusivamente de amigos dos *dj's* que estavam a actuar. A importância destes actores é relevante para o impacto que têm vindo a causar no espaço mediático (mesmo depois do fim do processo de recolha de imprensa, continuei a acompanhar a existência de artigos sobre estes artistas).

3.9. Um dia no bairro, 3 de Dezembro de 2015

Um terceiro grupo de notícias diz respeito ao dia três de Dezembro de 2015, quando houve uma operação policial para o cumprimento de trinta mandatos de busca na Quinta do Mocho. Esta operação contou com mais de 200 agentes da polícia no local e um forte aparato policial. Houve vários detidos e apreensão de armas de fogo. O que me interessa neste acontecimento em particular, além de todo o impacto que possa ter ocorrido na perspectiva dos moradores, é o forte acompanhamento da comunicação social: foram lançadas várias notícias e actualizados os avanços da polícia, criando um ritmo de acompanhamento dedicado às redes sociais. Este forte acompanhamento gerou aproximadamente quarenta publicações de notícias *online* em diferentes órgãos de comunicação social portugueses, todas publicadas a 3 de Dezembro de 2015, no mesmo dia da operação policial,. Este grupo será nomeado como Notícias de 3 de Dezembro (37 notícias encontradas *online*).

Sobre este acontecimento em específico, é preciso ter em conta que grande parte das publicações dos jornais portugueses partilham da mesma fonte, a agência de notícias portuguesa Lusa. Isto faz com que o discurso seja uma reprodução e que em demasiados casos não exista uma análise própria do órgão que publica a notícia. Tendo este detalhe em conta, vemos que o material publicado sobre este dia foi genericamente uma

reprodução do discurso construído por poucos meios de comunicação. Veja-se a Tabela 6²³.

Tabela 6: Notícias de 3 de Dezembro

Título do artigo	Imprensa	Horas
200 polícias na Quinta do Mocho em busca de armas	TVI24	07:19
Três detidos na operação da PSP na Quinta do Mocho, em Sacavém	Porto Canal	09:07
Subiu para sete número de detidos na operação da PSP na Quinta do Mocho, em Sacavém	DNMadeira	10:11

Da pesquisa realizada às dezenas de peças jornalísticas publicadas, enlaçam-se as seguintes conclusões. Primeiro, foi possível perceber que em grande parte dos *sites* jornalísticos foram publicadas mais de uma peça jornalística – por norma, uma logo às 7h da manhã, depois às 8h, 9h e 10h (maiores picos de notícias encontrados). Percebe-se o objectivo da comunicação social portuguesa em manter os seus *sites* em actualização constante quando está em jogo um acontecimento como este.

De referir também que, sobre a Quinta do Mocho, já não se falava de problemas com a polícia há praticamente dois anos. Com base no meu trabalho de campo, não foram referidos problemas deste tipo no bairro até 2016, à excepção de 3 de Dezembro de 2015. Procurei perceber a importância deste dia para os moradores que foram entrevistados e, de forma interessante, nenhuma pessoa valorizou este dia. Na generalidade das entrevistas realizadas, a acção policial, como afirmou um dos entrevistados, foi carregada de “*show off*”. Naquilo que foi retirado do trabalho de campo – na perspectiva dos entrevistados: moradores, vereadora, e trabalhadores em algumas associações, mas que vivem fora do bairro –, esta acção da polícia teve como objectivo máximo aparecer a nível mediático. Na opinião da generalidade destas pessoas, a polícia conseguiria fazer o mesmo trabalho com menos corpo e carga policial. O trabalho mediático neste caso suportou-se numa ideia de *clickbait*, ou seja, na publicação contínua do mesmo tipo de notícia, mostrando parcas actualizações da mesma e baseando-se numa relação directa com o posicionamento destes *sites* jornalísticos nas suas redes sociais.

²³ Como todos os artigos foram publicados no mesmo dia, optei por referenciar aqui as horas de publicação.

3.10. Paredes nas capas dos jornais

Um quarto e último grupo de notícias que foi criado permitiu classificar todas as notícias publicadas entre Outubro de 2014 e 2015 (sendo que acompanhei o que se ia publicando na imprensa portuguesa a partir de 2016). Nesta categoria de publicações reportavam-se a festa do Bairro i o Mundo, a GAP e as consequências directas destes projectos no bairro. Este grupo de notícias foi denominado Notícias sobre GAP (8 peças recolhidas até 2015). Essas notícias também estão associadas a certas mudanças no bairro, como a introdução da carreira de autocarro e a paragem de táxis dentro no bairro. Como foi dito anteriormente, estrategicamente, a Câmara Municipal de Loures convida regularmente a comunicação social para estar presente no bairro. Vejamos a tabela 7:

Tabela 7: Sobre a GAP

Título do artigo	Imprensa	Data
Arte urbana para recuperar imagem da Quinta do Mocho	DN	03/08/14
A Quinta do Mocho é uma galeria de arte	Sábado	24/03/15
Um bairro problemático transformado em galeria de arte	TSF	25/10/15

O discurso que é apresentado sobre a GAP é que esta surge para transformar o bairro numa galeria de arte, tanto para recuperar a sua (ou dar uma nova) imagem como para deixar de ser um bairro problemático. Passo a citar um destes artigos: “Apostou-se na qualificação artística dos edificios, na reabilitação do espaço público e equipamentos coletivos e na mobilização dos moradores, para que nestes aumentasse o sentimento de pertença comunitário.” (TSF, 25/10/15).

Através da GAP, as produções mediáticas sobre o bairro refletiram em certa medida os discursos dos moradores, que reconhecem e gostam de ser lembrados pela GAP, como vemos num excerto de uma conversa informal realizada no bairro: “antes só falavam da violência, agora somos falados e lembrados por isso (a GAP), é muito bom!” (24 de Abril de 2016)

3.11. Pintando o bairro

Difícilmente se encontra um bairro “livre” de *graffiti* na Área Metropolitana de Lisboa. O caminho quotidiano de qualquer cidadão desta área metropolitana permite observar esta prática, seja o caminho feito por transportes colectivos, de carros ou a pé. É praticamente impossível fugir ao *graffiti*. O comboio que apanho diariamente para Lisboa está, normalmente, coberto por uma série de *tags*. O *graffiti* está presente praticamente

em todo o meu quotidiano; paradoxalmente, por estar tão presente, às vezes torna-se ausente e até desaparece no meio dos prédios e carros.

O *graffiti*, ao se impor na cidade, cobrindo-a com tinta de spray e muitas vezes sem “autorização” de uma entidade (pública ou privada) para a sua realização num certo espaço, levantou o véu da sua própria criminalização e conotação como prática vândala. Uma das principais acusações que é realizada neste sentido, é a de que o *graffiti* não “respeita” a propriedade privada. Por outro lado, o *graffiti* passou a ser “aceite” por uma série de entidades (em muitos casos, as mesmas que o acusam de vandalismo) como prática artística, usada por estas mesmas entidades como forma de “embelezar” a cidade (em muitos casos estes projectos de “embelezamento” acontecem sobre os antigos *graffitis* que ali estavam presentes).

Se, por um lado, temos o *graffiti* que surge marginalmente e que requeria para si este estatuto, das várias formas de expressão neste meio destaca-se ainda o *tag*, de forte e dominante expressão nas ruas, nos transportes públicos (principalmente comboios), nas casas, entre outros espaços. Como tal, *graffiti* e *tag* tornaram-se expressões que eram a “dor de cabeça” de muitos decisores políticos, o que deu origem a intervenções legislativas e a acções concretas de “limpeza” do espaço público desta “praga”. Por outro lado, os decisores políticos que queriam afastar o *graffiti* da sua área de influência/acção mais espontânea, passaram a utilizá-lo como mais uma expressão artística regulada, inibindo a existência da prática marginal. Esta relação não está fechada, não segue um só caminho. Os artistas ou os *writers*, conseguem facilmente caminhar por estes dois caminhos, muitas vezes assumindo alcunhas diferentes para a realização de um trabalho mais marginal ou mais artístico.

Primeiramente, a mensagem deixada pelo *writer* pode ser uma mensagem romântica, uma saudação desportiva, ou mesmo a simples disseminação do seu *tag*, contudo estará sempre dependente de cada artista e dos seus objectivos, não havendo limitações neste sentido (Campos 2009b). O *graffiti* na actualidade está associado à cultura *hip hop* e é fortemente transgressor ao nível social, sendo que também se assume como forma de expressão legal, quando a mesma é requerida por uma instituição privada ou pública (neste caso, a GAP é exemplar disso). Cabe ao *writer* escolher a via pela qual deseja seguir, legal ou ilegal, mas por muitas vezes para se conquistar o *status* legal no *graffiti* é preciso ter passado pelo ilegal (Cerejo 2007). Na maioria das situações, o *graffiti* é uma prática ilegal, realizada em paredes do espaço público e privado sem autorização

prévia e normalmente distante dos olhares de um comum cidadão. É realizado com tinta de spray, com técnicas e forma próprias desta subcultura.

Nas visitas guiadas era recorrente ouvir os visitantes a tecerem comentários sobre as obras, discursos como “isto sim é bonito” ou “é tão melhor que aqueles rabiscos”. Os moradores-guia, em alguns momentos e diante de certas obras, relembavam a importância do *graffiti* como prática transgressora e a sua importância ao ser feito neste sentido. Como Ágata Dourado Sequeira (2015) aponta

“é importante salientar o papel que o acto de transgressão em si tem na sua prática. De facto, é um traço que o caracteriza, o facto de ser ilegal – ainda que se multipliquem as iniciativas que pretendem promover o graffiti em paredes autorizadas, com apoios de autoridades municipais, por exemplo. Esta transgressão é, na conceptualização que Ricardo Campos faz do graffiti, não somente um aspecto desejável para quem pratica, no sentido em que implica um desafio, como também adquire significados de reacção a uma exclusão num espaço público urbano, no qual a comunicação existente é inteiramente controlada pelas autoridades que gerem a cidade, e também pelos grupos económicos que nela colocam a sua publicidade. O autor salienta ainda o «duplo sentido comunicacional» do graffiti: por um lado, a «mensagem em si», escritos ou imagéticos, e por outro lado a «transgressão em si» ([cit in] Campos, 2011:83).” (Sequeira 2015, 49)

Contudo, esta prática também se institucionaliza e, contrariamente à inicial prática transgressora, ganha um estatuto de arte. Este estatuto tem maior força quando determinado de forma exterior aos praticantes do *graffiti*. Howard Becker (2008) e Pierre Bourdieu (1992) são importantes a pensar estas questões, quando uma prática que por muitas vezes é despreziosa na sua realização, no sentido em de ter como objectivo ser uma prática artística, é eleita como tal. Por exemplo, Becker afirma

Como a «arte» é uma etiqueta prestigiante que confere certas vantagens àqueles que a podem associar à sua actividade, são muitos os que a reivindicam para o seu trabalho. Outros, também em grande número, não estão preocupados em saber se aquilo que fazem é arte ou não (esse é muitas vezes o caso das artes populares ou domésticas como a decoração de bolos, os bordados ou as danças folclóricas) e não acham nem depreciativo, nem importante, que as suas actividades não sejam consideradas artísticas por aqueles que se preocupam com esses assuntos. Certos membros de uma sociedade podem controlar a aplicação do termo honorífico arte, o que limita o número dos beneficiários das vantagens que lhe estão associadas. (Becker 2008, 56)

Acompanhando *writers* que realizam *graffiti* pelas ruas, através do contacto com alguns praticantes desta prática, fui-me apercebendo que nos seus discursos havia um interesse em valorizar o que se passa em bairros como a Quinta do Mocho, mas distanciando-se deste tipo de trabalhos. Nos discursos destes praticantes afirmava-se mesmo que aquilo que o que os próprios faziam não era “arte”, ao contrário do que era feito dentro destes bairros.

Contudo, a afirmação do próprio nome do projecto executado na Quinta do Mocho, Galeria de Arte Pública, é determinante sobre o discurso que se tem desta prática neste contexto. Ou seja, o objectivo é apresentar trabalhos artísticos. Por isto, durante toda a dissertação parti deste princípio, ao tratar



Figura 10: *D. Quixote do Séc XXI* - António Pinto (Fonte: fotos minhas, 2016)

os trabalhos realizados no bairro como “obras artísticas” e os seus executores como “artistas”. Porque é este o discurso apresentado pelos intervenientes, mesmo os executores dos trabalhos que estão presentes no Quinta do Mocho.

Olhando para os trabalhos presentes como praticas artísticas, de forma assumida, pode citar-se o trabalho realizado por António Pinto que se intitula “*D. Quixote do Séc. XXI*”, ver Figura 10, uma representação do que seria hoje D. Quixote. No discurso que é apresentado sobre esta obra, afirma-se que a arte hoje é também prática realizada pelos *writers*.

Já sobre o processo de realização das obras no bairro, apresento aqui algumas notas importantes para a reflexão. Na altura em que findei o trabalho etnográfico já existiam mais de sessenta obras, com figuras diversificadas. Na conversa com muitos dos moradores, era habitual que identificassem as obras de que mais gostavam, mas raramente se ouvia alguma referência à sua participação na escolha das obras ou dos artistas. Na generalidade, a relação dos artistas com os moradores era muito residual. Como referiu um dos artistas entrevistados:

o sea, me hubiera gustado reinterpretar un cuento de la cultura oral africana de los países que... bueno, hay gente aquí viviendo... Guiné-Bissau, Angola o Senegal o a... Mozambique, cosas... en el internet había muy pocos recursos y también como era una cuestión de raíz cultural también me daba un poco de miedo para no ser lo suficientemente eficiente en coger algo iconográfico, simbólico que ellos entendieran, no? Por ejemplo, si yo cojo un cuento cualquiera en internet y la gente pasa por aquí, dice: “y esto que es?”, no? No quería cometer ese error, sino quería que fuera un cuento que a lo mejor mucha gente que vive aquí conociera, no? De sus propias culturas. Desafortunadamente intenté ponerme en contacto con uno de los líderes de la comunidad aquí, (...) y él en teoría intentó recopilar información de esse tipo, pero nunca me envió ninguna respuesta sobre ninguna historia, ni nada, a final. Y... bueno, como iba a corto de tiempo y tenía que enviar la lista de materiales opté por hacer esto, no? Como... bueno, primero pensé que quería dibujar una mujer en un entorno así un poco más hostil y... quizá con demasiada testosterona a veces... Quería poner un toque de femenino al lugar, ése fue el primer (Entrevista a artista que realizou um trabalho na GAP, 22 de Junho de 2016)

Neste excerto, vemos que faltou contacto entre um dos moradores que o artista considerou como líderes da comunidade, sobre as questões associadas ao bairro. Mas como o artista diz, o trabalho tem de ser pensando antes dos mesmos aterrarem no bairro. O processo tem de ser o mais orgânico possível; caso contrário, o artista toma uma decisão sobre os motivos a trabalhar na sua obra tendo poucas informações sobre o que se passa no bairro.

Um outro detalhe que parece ser interessante ressaltar é o facto de os artistas que realizaram os trabalhos na Quinta do Mocho não terem sido ressarcidos pelo trabalho realizado, ficando ainda ao seu cargo as despesas de deslocação (refira-se que alguns artistas vêm de fora do país). Os apoios que recebem são, sobretudo, ao nível de alojamento, alimentação, apoio técnico e material para realizar o trabalho. Alguns dos artistas com os quais conversei sobre esta questão afirmaram que é importante realizar este tipo de trabalhos para aumentar o seu catálogo, para além de valorizarem o trabalho com a comunidade.

Na generalidade, os artistas entregavam as obras ao bairro, e neste sentido ficava do lado dos moradores do bairro o que fazer com estas obras. Foi neste seguimento que surgiram as visitas-guiadas, como forma de aproveitar a existência destas obras.

3.12. O rosto do DJ Nervoso

Nas apresentações das visitas-guiadas, quando chega a obra realizada pelo artista Vhils que representa o rosto do DJ Nervoso, os moradores-guia fazem sempre piadas



Figura 11: *DJ Nervoso* - Vhils (Fonte: fotos minhas, 2016)

sobre o nariz da pessoa ali representada, algo como “aqui, o nariz dele é mais bonito, na realidade é um bocado maior”. Todos os visitantes se riem. Na realidade, esta obra (ver Figura 11) gerou mais controvérsias do que o tamanho do nariz da pessoa ali representa. A discórdia que provocou quase levou ao fim da GAP, ainda quando esta dava os seus primeiros passos.

O problema desta obra, na visão de alguns moradores, é que não se pretendia o enfoque no rosto de um dos moradores, porque esse foco não seria representativo do colectivo de pessoas que viviam no bairro. Primeiro, porque ao pintar o rosto de um morador com origem em determinado país (neste caso são-tomense), os moradores com origem noutros países ficariam subrepresentados. O argumento de ser uma pessoa reconhecida musicalmente não agradava a todos, já que havia segundo os seus discursos outros moradores reconhecidos, como por exemplo o jogador de futebol Carlos Mané. Este impasse levou a que, como afirmou um dos entrevistados, muitos moradores se juntassem contra a realização da obra:

Porque imagina teres um... ter mais de 100 pessoas a dizer: “Não queremos que vocês pintem! Saiam daqui!”. Isso não é normal. Foi duro eles ouvirem o que eles ouviram, mas o Vhils teve a capacidade de perceber esta gente. Se fosse outro artista, se fosse outro artista tinha-se ido embora. (Entrevista a um dos *dj*'s do bairro, 9 de Setembro de 2016)

A partir deste problema em concreto, os motivos para não pintar o rosto do *dj* Nervoso juntavam-se à falta de soluções para outros problemas dos bairros. O conflito esteve, no discurso de muitos moradores contactados, como que num impasse para algo mais violento. Um outro morador afirmou que

Até pessoas que nem sequer eram pessoas conflituosas também mostraram a sua indignação porque não queria que fosse o Nervoso, não queria que fosse isso. Houve algum alvoroço, houve algum bate-boca desagradável. Palavras duras, não é. (entrevista a um dos moradores-guia, 24 de Agosto de 2016)

Por parte da vereadora que na altura acompanhava a GAP, há uma certa desvalorização no seu discurso sobre este conflito, confrontada com este problema afirma que se agiu



De forma natural, mas também com alguma firmeza. Portanto, aquilo foi um conflito, nem se pode dizer que foi um conflito, um desencontro de ideias, que foi gerido como é a nossa atitude no bairro enquanto princípio. Foi através de concordar que não podíamos ir lá com as nossas ideias, confrontando-me... o nosso caminho é este. Estamos disponíveis para ouvir. (Entrevista a vereadora Maria Eugénia, 27 de Maio de 2016)

A solução deste conflito partiu de Vhils²⁴: segundo os moradores, a solução foi a realização de uma nova obra por parte de Vhils, baseada na colagem de imagens de vários moradores do bairro numa fachada do bairro (ver Figura 12). Por se tratar de colagens, a obra foi-se desfazendo com o tempo.

Figura 12: *Sem Título* - Vhils (Fonte: fotos minhas, 2016)

Este conflito em particular reflete os limites deste tipo de políticas públicas em bairros municipais. Estamos defronte a um momento de

²⁴ Procurei entrevistar Vhils, mas por ausência de respostas, a entrevista não foi possível de realizar.

ruptura devido ao descontentamento de parte dos moradores face à existência de uma obra que seria realizada no bairro.

No seguimento da questão levantada no subcapítulo anterior, a respeito da importância da relação com os moradores para a execução das obras, aqui temos um exemplo máximo onde o afastamento dos moradores pode ser o aglutinador que põe em risco todo o projecto.

3.13. Despedindo do Mocho

Pelas 13h de sábado, fizesse chuva ou sol, caminhávamos para a última obra, do artista Pantónio, ver Figura 13, para o término da visita. As visitas guiadas costumavam demorar cerca de 3h, terminando na Rua dos Combatentes, em frente ao posto de saúde de Sacavém. Seguia-se uma salva de palmas.

Alguns visitantes comentavam como tinha sido interessante a visita e tanto a vereadora como os moradores-guia faziam algumas considerações finais sobre a importância da GAP na melhoria do bairro. Os moradores-guia convidavam os visitantes para irem almoçar nos restaurantes do bairro, o que passou a acontecer com maior regularidade apenas nas últimas visitas guiadas que acompanhei no trabalho de campo.



Figura 13: *Sem Título* - Pantónio
(Fonte: fotos minhas, 2016)

Entregava-se um pequeno inquérito aos visitantes, com perguntas simples para perceber como tinham tomado conhecimento da GAP e das visitas guiadas na Quinta do Mocho, bem como o seu local de residência.

A vereadora referia que a visita era gratuita, mas quem tivesse interesse em colaborar com os moradores-guia, se pudesse, era convidado a deixar um contributo na caixa. Até ao momento do final do trabalho etnográfico as visitas não eram cobradas antecipadamente, e os moradores-guia desenvolviam esta actividade de forma voluntária e dividiam os ganhos da oferta espontânea dos visitantes.

Assim termina a visita guiada à Quinta do Mocho.

4. Conclusão

A Galeria de Arte Pública tornou a Quinta do Mocho num autêntico museu artístico a céu aberto. Neste sentido, este bairro pode até ser comparado a bairros no centro histórico da cidade de Lisboa habituados a receber turistas diariamente, apesar de não se verificar a mesma intensidade. Como no centro histórico lisboeta, isto teve impactos no quotidiano dos moradores.

Partindo do ponto inicial desta tese, do tratado de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, para os moradores do bairro, a GAP permitiu-lhes requerer uma nova imagem para o bairro. Esta imagem, que foi anulando o anterior retrato mediatizado a que o bairro estava associado – negativo, ligado a questões de marginalidade –, possibilitou a estes moradores um certo orgulho em viver neste bairro e um reforço do sentimento de pertença. Além disso, ocorreram melhorias concretas no bairro, por exemplo, circulação de carreiras de autocarros da Rodoviária de Lisboa, colocação de rampas na entrada dos prédios destinada a pessoas com mobilidade reduzida, e melhorias nas condições de salubridade. Também estreitou a relação com o poder público autárquico, desde a presença constante de técnicos no território como a presença da vereadora durante as visitas guiadas. E, num sentido geral, ousou uma abertura do bairro ao resto da cidade/metrópole.

Por outro lado, esta abertura não significou, do resto da capital, uma integração efectiva deste território periférico num sentido colectivo de cidade. A Quinta do Mocho continua a ser um bairro nos limites da cidade de Lisboa ou próximo à freguesia de Loures, de difícil acesso. Além disso, as práticas colectivas, de cariz cultural e recreativo, dos moradores do bairro continuam a ser invisibilizadas para o resto da cidade e do país. Soma-se ainda o facto das melhorias concretas ocorridas no bairro terem sido momentâneas, sem continuidade no tempo (de acordo com o trabalho etnográfico). Questões levantadas pelos moradores, como os problemas relacionados com a habitação ou a ausência de espaços de lazer, estão na generalidade por resolver.

Além disso, a GAP é um projecto muito pouco participado pelos moradores, que não têm poder de decisão sobre os artistas ou obras a realizar no bairro. Mesmo que grande parte das obras procurassem ter elementos de identificação com o bairro, este intuito partia sempre da sensibilidade dos artistas. Do ponto de vista da capacitação dos moradores na sua relação com a GAP, não ultrapassou do trabalho realizado com os

moradores-guia; por exemplo, não existiam projectos de capacitação artística destinados aos moradores do bairro, sobretudo focados no público infanto-juvenil.

O trabalho etnográfico permitiu uma relação activa com o bairro, possibilitando a minha participação em actividades que ali tiveram lugar e colaborando directamente com os moradores na sua execução. Fui-me apercebendo da “vida” que o bairro tinha para além da GAP. Através do trabalho que foi desenvolvido junto das crianças e dos jovens do bairro, pude perceber e participar em várias das actividades que eram organizadas para este público, mas também em muitas actividades em que eles eram os próprios protagonistas e organizadores. A GAP serviu muitas vezes como pano de fundo para a organização destas actividades, nem que fosse por estar presente, independentemente da realização das actividades. Foi interessante perceber que estas crianças e jovens constroem o seu próprio direito à cidade – quanto muito, no limite, o seu direito ao espaço público.

Por fim, a GAP foi na generalidade bem recebida pelos moradores. A transformação da fachada do edifício do bairro transformou a sua autoestima, efeito propiciado pelo discurso mediático sobre o bairro. Porém, se no passado reconhecíamos um bairro municipal pela cor amarelada pela qual os prédios eram pintados, actualmente, muitos dos bairros da Área Metropolitana de Lisboa são facilmente reconhecidos pela existência de fachadas pintadas, como acontece na Quinta do Mocho. Apesar de o *graffiti* actualmente não ter perdido o seu furor transgressor da cidade, em certo modo, como forma de requerer também para si o seu direito à cidade, neste momento, é a partir dele, através do seu carácter institucional, que se possibilita a maquilhagem destes bairros.

5. Bibliografia

Alves, Ana Rita. 2013. «Para uma compreensão da segregação residencial: o Plano Especial de Realojamento e o (Anti-)Racismo». Dissertação de Mestrado em Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Baía, João. 2012. «Novos tempos, muitas vontades - Adesão à autoconstrução no âmbito do SAAL para pôr fim a 20 anos vividos em barracas de madeira». Em *Políticas de habitação e construção informal*, por Rita d'Ávila Cachado e João Baía, 7–24. Lisboa: Mundos Sociais.

Baptista, Luís Vicente. 1999. *Cidade e habitação social: o estado novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. 1. ed. Oeiras: Celta Ed.

Baptista, Luís Vicente. 2017. «Cidades em transição: locais, memórias e percurso de vida - Lisboa e Barcelona ao longo do século XX». Conferência apresentado na Ciclo Memória e Cidade das Avenidas, Centro de Estudos Sociais da UC - Picoas Plaza, Fevereiro 9.

Becker, Howard S. 2008. *Mundos da Arte*. Traduzido por Luís San Payo (2010). Lisboa: Livros Horizonte.

Bourdieu, Pierre. 1992. *As regras da arte: genese e estrutura do campo literario*. Traduzido por Maria Lucia Machado (2005). São Paulo (SP): Cia. das Letras.

Cachado, Rita d'Ávila, Renato Miguel do Carmo, Daniela Ferreira, e Sofia Santos. 2017. «Usos e meios de transporte na Área Metropolitana de Lisboa: uma abordagem qualitativa da mobilidade». *Análise Social LII* (Segundo Trimestre) (223): 392–415.

Cachado, Rita d'Ávila. 2011. «Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures». *Forum Sociológico*, n. 21 (Dezembro): 23–31. <https://doi.org/10.4000/sociologico.425>.

———. 2012a. «Introdução». Em *Políticas de habitação e construção informal*, editado por Rita d'Ávila Cachado e João Baía, 1–5. Lisboa: Mundos Sociais.

———. 2012b. *Uma etnografia na cidade alargada: hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento*. Textos universitários de ciências sociais e humanas. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

———. 2013. «O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social». *Análise Social*, n. 206, XLVIII (1.º): 134–52.

Campos, Ricardo. 2009b. “Entre as luzes e as sombras da cidade: visibilidade e invisibilidade no *graffiti*.” *Etnográfica* 13 (1): 145-170. DOI : 10.4000/etnografica.1292

Cerejo, Sara Dalila Aguiar. 2007. *Risco e identidade de género no universo do graffiti*. Lisboa: Edições Colibri/SociNova

Diogo, Fernando. 1999. «Um bairro “problema”: análise das notícias nos jornais locais», nº1/2, , 331–39.

Engels, Friedrich. 1887. *Para a Questão da Habitação*. Traduzido por João Pedro Gomes (1984). Venda Seca: Edições Avante.

Esteves, Alina Isabel Pereira. 2004. «Imigração e Cidades: Geografias de Metrópoles Multi-étnicas – Lisboa e Washington D.C». Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Fanon, Frantz. 1952. *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Traduzido por Alexandre Pomar (2017). Lisboa: Livraria Letra Livre.

Fernandes, Nelson da Nobrega. 2011. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Apicuri.

Harvey, David. 2008. «O Direito à Cidade». Traduzido por Jair Pinheiro (2012). *Lutas Sociais* 29: 73–89.

Justino, David. 1999. «Prefácio». Em *Cidade e habitação social: o estado novo e o programa das casas económicas em Lisboa*, por Luís Vicente Baptista, 1. ed, ix–xi. Oeiras: Celta Ed.

Lages, Joana Pestana. 2012. «A espera no Bairro do Talude Militar: reflexões sobre o sobre o direito à habitação». Em *Políticas de habitação e construção informal*, editado por Rita d’Ávila Cachado e João Baía, 57–69. Lisboa: Mundos Sociais.

Lefebvre, Henri. 1968a. A juventude não é uma idade Entrevistado por L’Express. Em *A revolta de Maio em França*, 91–119. Lisboa: Dom Quixote. Traduzido por AAVV.

———. 1968b. *O direito à cidade*. Traduzido por Rubens Eduardo Ferreira Frias (2008). São Paulo: Centauro Editora.

Lopes, João Teixeira. 2002. *Novas questões de sociologia urbana: conteúdos e «orientações» pedagógicas*. Porto: Edições Afrontamento.

Machado, Idalina. 2012. «DO SAAL à cooperativa no conjunto habitacional da Bouça - Reflexos no espaço social». Em *Políticas de habitação e construção informal*, por Rita d'Ávila Cachado e João Baía, 25–41. Lisboa: Mundos Sociais.

Malheiros, Jorge Macaísta, e Pedro Letria. 1999. *A descoberta dos novos descobridores*. Lisboa: Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Martins, João. 2012. «Bairro da Liberdade - Uma abordagem habitacional da urbanização portuguesa». Em *Políticas de habitação e construção informal*, por Rita d'Ávila Cachado e João Baía, 43–55. Lisboa: Mundos Sociais.

Nunes, João Pedro Silva. 2009. «Da cidade pedestre à metrópole do automóvel: uma aproximação à relação entre forma urbana e mobilidade espacial em Lisboa (1950-2001)». *DINÂMIA – CET, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3219>.

———. 2011. *Florestas de cimento armado: os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Peixoto, João. 2008. «Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes». *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n. 2: 19–46.

Próspero, Ricardo Pedro. 2012. «Espaços Agrícolas em Áreas Peri-urbanas - Tipologias e Planeamento na Área Metropolitana de Lisboa». Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Ramalho, Sónia, e Susana Trovão. 2010. *Repertórios Femininos em Construção num Contexto Migratório Pós-Colonial: Modalidades de Participação Cívica*. Vol. 2. Lisboa: Alto-Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

Raposo, Otávio. 2012. «A insistência no mito favela». Em *Políticas de habitação e construção informal*, editado por Rita d'Ávila Cachado e João Baía, 71–88. Lisboa: Mundos Sociais.

Rodrigues, Fernando Matos, e Manuel Carlos Silva. 2015. *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vita 1974/1976*. Cidade em questão, no. 22. Porto : [Porto]: Afrontamento ; Lahb Social, Laboratório de Habitação Básica e Social.

Sequeira, Ágata Dourado. 2015. «“A cidade é o habitat da arte”: Street Art e a construção de espaço público em Lisboa». Doutorado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Sieber, Tim, e Maria Centeio. 2011. «Em defesa da comunidade local e da consolidação da democracia numa cidade em processo de globalização: um exemplo de Boston». *Forum Sociológico*, n. 21 (Dezembro): 13–22. <https://doi.org/10.4000/sociologico.707>.

Thörn, Catharina. 2011. «Spotcity: a arte e a política do espaço público». Traduzido por Leonor Machado. *Forum Sociológico*, n. 21 (Dezembro): 43–53. <https://doi.org/10.4000/sociologico.435>.

Wacquant, Loïc. 2001. «Gueto, banlieue, favela: ferramentas para se repensar a marginalidade urbana». Em *Seminário Temático 17: Questão Metropolitana no Brasil: Segregação, Desigualdade e Governança Urbana*. Caxambu.

6. Outras fontes consultadas

6.1. Imprensa

Alemão, Samuel. 2000. «Quarto com vista para a parede». *Público*, 28 de Fevereiro de 2000. <https://www.publico.pt/2000/02/28/jornal/quarto-com-vista-para-a-parede-140606>.

Alves, Ana Rita. 2017. «Redesenhando a periferia: exclusões, demolições e racismo institucional». *Le Monde diplomatique - Edição Portuguesa*, Fevereiro de 2017, II Série. Nº 117 edição.

Alves, José Baptista. 2017. «Processo SAAL». *AbrilAbril*, 23 de Abril de 2017. <http://www.abrilabril.pt/processo-saal>.

Borges, Liliana. 2016. «Lisboa sobe na lista de cidades mais caras do mundo». *Público*, 22 de Junho de 2016. <https://www.publico.pt/2016/06/22/economia/noticia/lisboa-sobe-na-lista-de-cidades-mais-caras-do-mundo-1735911>.

Cachado, Rita d'Ávila. 2016. «Os centros e as periferias». *Le Monde diplomatique - Edição Portuguesa*, Julho de 2016, II Série. Nº 117 edição.

Câncio, Fernanda. 2001. «A parábola do mocho». *Suplemento Notícias Magazine - DN/JN*, 15 de Abril de 2001.

Correio da Manhã. 30 de Setembro de 2011 em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/dono-de-loja-queima-ladrao-com-acido-sulfurico>

Diário de Notícias da Madeira 03 de Dezembro de 2015. <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/554331-subiu-para-sete-numero-de-detidos-na-operacao-da-psp-na-quinta-do-mocho-em-s>

Diário de Notícias. 02 de Novembro de 2015. <http://www.dn.pt/sociedade/interior/da-quinta-do-mocho-para-alvalade-sem-esquecer-o-bairro-4865548.html>

Diário de Notícias. 03 de Agosto de 2014. <http://www.dn.pt/artes/interior/arte-urbana-para-recuperar-imagem-da-quinta-do-mocho-4158433.html>.

Jornal de Notícias. 10 de Setembro de 2011.
<http://www.jn.pt/mundo/dossiers/dez-anos-depois-do-11-de-setembro/interior/preocupacao-constante-com-a-seguranca-1985845.html>

Ledo, Wilson. 2017. «Câmara de Lisboa ganha 2,84 milhões com Airbnb». *Jornal de Negócios*, 2 de Maio de 2017. <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/camara-de-lisboa-ganha-284-milhoes-com-airbnb>.

Mendes, Luís. 2016. «Manifesto anti-gentrificação». *Seara Nova*, n. 1737 (Outubro): 19–24.

Porto Canal. 03 de Dezembro de 2015. <http://portocanal.sapo.pt/noticia/75966>

Público. 23 de Julho de 2013. <http://www.publico.pt/temas/jornal/a-periferia-e-o-centro-26848440>.

Público. 27 de Dezembro de 2014. <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/o-ano-vivido-por-marfox-da-quinta-do-mocho-para-o-moma-de-nova-iorque-1680546>

RTP. 09 de Fevereiro de 2014. http://www.rtp.pt/noticias/pais/tiroteio-na-quinta-do-mocho-faz-um-morto-e-um-ferido-grave_v715626.

Sábado. 24 de Março de 2015.
http://www.sabado.pt/vida/detalhe/a_quinta_do_mocho_e_uma_galeria_de_arte.html

Soares, Rosa. 2016. «Preço das casas em Lisboa subiu 22% em três anos». *PÚBLICO*, 22 de Junho de 2016.
<https://www.publico.pt/2016/05/23/economia/noticia/preco-das-casas-em-lisboa-subiu-22-em-tres-anos-1732773>.

TSF. 25 de Outubro de 2015. <http://www.tsf.pt/cultura/interior/um-bairro-problematico-transformado-em-galeria-de-arte-publica-4861906.html>.

TVI24. 03 de Dezembro de 2015. <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/psp/200-policias-no-bairro-do-mocho-em-sacavem-em-busca-de-armas>

6.2. Documentários

Costa, Jorge. 2005. *Era Uma Vez Um Arrastão*.

6.3. Legislação

Constituição Da República Portuguesa. 2007.

6.4. Artigos manifestos

AAVV. 2017. «Carta Aberta: Morar Em Lisboa», Janeiro de 2017. <http://moraremlisboa.org/>.

Habita. s/d. «Objectivos». s/d. <http://www.habita.info/p/objectivos.html>.

Rede de Solidariedade. s/d. «Sobre». *Rede de Solidariedade* (blog). s/d. <https://rededesolidariedade.wordpress.com/sobre/>.

———. 2017. «Crónica de um arrendamento em Lisboa». *Rede de Solidariedade* (blog). 4 de Abril de 2017. <https://rededesolidariedade.wordpress.com/2017/04/04/cronica-arrendamento-lisboa/>.

Silva, Rita. 2016. «Mas afinal o que se passa com a habitação em Lisboa e que propostas poderíamos defender?» *Habita* (blog). 24 de Junho de 2016. <http://www.habita.info/2016/06/mas-afinal-o-que-se-passa-com-habitacao.html>.

Vieira, Ana Bigotte, Catarina Botelho, Joana Braga, António Brito Guterres, Leonor Duarte, Gago Luísa, e Luís Mendes. 2016. «Quem vai poder morar em Lisboa?» *Buala* (blog). 13 de Junho de 2016. <http://www.buala.org/pt/cidade/quem-vai-poder-morar-em-lisboa>.